

Demonstrações FINANCEIRAS













MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO 1.

O ano de 2024 foi significativamente afetado pelos efeitos decorrentes do acirramento dos conflitos geopolíticos atuais, do consequente estrangulamento, em cadeia, no fluxo logístico, das ameaças de sanções comerciais protecionistas entre diversos países, das incertezas relacionadas à situação europeia e dos avanços da China. Paralelamente, o contexto de 2024 caracterizou-se pelos impactos inflacionários e cambiais, e elevação nas taxas de juros, entre outros.

Não obstante a esse cenário desfavorável às decisões de investimento e consumo, e à manutenção dos níveis da atividade econômica, no ambiente global, o segmento siderúrgico apresentou certa estabilidade na produção de aço, embora por um lado tenha se deparado com o impacto expressivo da produção comercializada pela China, e por outro com as consequências refletidas pelos processos de antidumping implementados pelos Estados Unidos da América envolvendo Rússia, Malásia, Cazaquistão e Brasil. Obviamente, tais fatores acabaram por interferir no ritmo de comercialização da Companhia.

Toda essa conjuntura atravessada pelo mercado mundial implicou na redução nos preços das ferroligas de silício e de cromo, além de ter acarretado dificuldades no escoamento das vendas e elevação nos custos das exportações, como efeito dos entraves logísticos e das ações protecionistas em curso.

No Brasil, o crescimento na importação de aço continuou exercendo intensa pressão sobre o setor siderúrgico nacional, apesar da demanda interna relativamente favorável e de ações protetivas postas em curso pelo Governo Federal. Da mesma forma, a redução do fluxo de vendas para o mercado americano lançou desafios sobre a gestão de estoques, fluxos de caixa e desenvolvimento de novas alternativas comerciais, especialmente no que se refere ao mercado europeu.

Em meio a esse cenário bastante adverso, a Companhia, guiada pelo Conselho de Administração e por sua Diretoria Executiva, continuou atuando diligentemente na priorização das iniciativas direcionadas à segurança e desenvolvimento das pessoas, foco na geração de resultados sustentáveis, elevação da competitividade, otimização produtividade, inovações dos processos, à evolução da gestão de riscos e mitigação de impactos ambientais, enobrecimento do portfólio de produtos, com destaque para as medidas de controle dos custos, bem como para a gestão austera do caixa. Da mesma forma, também assegurou a continuidade de seus projetos estratégicos, em especial, o avanço das definições para a futura construção de uma nova fábrica de FeCrAC e de 46 fornos destinados à produção de biorredutor, e do comissionamento da nova planta de Cal em 2024, dentre outros.

30 ANOS DA SILBASA

Em 2024, um marco importante referiu-se à celebração dos 30 anos da SILBASA - joint venture firmada com as empresas japonesas Marubeni Corporation e Japan Metals & Chemicals para produção e comercialização de ferrossilício de alta pureza (FeSi HP). Relevante fato na história da FERBASA, a sólida parceria ultrapassa os limites das relações comerciais e materializa a conexão entre as culturas brasileira e nipônica, mostrando que a aliança firmada em 1994 se fortalece pela interseção dos valores das organizações.

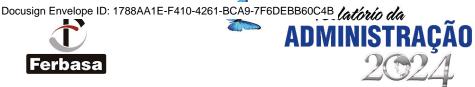
50 ANOS DA FUNDAÇÃO

A FERBASA está às vésperas de completar 65 anos, ao mesmo tempo em que a FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO celebra o seu primeiro ciclo de 50 anos de existência. Essa pequena diferença de idade entre as duas entidades coirmãs desperta a nossa atenção para o pouco tempo que um jovem rico, mas pobre em ambições banais, precisou para dar início à construção de seu segundo e grandioso empreendimento, um novo caminho pavimentado pelo seu olhar compenetrado, compreensivo e comprometido com os destinos das pessoas.

a FUNDAÇÃO chega ao seu 2025, CINQUENTENÁRIO com um currículo copiosamente ilustrado por milhares de vidas, cujas perspectivas ganharam um sentido mais amplo e mais veraz, por força dos projetos idealizados para oferecer educação de qualidade à clientela economicamente menos favorecida. E é com base nesse legado que a FERBASA continuará, em 2025, a sua trajetória cidadã inspirada na vida e na obra de seu instituidor, José Carvalho, mantendo o seu propósito de gerar riquezas compartilhadas com a sociedade, dando continuidade às iniciativas que visam promover alterações significativas e definitivas na realidade das comunidades situadas no entorno de suas unidades operacionais. Por essa razão, em 2024, por meio do seu programa de responsabilidade social Aqui Tem Ferbasa, foram investidos mais de R\$ 17 milhões em um conjunto de ações, em benefício de mais de 100 mil pessoas de 24 municípios.

Por sua vez, a FUNDAÇÃO, acionista majoritária da FERBASA e que anualmente aplica os dividendos recebidos exclusivamente na oferta de EDUCAÇÃO gratuita e de qualidade para cerca de 4 mil crianças e jovens baianos, seguirá em sua sublime missão de multiplicar a relevância de seus projetos educacionais, e de trabalhar exaustivamente para garantir a plenitude de seus objetivos, pela certeza de que somente a EDUCAÇÃO pode conduzir a algo realmente valioso.







PERFIL CORPORATIVO 2.

Com uma sólida trajetória de 64 anos, a FERBASA é líder nacional na produção de ferroligas e única produtora de Ferrocromo nas Américas. A Companhia tradicionalmente figura entre as maiores empresas da Bahia e, em 2024, manteve-se entre as 10 maiores indústrias do Estado, segundo o ranking anual do Valor 1.000. Com o ciclo de produção integrado e verticalizado nas áreas de Metalurgia, Mineração, Recursos Florestais e Energia Renovável, sua atuação é respaldada por um sólido Sistema de Gestão Integrada, certificado em conformidade com as normas ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001.

O portfólio da Empresa, que atende o mercado nacional e países como Japão, China, Estados Unidos e a União Europeia, é composto pelas ligas de Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC), Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC), Ferrossilício (FeSi 75), Ferrossilício 75 Alta Pureza (FeSi 75 HP) e Ferrossilício Cromo (FeSiCr), destinadas, principalmente, ao setor siderúrgico e à fabricação de aços inoxidáveis e especiais.

O segmento de Mineração conta com duas unidades de extração de minério de cromo (uma subterrânea e outra a céu aberto), duas minas de quartzo e uma planta voltada à produção de cal virgem, localizadas nas regiões Centro Norte e Nordeste do estado da Bahia. A produção de minérios é direcionada, quase em sua totalidade, à sua Unidade Metalúrgica, localizada em Pojuca/BA, onde são produzidas as ferroligas em 14 fornos elétricos equipados com filtros de manga destinados a neutralizar o lançamento de material particulado na atmosfera. Já a área Florestal é composta por 64 mil hectares, dos quais 25 mil são plantados com florestas renováveis de eucalipto. A extensão remanescente do ativo florestal engloba áreas de reserva legal, aceiros, matas nativas, Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), dentre outras caracterizações.

Orientada pela sustentabilidade e verticalização do negócio, a estratégia da Empresa foi fortalecida com a incorporação do Complexo Eólico BW Guirapá, situado nos municípios de Caetité e Pindaí/BA. Os 07 parques terão sua energia limpa e renovável disponível para integrar o mix de abastecimento da FERBASA a partir de 2036, seja para consumo próprio ou comercialização da energia gerada.

Localizado em Salvador/BA, um Escritório Corporativo centraliza os atendimentos de todas as unidades operacionais do grupo.

3. **GOVERNANCA CORPORATIVA**

Companhia de capital aberto listada na B3 como Nível 1 de Governança Corporativa, a FERBASA fundamenta-se em alicerces sólidos de integridade, equidade e independência, para ela, valores inegociáveis e sedimentados em sua forte cultura organizacional. A gestão da Companhia é estruturada e norteada pelas definições claras das responsabilidades do Conselho de Administração e seus Comitês de assessoramento, do Conselho Fiscal e da Diretoria, que reiteram seu compromisso inequívoco com a valorização da vida, a perenidade do negócio e a oferta de produtos de elevada qualidade, respeito ao meio ambiente e aos princípios humanos legados pelo seu Fundador. Na mesma direção, a condução do tripé da sustentabilidade é realizada mediante um sistema formado por regras, estruturas e processos periodicamente revisados e estabelecem diretrizes abrangentes a todas as Unidades, com vistas à geração de valor e a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos na busca pelo equilíbrio entre todas as partes interessadas.

AMBIENTE DE MERCADO 4.

AÇO BRUTO: segundo dados da World Steel Association (WSA), em 2024 a produção mundial de aço bruto, relevante direcionador de consumo de ferrossilício, recuou 0,8% em relação a 2023, totalizando 1.897,9 Mt. A China foi responsável por 53% do total produzido neste período (1.005,1 Mt). Dentre os maiores produtores mundiais, os melhores desempenhos vieram da Turquia (+ 9,4%), Índia (+ 6,3%), Brasil (+ 5,3%) e Alemanha (+ 5,2%). Os piores foram registrados no Irã (+ 0,8%), China (- 1,7%), EUA (- 2,4%), Japão (- 3,4%), Coreia do Sul (- 4,7%) e Rússia (- 7,0%).







A América do Sul produziu 41,9 Mt, em 2024, mantendo-se estável diante de 2023. Deste total, 33,7 Mt foram provenientes do Brasil. Conforme estatísticas do Instituto Aço Brasil (IABr), a produção nacional de aço bruto foi estimulada pelo bom patamar da demanda interna, apesar do nível de importações ainda crescente. Entre 2023 e 2024, o consumo aparente nacional cresceu 8,3%, com destaque para as importações, que saltaram 18,2%.

FeSi: na China, que responde por cerca de 70% da oferta mundial de ligas de silício, foram produzidos 5,6 Mt em 2024, o que representa uma estabilidade (+ 0,9%) em relação a 2023, segundo relatórios especializados. No período, também foi observada leve queda na demanda global pelo FeSi chinês, principalmente, em função da menor produção interna de aço bruto (- 1,7%), que recuou pelo quarto ano consecutivo. Em outubro/2024, a produção de aço bruto e o preço mensal do FeSi chinês cresceram pela última vez no ano. Este movimento catalisou a produção de ligas de silício que, em novembro/24, cresceu pelo terceiro mês consecutivo e alcançou seu maior patamar em 22 meses, voltando a pressionar para baixo o preço do FeSi chinês.

Na Europa e nos EUA, o preço médio do FeSi, em dólar, regrediu respectivamente 10,8% e 6,0% entre o 3T24 e o 4T24. No caso da China, tanto o preço de exportação como o do mercado doméstico caíram 2,9% no período.

AÇOS INOXIDÁVEIS: relatórios especializados apontam que a produção mundial de aços inoxidáveis, referência para o consumo de FeCr, totalizou 63,7 Mt em 2024, uma evolução de cerca de 6% em relação a 2023. Deste montante, a China foi responsável por 41,1 Mt (63% do total de 2024), o que significa majoração de 7,5% em relação a 2023. No Brasil a expectativa é de uma baixa de 24% (285 mil toneladas). No mesmo período, a Europa e os EUA registraram aumentos respectivos de 1,7% e 6,0% frente a 2023, com volumes estimados em 6,3 Mt e 2,0 Mt.

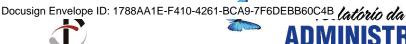
FeCr: a produção mundial de FeCrAC, que tende a se manter em linha com os volumes de aço inox fabricados, totalizou 17,4 Mt em 2024, uma elevação de 12,3% em relação a 2023, segundo estimativas de publicações especializadas. A China respondeu por 9,0 Mt (52% do total em 2024), saltando 24,6% ante 2023. Pela primeira vez, a produção trimestral do País permaneceu acima de 2 Mt, alcançando seu recorde no 2T24. Analisando-se conjuntamente os dados do FeCrAC e do aço inoxidável, fica evidenciado que os últimos dois anos foram marcados pelo crescimento do consumo de ligas de cromo, especialmente na China. Mesmo com essa pressão de alta ocasionada pela demanda, o preço da liga tem apresentado tendência predominante de queda devido ao excesso na oferta mundial de FeCrAC. Esse cenário foi exacerbado em 2024, quando a oferta desta liga no mercado interno chinês (produção + importações) cresceu 15,8% mais de duas vezes a alta de 7,5% no consumo do país. Com esta sobreoferta de FeCr, seu preço no 4T24 registrou a maior redução trimestral desde o 3T22, cedendo 9,0% em comparação com o 3T24, o que reflete o arrefecimento da indústria de aço inoxidável chinesa.

O minério de cromo, que representa cerca de 50% do custo de produção do FeCr e é, portanto, um importante componente no preço das ligas, também apresentou correções durante o 4T24, quando os produtores sul-africanos reduziram os preços do minério em resposta aos anúncios de redução no preço de compra do FeCr pelas siderúrgicas chinesas. Como referência, embora o UG2 (categoria popular de minério de cromo proveniente da África do Sul) tenha registrado patamares de preço mensal acima dos USD 250/t até novembro/24, finalizou o ano ao preço de USD 200/t.

Os preços praticados pela FERBASA têm como parâmetro uma "cesta" de preços internacionais, dentre os quais os praticados pelos mercados europeu, americano e principalmente o asiático.

5. **DESTAQUES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS**

Na tabela abaixo, são apresentados os principais números da última apuração trimestral e do resultado acumulado no exercício.









Destaques (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Dólar médio praticado	5,73	5,51	4,0%	4,96	15,5%	5,36	5,02	6,8%
Receita líquida	607,5	597,7	1,6%	541,7	12,1%	2.236,7	2.435,1	-8,1%
Custo de produtos vendidos	526,6	498,7	5,6%	467,6	12,6%	1.840,1	1.901,2	-3,2%
Custo sobre receita	86,7%	83,4%		86,3%		82,3%	78,1%	
EBITDA Ajustado	47,0	127,1	-63,0%	47,0	0,0%	352,0	454,4	-22,5%
Margem EBITDA	7,7%	21,3%		8,7%		15,7%	18,7%	
Lucro Líquido	126,3	103,6	21,9%	55,0	129,6%	327,8	382,9	-14,4%
Margem de lucro	20,8%	17,3%		10,2%		14,7%	15,7%	

PRODUÇÃO – No 4T24, foram produzidas 73,4 mil toneladas de ferroligas, uma redução de 3,8% em comparação com o 3T24, decorrente do crescimento de 6,2% nas ligas de cromo e do recuo de 21,3% nas de silício. Ainda entre o 3T24 e o 4T24, a produção de FeSi HP regrediu 23,1% e alcançou participação de 37,5% do total das ligas de silício. Já no acumulado de 2024, registramos um incremento de 1,5% frente ao ano anterior.

VOLUME DE VENDAS – Foram comercializadas 73,8 mil toneladas de ferroligas no quarto trimestre de 2024. O aumento de 8,0% em relação ao 3T24 deriva da conjunção entre a alta de 25,4% nas vendas para o mercado externo e a redução de 6,4% para o mercado interno. Em 2024, o total transacionado recuou 1,8% diante de 2023, com a retração de 8,3% nas vendas no Brasil, que foi parcialmente compensada pela expansão de 5,3% nas exportações.

RECEITA LÍQUIDA – No 4T24, a receita líquida totalizou R\$ 607,5 milhões. O aumento de 1,6% em relação ao 3T24 foi motivado por fatores como o incremento de 8,0% no volume de vendas e de 4,0% no dólar médio praticado, combinados à queda de 8,4% no preço médio, em dólar, das ligas. Na comparação entre 2024 e 2023, a receita líquida recuou 8,1%, decorrente da redução nas receitas dos mercados interno e externo.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS – O CPV consolidado alcançou R\$ 526,6 milhões no 4T24 e cresceu 5,6% perante o 3T24, refletindo a alta de 5,3% no CPV das ferroligas devido ao avanço de 8,0% no volume de vendas e a redução no custo de insumos importantes. No acumulado de 2024, o CPV consolidado diminuiu 3,2% frente a 2023, justificado, sobretudo, pelo recuo de 6,8% no CPV das ferroligas combinado ao aumento nos custos associados à exaustão do valor justo do ativo biológico, aos gastos com a capacidade ociosa, às manutenções dos fornos e aos ajustes de inventário.

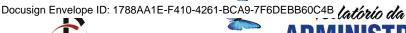
DESPESAS COM VENDAS E GERAIS/ADMINISTRATIVAS – As despesas com vendas em 2024 somaram R\$ 21,5 milhões e aumentaram 10,8% em relação a 2023, enquanto as despesas gerais/administrativas totalizaram R\$ 218,2 milhões e registraram leve alta de 3,9% se comparadas ao mesmo período do ano anterior.

OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS – Em 2024, as despesas operacionais perfizeram R\$ 59,5 milhões, valor 17,9% inferior ao registrado em 2023, com destaque para créditos tributários auferidos no montante de R\$ 20,5 milhões em 2024.

EBITDA AJUSTADO – A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA Ajustado, atingiu R\$ 47,0 milhões no 4T24 com margem EBITDA de 7,7% e retração de 63,0% em relação ao 3T24. Em 2024, o EBITDA Ajustado alcançou R\$ 352,0 milhões e margem de 15,7%, resultado 22,5% inferior ao alcançado em 2023.

GERAÇÃO/CONSUMO DE CAIXA – O consumo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 39,0 milhões em 2024, finalizando o período com uma reserva financeira consolidada de R\$ 1,134 bilhão. Deduzindo-se o endividamento consolidado de R\$ 423,7 milhões, a posição de caixa líquido foi de R\$ 709,9 milhões no 4T24 ante os R\$ 897,6 milhões apurados no final do 4T23.

RESULTADO FINANCEIRO – O resultado financeiro consolidado de R\$ 73,5 milhões no 4T24 foi 191,7% superior ao do 3T24, procedente, basicamente, da atualização monetária da recuperação de créditos tributários, que somou R\$ 56,8 milhões no 4T24. Na comparação de 2024 com 2023, houve avanço de 27,6%, também devido à atualização monetária dos créditos tributários recuperados, que adicionou R\$ 63,7 milhões em 2024 e compensou a queda no rendimento dos investimentos financeiros, ocorrida pelo maior consumo de caixa e pela redução na taxa média de juros do período.







CAPEX – Em 2024, foram investidos R\$ 288,7 milhões, valor 8,0% inferior ao realizado em 2023, com destaque para a aquisição de máquinas e equipamentos destinados, em sua maior parte, às unidades de Metalurgia e Mineração, bem como para manutenção do ativo biológico na área de Recursos Florestais. Destacam-se, também, os investimentos de R\$ 37,8 milhões, realizado em participação societária com empresa geradora de energia elétrica, e de R\$ 11,0 milhões em participação societária na Coligada Bahia Minas Bioenergia.

LUCRO LÍQUIDO – O lucro líquido consolidado alcançou R\$ 327,8 milhões em 2024, uma retração de 14,4% com relação a 2023. No 4T24, registramos um aumento de 21,9% em relação ao trimestre anterior.

6. RESULTADOS OPERACIONAIS

6.1 Produção de ferroligas

No 4T24, foram produzidas 73,4 mil toneladas de ferroligas. A redução de 3,8% em relação ao trimestre anterior é reflexo da combinação entre o aumento de 6,2% na produção das ligas de cromo e a redução de 21,3% na de silício. Na mesma direção, o FeSi HP retraiu 23,1% frente ao 3T24 e alcançou a participação de 37,5% do total de ligas de silício.

Já o leve crescimento de 1,5% na produção de ferroligas, na comparação entre 2024 e 2023, é resultado do incremento de 6,0% nas ligas de silício e da estabilidade (- 0,5%) nas ligas de cromo. Em contrapartida, o FeSi HP registrou redução de 8,4%.

Importante ressaltar que uma parcela das ferroligas fabricadas é consumida internamente, como insumo nas demais cadeias produtivas.

Produção (toneladas)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Ligas de Cromo	51.513	48.495	6,2%	53.456	-3,6%	201.372	202.481	-0,5%
Ligas de Silício	21.871	27.791	-21,3%	24.221	-9,7%	99.836	94.162	6,0%
Total	73.384	76.286	-3,8%	77.677	-5,5%	301.208	296.643	1,5%
Utilização da capacidade instalada (MWh) %	76,7%	85,2%		81,6%		82,3%	79,7%	

A capacidade instalada, medida com base na quantidade de energia elétrica que pode ser consumida em MWh, tem como premissas a operação diária e ininterrupta dos fornos em potência normal (sem redução de potência ou desligamentos de qualquer natureza) e com o mix de produtos que viabiliza a operação dos fornos em potência máxima. A utilização da capacidade instalada, por sua vez, pode ser afetada por: (i) desligamento de forno ou redução de potência para realização de manutenção, reforma ou intervenção operacional; (ii) produção de ligas que demandem redução de potência; e (iii) comercialização de parte da energia contratada no Mercado Livre.

No 4T24, a FERBASA utilizou 76,7% da capacidade instalada da Metalurgia, uma redução de 8,5 p.p. em relação ao 3T24 devido à decisão da gestão de desligar 3 fornos por um período de 2 meses, com a oportuna comercialização da energia não consumida, em um momento de elevação pontual dos seus preços, além da readequação dos níveis dos estoques, que se mantiveram em patamares mais elevados dadas as dificuldades comerciais enfrentadas ao longo do ano no mercado doméstico e na logística internacional. Em decorrência da parada dos fornos, foram realizadas manutenções em antecipação a futuras paradas programadas para 2025.

Na análise comparativa entre 2024 e 2023, foi registrada uma elevação de 2,6 p.p. na utilização da capacidade instalada, ocasionada pelo aumento no volume total de produção, levando-se em conta a ausência da restrição de produção no horário de ponta (18h às 21h) durante todo ano de 2024, além do incremento na participação das ligas de silício, que são mais eletrointensivas.







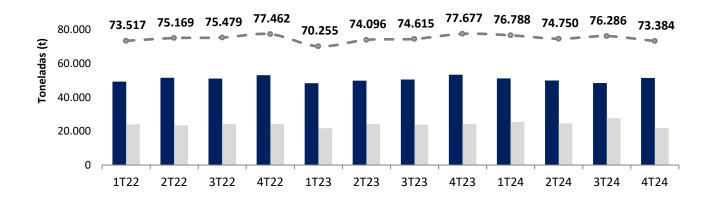




Ligas de Cromo

Ligas de Silício

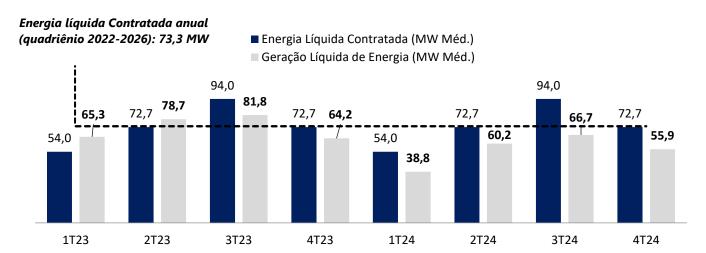
Total



Geração de Energia Elétrica - BW Guirapá 6.2

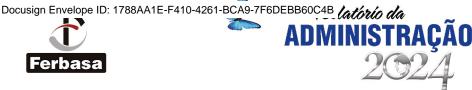
Em 2024, a geração líquida de energia nos parques da BW Guirapá alcançou 55,4 MW médios, volume 23,5% inferior a 2023 e 24,4% abaixo dos 73,3 MW médios líquidos contratados para o ano junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A velocidade dos ventos, principal fator de influência no desempenho do complexo eólico, abateu 15,0 MW médios da geração anual. Outro fator de grande relevância foi o nível de restrições imposto pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, que frustrou em 6,5 MW médios a geração anual de energia da BW Guirapá.

A geração líquida de energia nos parques da BW Guirapá no 4T24 foi de 55,9 MW médios, patamar 13,0% inferior ao 3T24 e 23,2% abaixo dos 72,7 MW médios líquidos contratados para o trimestre. O efeito climático foi o principal motivador, respondendo pela supressão de 13,3 MW médios da geração bruta contratada, em consequência às alterações nos ventos - causadas pelos rios atmosféricos e pela atuação frequente de sistemas transientes (frentes frias, cavados e ciclones), pelo oceano Atlântico.



Em resumo, os principais fatores que influenciam a geração de energia da BW Guirapá são (i) a disponibilidade operacional de todo o Complexo Eólico que, no caso do aerogerador, está relacionada ao tempo disponível para operar e ao tempo relativo à efetiva geração (disponibilidade por energia); (ii) desempenho dos aerogeradores, medido pela associação entre a geração real e a esperada, em função da curva de potência teórica da turbina; (iii) condições climáticas da atmosfera que se refletem na qualidade dos ventos (velocidade e densidade), fator determinante para o nível de geração de energia; (iv) restrições sistêmicas impostas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS; e (v) perdas elétricas internas e externas.







A diferença entre a geração bruta contratada de 83,1 MW médios para o 4T24 e a geração líquida realizada, de 55,9 MW médios, pode ser assim explicada:

4T24 - Fatores gerenciáveis (- 3,3 MW médios):

- Disponibilidade realizada de 97,8%, que provocou o decréscimo de 1,4 MW médio na geração de energia, resultado principalmente relacionado aos danos em turbinas eólicas, em especial nos geradores e gearboxes.
- Performance média realizada de 97,0%, que implicou na diminuição de 1,9 MW médio, em consequência da calibragem dos equipamentos que orientam os aerogeradores.

4T24 - Fatores não gerenciáveis (- 24,0 MW médios):

- O clima impactou negativamente a geração bruta esperada em 13,3 MW médios, uma vez que a velocidade média dos ventos (7,7 m/s) ficou abaixo da esperada para o período (8,5 m/s).
- A ampliação das restrições sistêmicas impostas pelo ONS para gerenciamento em tempo real do Sistema Interligado Nacional (SIN) reduziram 6,7 MW médios da geração do Parque no período analisado.
- As perdas elétricas internas e externas referentes, respectivamente, aos equipamentos e ao sistema de transmissão (perdas sistêmicas externas - rateio do ONS) suprimiram 3,9 MW médios da geração bruta.

A redução na qualidade dos ventos e elevação brutal das restrições impostas pelo ONS ao longo de 2024, principalmente no 3T24 e 4T24, gerou um indicador ICSD (índice de cobertura do serviço da dívida) de 1,10 na BWG, abaixo, portanto dos 1,30 exigidos no covenants junto ao BNDES, e demandou da FERBASA o aporte de R\$ 9,0 milhões na conta de reserva do Complexo Eólico para respectiva regularização, conforme dita o contrato com o banco de fomento. O aporte foi realizado em 18/02/25.

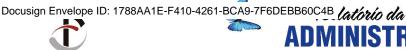
Durante o ano, a BW Guirapá deu continuidade às melhorias para prevenção de problemas operacionais e mitigação de falhas, como a realização de boroscopias nos aerogeradores e o fortalecimento de controles operacionais. Tais ações visam a otimização do monitoramento e da avaliação contínua dos principais componentes do aerogerador, antecipando falhas, viabilizando melhorias na programação da manutenção e mitigação de custos. Com relação as restrições, a BW Guirapá integra uma ação judicial impetrada pela ABEEOLICA – Associação Brasileira de Energia Eólica.

7. **VENDAS**

As vendas do 4T24 alcançaram 73,8 mil toneladas de ferroligas, uma elevação de 8,0% em relação ao 3T24, decorrente da combinação entre o aumento de 25,4% nas remessas ao mercado externo (ME) e a retração de 6,4% nas vendas para o mercado interno (MI).

As quantidades transacionadas no ano recuaram 1,8% frente a 2023. O resultado está associado ao declínio de 8,3% nas vendas domésticas e ao incremento de 5,3% nas exportações. De maneira geral, o desempenho no MI foi afetado por contratempos relacionados ao ainda elevado nível de importações de aço em 2024, impactando o segmento siderúrgico nacional, principal destino das ferroligas. Já no que se refere ao ME, inúmeros desafios logísticos foram enfrentados ao longo do ano, como: conflitos no Mar Vermelho, restrições à circulação no Canal do Panamá, congestionamento nos portos, escassez de contêineres, ações protecionistas de alguns países, além do aumento no tempo de trânsito e nos custos com frete marítimo. Enfrentando este cenário externo desafiador, a FERBASA conseguiu manter o volume vendido de ligas de silício e expandiu as exportações de cromo.

Vendas (toneladas)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
MERCADO INTERNO								
Ligas de Cromo	28.303	31.119	-9,0%	29.428	-3,8%	109.316	125.155	-12,7%
Ligas de Silício	6.688	6.259	6,9%	4.942	35,3%	22.412	18.497	21,2%
Total MI	34.991	37.378	-6,4%	34.370	1,8%	131.728	143.652	-8,3%
MERCADO EXTERNO								
Ligas de Cromo	23.144	11.790	96,3%	11.624	99,1%	64.163	57.019	12,5%
Ligas de Silício	15.666	19.156	-18,2%	20.055	-21,9%	72.732	72.978	-0,3%
Total ME	38.810	30.946	25,4%	31.679	22,5%	136.895	129.997	5,3%
TOTAL (MI + ME)	73.801	68.324	8,0%	66.049	11,7%	268.623	273.649	-1,8%











7.1 Receita Líquida

A receita líquida do 4T24 totalizou R\$ 607,5 milhões, um incremento de 1,6% em relação ao 3T24. Este montante resulta da combinação entre os aumentos de 8,0% no volume de vendas e de 4,0% no dólar médio praticado, parcialmente compensados pela redução de 8,4% no preço médio das ligas em dólar.

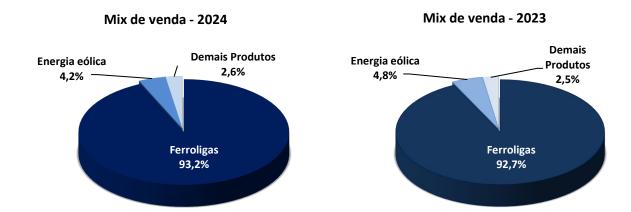
Na comparação entre 2024 e 2023, a receita líquida reduziu 8,1%, refletindo a queda de 7,6% da receita com ferroligas, resultado que retrata as diminuições de 11,6% no preço médio, em dólar, das ferroligas e de 1,8% no total comercializado, além da valorização de 6,8% no dólar médio praticado.

Receita Líquida (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
MERCADO INTERNO								
Ferroligas	264,0	287,4	-8,1%	234,7	12,5%	981,8	1.090,9	-10,0%
Energia eólica	24,0	28,7	-16,4%	26,9	-10,8%	94,1	117,8	-20,1%
Demais Produtos (*)	15,1	16,7	-9,6%	13,8	9,4%	57,7	60,3	-4,3%
Total MI	303,1	332,8	-8,9%	275,4	10,1%	1.133,6	1.269,0	-10,7%
MERCADO EXTERNO								
Ferroligas	304,4	264,9	14,9%	266,3	14,3%	1.103,1	1.166,1	-5,4%
Total ME	304,4	264,9	14,9%	266,3	14,3%	1.103,1	1.166,1	-5,4%
TOTAL (MI+ME)	607,5	597,7	1,6%	541,7	12,1%	2.236,7	2.435,1	-8,1%
Dólar médio praticado (R\$/USD)	5,73	5,51	4,0%	4,96	15,5%	5,36	5,02	6,8%

^(*) inclui receita com areia de cromita, cal, microsílica, madeira e escórias.

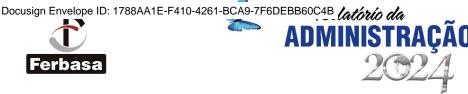
7.2 Receita Líquida por Produto e Mercado

A receita líquida por produto é apresentada no gráfico abaixo:



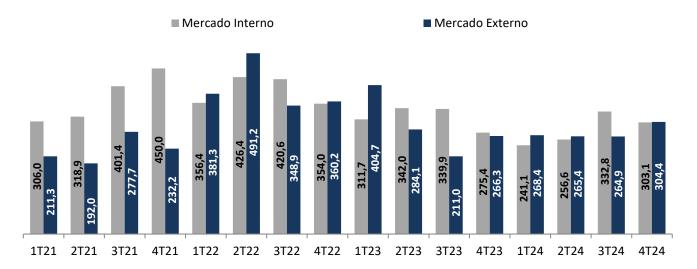
Em 2024, o modesto desempenho da siderurgia mundial, em especial pela desaceleração da produção de aços inoxidáveis na Europa e pelo baixo crescimento da economia global, achataram os preços das ferroligas. Um fator relevante associado às ligas de silício foi a precaução no mercado com relação aos efeitos de tarifação decorrentes do processo de antidumping dos EUA. Por conta disso, os problemas logísticos que desembocaram em dificuldades no escoamento dos produtos foram incapazes de oferecer resistência as quedas de preço ocorridas no ano.







Distribuição da receita líquida por mercado (em R\$ milhões)



8. **CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS**

O custo dos produtos vendidos (CPV), considerando exclusivamente os dados das ferroligas, totalizou R\$ 440,8 milhões no 4T24. A alta de 5,3%, em comparação ao 3T24, combinou a elevação de 8,0% no volume de vendas e a redução no custo de alguns insumos importantes, com destaque para a energia elétrica e o biorredutor.

Ainda no 4T24, houve a inclusão de R\$ 51,6 milhões de custos referentes à exaustão do valor justo do ativo biológico, gastos referentes à capacidade ociosa e a manutenções dos fornos, além de ajustes de inventário. Com isso, o CPV consolidado encerrou o 4T24 em R\$ 526,6 milhões, consolidando o crescimento de 5,6% em relação ao trimestre anterior.

Ao analisar o período compreendido entre 2023 e 2024, o CPV das ferroligas registrou um recuo de 6,8%, justificado, sobretudo, pelos menores custos com energia elétrica e coque, além de refletir o decréscimo de 1,8% no volume de vendas. É importante mencionar que, dentro do portfólio de contratos de energia elétrica, as alterações contratuais negociadas especificamente com a CHESF em 2023, no bojo do Projeto Energia Competitiva, trouxeram uma condição diferenciada e foram as grandes responsáveis pela redução de 21,8% no custo da energia consumida pela Metalurgia em 2024. Esta condição extraordinária não se estenderá a 2025, quando a tarifa do contrato CHESF retornará aos patamares habituais.

No que se refere ao FeCrAC, foi registrada uma queda nos custos de produção entre 2023 e 2024, atribuída às reduções dos gastos com energia elétrica e coque, sendo que este último reflete o declínio no preço internacional do carvão mineral. Na mesma direção, o custo de produção do FeCrBC decresceu em razão dos menores dispêndios com energia elétrica e redutor, o FeSiCr, que é produzido internamente e foi diretamente beneficiado pela diminuição no custo de produção do FeCrAC. A retração no custo de produção do ferrossilício deve-se à contenção nos gastos com energia elétrica e pasta eletródica, além da diluição dos custos fixos, em decorrência do aumento da produção.

Ao observar a relação entre CPV e receita líquida das ferroligas, é possível perceber uma pequena alta de 0,7% entre os acumulados dos dois últimos anos, provocada principalmente pela diminuição da receita devido à queda nos preços de comercialização em dólar, o que neutralizou a melhora nos custos de produção registrada no ano.

A linha "Energia Eólica" apresentada na tabela abaixo é relativa ao CPV do complexo eólico BW Guirapá, com abrangência dos seus principais componentes de custo, associados à operação dos aerogeradores, como manutenção dos equipamentos, transmissão de energia e depreciação.









CPV (R\$ milhões)	4T24	%RL(*)	3T24	%RL(*)	4T23	%RL(*)	2024	%RL(*)	2023	%RL(*)
Ferroligas	440,8	77,6%	418,7	75,8%	424,7	84,8%	1.628,5	78,1%	1.746,4	77,4%
Energia eólica	24,1	100,4%	23,8	82,9%	23,7	88,1%	97,3	103,4%	85,1	72,2%
Demais produtos (i)	10,1	66,9%	11,2	67,1%	9,4	68,1%	40,3	69,8%	39,9	66,2%
Subtotal produtos	475,0		453,7		457,8		1.766,1		1.871,4	
Exaustão do valor justo do										
ativo biológico	10,4		25,7		7,7		36,1		32,5	
Capacidade ociosa	12,8		3,8		4,0		21,5		14,4	
Outros	28,4		15,5		(1,9)		16,4		(17,1)	
Subtotal outros	51,6		45,0		9,8		74,0		29,8	_
Total geral	526,6		498,7		467,6		1.840,1		1.901,2	
%Receita líquida	86,7%	•	83,4%		86,3%		82,3%		78,1%	

^(*) considera os percentuais de CPV pela RL de cada produto.

9. **DESPESAS**

9.1 **Despesas com Vendas**

As despesas com vendas totalizaram R\$ 21,5 milhões em 2024 - montante 10,8% superior aos R\$ 19,4 milhões realizados em 2023. Essa variação decorre do aumento das exportações e elevação dos custos com frete marítimo, em consequência dos problemas logísticos internacionais que marcaram o ano. Em relação à receita líquida, os percentuais das despesas com vendas corresponderam a 1,0% em 2024 e 0,8% em 2023.

9.2 **Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas gerais e administrativas consolidadas incluem parcelas referentes aos salários, benefícios, honorários da administração, encargos sociais, serviços de consultorias e à provisão das participações nos lucros. Em 2024, tais despesas somaram R\$ 218,2 milhões (R\$ 9,2 milhões referentes à BWG), um acréscimo de 3,9% frente aos R\$ 210,0 milhões registrados em 2023 (R\$ 7,7 milhões referentes à BWG).

9.3 **Outras Despesas / Receitas Operacionais**

O total das despesas operacionais atingiu R\$ 59,5 milhões em 2024, valor 17,9% inferior à registrada em 2023. Essa variação já inclui a receita com recuperação de créditos tributários no montante de R\$ 20,5 milhões em 2024 (o total recuperado foi R\$ 84,2 milhões sendo que R\$ 63,7 milhões de atualização monetária foram registrados como receita financeira). Os principais dispêndios acumulados ocorreram nas linhas relativas à Responsabilidade Social e Empresarial (R\$ 17,7 milhões), outros impostos e taxas (R\$ 17,5 milhões), além de gastos com pesquisas geológicas, consultorias e outros (R\$ 44,8 milhões).

10. **EBITDA AJUSTADO**

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade, representando o lucro do período apurado antes dos Juros, Imposto de Renda, Contribuição Social, Depreciação, Amortização e Exaustão. A FERBASA divulga o seu EBITDA ajustado de acordo com a Resolução CVM 156/22, ou seja, com o expurgo do efeito líquido do valor justo dos ativos biológicos, da provisão para contingências e dos demais efeitos não recorrentes.

⁽i) Incluem custos para os produtos: areia de cromita, cal, microsílica, madeira e escórias.









EBITDA - Consolidado (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Lucro Líquido	126,3	103,6	21,9%	55,0	129,6%	327,8	382,9	-14,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(73,5)	(25,2)	191,7%	(26,9)	173,2%	(147,9)	(115,9)	27,6%
(+/-) IRPJ/CSLL	(28,2)	(13,7)	105,8%	(11,6)	143,1%	(7,9)	36,8	-
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia1	57,7	77,8	-25,8%	47,4	21,7%	228,8	187,9	21,8%
EBITDA	82,3	142,5	-42,2%	63,9	28,8%	400,8	491,7	-18,5%
(+/-) Provisão para contingências e outros ²	0,6	(1,5)		13,0		(4,9)	10,9	
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos	(29,4)	(9,1)		(24,4)		(38,5)	(39,2)	
(+/-) Reversão de provisão desmobilização parque eólico (CPC 25) ³	-	-		(10,6)		-	(10,6)	
(+/-) Recuperação de crédito tributário ⁴	(4,4)	(11,5)		-		(17,2)	-	
(+/-) Demais efeitos ⁵	(2,1)	6,7		5,1		11,8	1,6	
EBITDA Ajustado	47,0	127,1	-63,0%	47,0	0,0%	352,0	454,4	-22,5%
Margem EBITDA	7,7%	21,3%		8,7%		15,7%	18,7%	

- 1) A mais valia refere-se ao efeito da realização dos ativos avaliados ao seu valor justo, reflexo da aquisição da BWG.
- 2) Efeito da constituição de novos processos e das reversões das provisões para contingências do período (Nota 26 das Demonstrações Financeiras de 2024).
- Reavaliação da provisão para desmobilização (CPC-25) dos parques eólicos, considerando os custos de desmontagem dos equipamentos e obras civis (Nota 25 das Demonstrações Financeiras de 2024).
- 4) Constituição de créditos fiscais de tributos federais (não contempla a atualização monetária).
- 5) Inclui o passivo atuarial consolidado e demais efeitos não recorrentes.

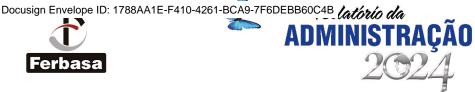
11. **ESTRUTURA FINANCEIRA**

11.1 Caixa Líquido e Consumo de Caixa

Em 2024, conforme a Demonstração de Fluxo de Caixa - "DFC" (CPC 03-R2), que considera apenas a variação das contas de caixa e equivalentes de caixa, o montante gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos foi de (+) R\$ 122,3 milhões, impactado principalmente por:

- (+) R\$ 357,1 milhões de resultado operacional gerado no período, incluídas as variações de capital de giro, pagamento de juros e impostos.
- (-) R\$ 97,1 milhões das atividades de investimento, resultado influenciado por:
- i) transferência de aplicações financeiras no montante de (+) R\$ 238,5 milhões para o Caixa e Equivalente de Caixa;
- ii) aquisições para o ativo imobilizado e ativo biológico que, juntos, totalizaram (-) R\$ 288,7 milhões;
- iii) participações societárias em Empresas de geração de energia e de aquisições de terras para plantio de eucalipto, no montante de (-) R\$ 48,8 milhões (ref. APE - Autoprodução por Equiparação); e
- iv) outros, no montante de (+) R\$ 1,9 milhão.
- (-) R\$ 137,7 milhões das atividades de financiamento, cujos impactos foram:
- i) amortização dos empréstimos e financiamentos consolidados no montante de (-) R\$ 70,5 milhões (R\$ 26,4 milhões referentes à dívida da BWG junto ao BNDES);
- ii) pagamento de arrendamentos/aluguéis que totalizaram (-) R\$ 89,7 milhões;
- iii) pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos propostos na ordem de (-) R\$ 173,6 milhões;







iv) captação de recursos financeiros por meio de adiantamento de contrato de câmbio (ACC) no valor de (+) R\$ 196,1 milhões, a um deságio médio de 6,06% a.a., com vencimentos mensais no 2T25, 3T25 e 4T25, e taxa cambial média de R\$/US\$ 5,64, com o objetivo de financiar o carregamento dos estoques de ferroligas, aproveitando o patamar da taxa cambial.

Considerando também a conta "Aplicações Financeiras", cuja variação foi negativa em R\$ 161,3 milhões, houve um consumo total de caixa de R\$ 39,0 milhões em 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva financeira consolidada atingiu R\$ 1,134 bilhão (inclusos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, sendo R\$ 139,4 milhões da BWG) e a dívida consolidada de R\$ 423,7 milhões (R\$ 189,0 milhões referentes à dívida da BWG junto ao BNDES). Assim, a Companhia encerrou 2024 com uma posição de caixa líquido de R\$ 709,9 milhões.

Caixa Líquido - Consolidado (R\$ milhões)	31/12/2024	31/12/2023	Δ
Caixa e equivalentes de caixa	464,1	341,8	122,3
Aplicações financeiras	669,5	830,8	(161,3)
Total da Reserva Financeira	1.133,6	1.172,6	(39,0)
Total da Reserva Financeira Empréstimos e financiamentos*	1.133,6 (423,7)	1.172,6 (275,0)	(39,0) (148,7)

^(*) valor do IOF sobre a captação é de R\$ 3,1 e R\$ 3,6 milhões para 31/12/24 e 31/12/23, respectivamente.

11.2 Resultado Financeiro Líquido

No 4T24, o resultado financeiro somou R\$ 73,5 milhões, valor 191,7% superior aos R\$ 25,2 milhões do trimestre anterior. Esta ascensão ocorreu, em sua maior parte, pelo aumento de 170,1% na receita financeira, ocasionada, sobretudo, pela atualização monetária dos créditos tributários, que acrescentou R\$ 56,8 milhões no 4T24.

O acréscimo de 27,6% no resultado financeiro de 2024 frente ao ano anterior foi principalmente provocado pela elevação de 22,2% na receita financeira, ocasionada pela atualização monetária dos créditos tributários recuperados, que contribuiu com R\$ 63,7 milhões e compensou a queda no rendimento das aplicações financeiras devida ao maior consumo de caixa e redução na taxa média de juros entre os períodos.

Complementarmente, informamos que a Companhia possui US\$ 7,4 milhões em trava de exportação, a uma taxa cambial média de R\$/US\$ 5,87 e prazo de vencimento no 1T25.

Resultado financeiro (R\$ milhões)	4T24	3T24	Δ%	4T23	Δ%	2024	2023	Δ%
Desempenho financeiro								
Receita financeira	102,9	38,1	170,1%	40,4	154,7%	207,1	169,5	22,2%
Despesa financeira	(17,0)	(15,1)	12,6%	(11,3)	50,4%	(54,2)	(51,3)	5,7%
Variação cambial líquida	(12,4)	2,2	-	(2,2)	463,6%	(5,0)	(2,3)	117,4%
Total geral	73,5	25,2	191,7%	26,9	173,2%	147,9	115,9	27,6%

12. **CAPEX**

12.1 **Operacional**

Em 2024, o CAPEX totalizou R\$ 288,7 milhões, montante 8,0% inferior ao realizado em 2023. A seguir, apresentamos os valores segregados por unidade de negócio:

CAPEX (R\$ milhões)	Metalurgia	Mineração	Florestal	Energia eólica	2024	2023
Máquinas e equipamentos	49,9	69,8	17,1	9,4	146,2	171,1
Ativo biológico	=	-	72,7	=	72,7	71,7
Minas	-	21,4	-	-	21,4	24,1
Edificações	3,6	17,9	16,1	0,3	37,9	23,6
Terras	=	-	-	=	-	23,4
Veículos e tratores	0,3	1,4	-	-	1,7	2,8
Móveis e utensílios	1,0	0,6	-	-	1,6	1,6
Outros (i)	3,1	0,9	3,2	=	7,2	10,5
Total	57,9	112,0	109,1	9,7	288,7	328,8







(i) Incluem: adiantamentos, informática, intangível e outros.

Os investimentos mais significativos de 2024 estiveram relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos (50,6%), em sua maior parte para as unidades da Metalurgia e da Mineração, bem como manutenção do ativo biológico (25,2%) para a área de Recursos Florestais. Tais dispêndios representaram, juntos, 75,8% do total do CAPEX realizado no período.

12.2 Participações Societárias

Conforme divulgado ao mercado em 09 de fevereiro de 2024, um desembolso de R\$ 37,8 milhões foi realizado para a aquisição de 45% de participação na Sociedade NK232 (Empresa do grupo Auren Energia S.A.) com o objetivo de exploração dos parques eólicos Ventos de São Ciro (Piauí) e Ventos de São Bernardo (Pernambuco). O investimento permitirá o suprimento para a Companhia de 35 MW médios de energia elétrica durante 20 anos, sob o regime de autoprodução por equiparação (APE).

Adicionalmente, em julho de 2024, ocorreu o segundo aporte de capital no montante de R\$ 11,0 milhões, na Empresa Bahia Minas Bioenergia (Coligada), sociedade firmada em parceria com a APERAM INOX AMÉRICA DO SUL S.A., visando à aquisição de imóveis rurais a serem utilizados na exploração de eucalipto e outras espécies florestais.

LUCRO LÍQUIDO 13.

Em decorrência dos efeitos mencionados neste relatório, o lucro líquido consolidado no 4T24 foi de R\$ 126,3 milhões (margem líquida de 20,8%). No resultado acumulado de 2024, o lucro líquido alcançou R\$ 327,8 milhões (margem líquida de 14,7% sobre a receita líquida e redução de 14,4% em relação a 2023). Os principais elementos que influenciaram o resultado no ano de 2024, em relação ao mesmo período do ano anterior, foram:

- (i) valorização de 6,8% no dólar médio praticado;
- (ii) queda de 11,6% no preço médio das ferroligas em dólar;
- (iii) redução de 1,8% no volume de vendas total de ferroligas;
- (iv) queda de 6,8% no custo dos produtos vendidos (CPV) das ferroligas;
- prejuízo de R\$ 15,8 milhões da BW Guirapá; (v)
- (vi) receita de R\$ 84,2 milhões, referente a recuperação de créditos fiscais, sendo R\$ 20,5 milhões em outras receitas operacionais e R\$ 63,7 milhões como receita financeira;
- (vii) ajuste positivo de R\$ 38,5 milhões referente ao cálculo do valor justo do ativo biológico, sendo (+) R\$ 74,6 milhões, decorrente das oscilações no preço de mercado da madeira, no volume de floresta e na taxa de desconto e (-) R\$ 36,1 milhões pelo consumo de madeira.

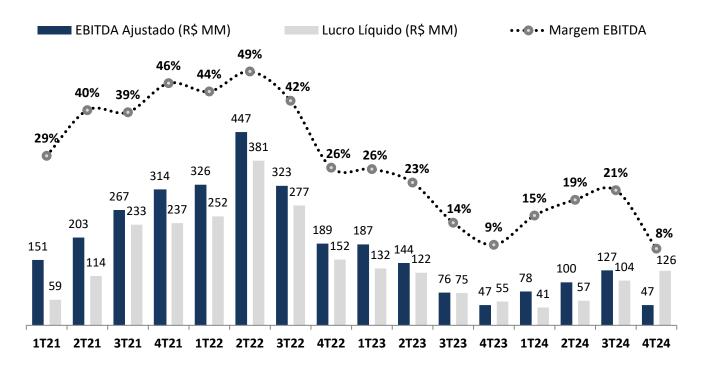
Em complemento, a FERBASA realizou um consumo de caixa consolidado de R\$ 39,0 milhões em 2024.

No gráfico a seguir, são apresentadas as evoluções do EBITDA, da margem EBITDA e do lucro líquido desde o 1T21.









DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 14.

O quadro abaixo demonstra a riqueza gerada pela Companhia e sua respectiva distribuição. Em 2024, a FERBASA gerou R\$ 943,4 milhões, montante 6,2% inferior a 2023:

DVA (R\$ milhões)	2024	2023	Δ%
Colaboradores	449,9	416,7	8,0%
Governo	119,5	159,7	-25,2%
Outros (1)	46,2	46,6	-0,9%
Lucro Líquido (2)	327,8	382,9	-14,4%
Total	943,4	1.005,9	-6,2%

- (1) Referem-se a juros, aluguéis, arrendamentos, despesas financeiras, variação cambial passiva e outros.
- (2) Acionistas e lucros retidos.

MERCADO DE CAPITAIS E RELAÇÕES COM INVESTIDORES **15.**

A FERBASA segue as práticas de mercado para a divulgação de informações, mantendo um website institucional e os demais canais de comunicação direta com a área de Relações com Investidores. Complementarmente, são promovidas conferências de divulgação dos resultados trimestrais e uma reunião pública anual. Apresentamos a seguir um resumo das informações relevantes para nossos investidores e mercado em geral.

15.1 **Proventos**

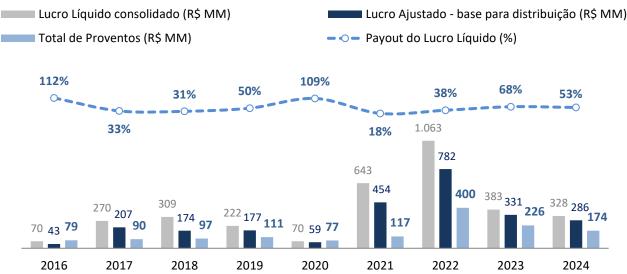
O gráfico abaixo mostra uma série histórica da distribuição de lucros que reforça a posição da FERBASA como pagadora regular de proventos. No ano foram distribuídos R\$ 173,5 milhões de proventos na forma de JCP, alcançando payout de 53% em relação ao lucro líquido de 2024.











15.2 **Eventos Societários**

A FERBASA realizou em janeiro de 2024 o desdobramento de suas ações, na proporção de 01 (uma) para 04 (quatro) da mesma espécie. As ações adicionais, resultantes da operação de desdobramento, foram creditadas em favor dos acionistas da Companhia em 25/01/2024.

Em novembro de 2024, foi realizado o cancelamento de (i) 35.000 (trinta e cinco mil) ações ordinárias (FESA3) e de (ii) 70.000 (setenta mil) ações preferenciais (FESA4), todas nominativas e sem valor nominal, mantidas em tesouraria. O cancelamento de ações não alterou o capital social da Companhia de R\$ 1,470 bilhão e que passou a ser dividido em 353.175.000 (trezentas e cinquenta e três milhões cento e setenta e cinco mil) ações, sem valor nominal, sendo 117.725.000 (cento e dezessete milhões setecentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias e 235.450.000 (duzentas e trinta cinco milhões quatrocentas e cinquenta mil) ações preferenciais.

Base Acionária	O	N	PI	Total	
base Acionaria	Acionistas	Tesouraria	Acionistas	Tesouraria	Total
Posição dez/2023	29.400.000	40.000	55.696.700	3.183.300	88.320.000
Posição pós Desdobramento (1:4) - jan/2024	117.600.000	160.000	222.786.800	12.733.200	353.280.000
Posição pós Cancelamento - dez/2024	117.600.000	125.000	222.786.800	12.663.200	353.175.000

15.3 Desempenho FESA4 na B3

O quadro a seguir demonstra alguns indicadores sobre o comportamento das ações preferenciais da FERBASA no 4T24.

	4T24	3T24	Δ%
Volume de ações negociadas (mil)	31.926	39.126	-18,4%
Valor transacionado (R\$ mil)	248.770	320.452	-22,4%
Valor de mercado (R\$ mil) (1)	3.270.400	3.372.646	-3,0%
Ações em circulação – Free Float (mil) (2)	161.826	161.839	-0,01%
Média ponderada da cotação no período (R\$ PN)	7,79	8,19	-4,9%
Última cotação do período (R\$ PN)	8,19	7,68	6,6%
Valor patrimonial por ação (R\$)	9,81	9,86	-0,5%

Notas:

- (1) Número total de ações (por classe ON e PN) multiplicadas pelas respectivas cotações nas datas de 31/12/2024 e 30/09/2024;
- (2) Número total de ações, excluindo aquelas em posse da Tesouraria (4T24 ON: 160 mil; PN: 12.733 mil. 3T24 ON: 125 mil; PN: 12.633 mil), do Controlador (4T24 - ON: 116.348 mil; PN: 62.052 mil. 3T24 - ON: 116.348 mil; PN: 62.065 mil) e dos Administradores (ON: 312; PN: 148 mil).

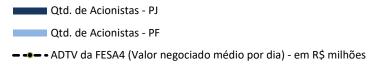


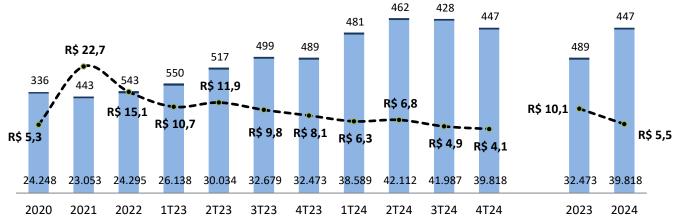




Ao longo do ano, o mercado de capitais brasileiro sofreu os impactos das conjunturas internacional e nacional, com destaque para (i) o agravamento das tensões geopolíticas; (ii) retomada da tendência de alta nas taxas de juros; (iii) desvalorização da taxa cambial; e (iv) incertezas atreladas ao cenário fiscal e inflacionário do País. Esse contexto afetou o consumo e o preço das commodities, em especial aquelas ligadas à siderurgia, explicando o baixo desempenho das ações ligadas ao setor siderúrgico em 2024.

No gráfico a seguir, apresentamos a evolução da base acionária, por tipo de acionista, e da liquidez medida pelo ADTV.

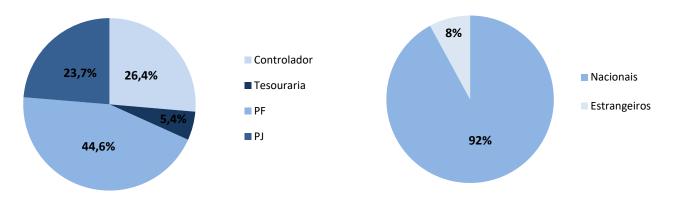




O ADTV (Average Daily Trading Volume; volume médio negociado diariamente) da Companhia, no 4T24, atingiu R\$ 4,1 milhões e recuou 16,0% em relação ao 3T24. Ao passo que, no intervalo entre 2023 e 2024, reduziu 45,6% devido, principalmente, à retração de 28,6% no preço médio da FESA4. Destacamos, ainda, a ampliação de 22% na base acionária nesse período.

15.4 **Perfil do Investidor**

O perfil acionário das ações preferenciais da FERBASA (FESA4), tomando-se como referência a base acionária do dia 31/12/2024, configura-se da seguinte forma:



DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 16.

16.1 **COMPROMISSOS ESG**

Ancorada em um compromisso firmado consigo mesma, com seus colaboradores, com as comunidades circunvizinhas, com o País e com as gerações futuras, independentemente de quaisquer modismos, a FERBASA decidiu, desde a sua







constituição ser uma empresa responsável em essência, facilitando o cumprimento natural das exigências quer de natureza permanente ou transitórias. Em 2024, sob a coordenação do Comitê ESG, as atividades percorreram uma trilha exitosa, haja vista a evolução do Plano de Trabalho estabelecido para o biênio de 2023 e 2024, com 100% de implementação das demandas assumidas.

No sentido de manter o mercado atualizado com nossas iniciativas e projetos, além da divulgação anual do Relatório de Sustentabilidade (todas as edições disponíveis para consulta em https://www.ferbasa.com.br/relatorio-desustentabilidade/), enumeramos neste tópico os pontos mais relevantes do ano:

<u>E</u> SG – Meio ambiente	ODS*
 Asseguração do inventário de Gases de Efeito Estufa (ano base 2023) pela Bureau Veritas Certification no nível Limitado; Início de operação dos queimadores de gases da Fazenda Araticum, que evita a dispersão de fumaça e odor proveniente dos fornos da unidade. O projeto iniciado em 2023 contou com investimentos superiores a R\$ 40 milhões. 	15 VIDA SOBRE A TERRA TO STATE OF THE PROPERTY OF THE PROPERT
E <mark>S</mark> G – Social	ODS*
 Primeira auditoria social realizado por cliente, englobando todas as unidades operacionais da FERBASA, para avaliação de pontos relacionados a direitos humanos, meio ambiente e mudanças climáticas, relacionamento com comunidades, segurança e relações trabalhistas; 	8 EMPREGO DIGNO ECRESCIMENTO ECONÓMICO
 Realização de R\$ 17,7 milhões em investimentos sociais por meio das ações do programa Aqui Tem Ferbasa, que abrange seis linhas de atuação: Educação, Desenvolvimento Rural e Comunitário, Meio Ambiente, Arte e Cultura, Esporte e Saúde. 	10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES
ES <u>G</u> – Governança	ODS*
 Adesão à plataforma EcoVadis, obtendo uma pontuação de 51% já no primeiro ciclo e garantindo o selo de Empresa comprometida com a sustentabilidade; 	16 PAZ JUSTICA ENISTITUCOES FORTES 17 PARCERIAS EMPROL DASMETAS EMPROL DASMETAS

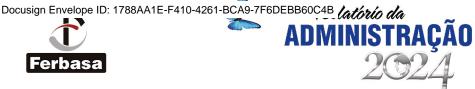
(*) Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) compõem uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015, composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030

17. EXPECTATIVAS PARA 2025

O cenário apresentado pelo Banco Mundial para as economias em desenvolvimento, responsáveis por 60% do crescimento global, é de incerteza devido a questões como a estagnação de reformas estruturais, ocorrências de guerras comerciais que desencadeiam medidas protecionistas em diversos países, além de crescentes custos relacionados às mudanças climáticas. Em 2024, as novas restrições globais ao comércio foram cerca de cinco vezes superiores à média de 2010 a 2019. Como resultado, em 2025 a expectativa de crescimento para as economias em desenvolvimento é a mais fraca dos últimos 25 anos e no contexto global, o PIB deve crescer 2,7% em 2025, mantendo o ritmo de 2024, segundo o Banco Mundial.

A divulgação de dados sobre a economia brasileira deve confirmar as expectativas para os principais indicadores da atividade econômica, com um crescimento de 3,5% em 2024. A recente alta do dólar tem exercido pressão sobre a inflação e consequente elevação na taxa básica de juros, o que tende a frear o crescimento do PIB ao longo de 2025. A







Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda estima que o Produto Interno Bruto cresça 2,5% em

Segundo a World Steel Association (WSA), a produção global de aço deve apresentar uma recuperação de 1% em 2025, após três anos consecutivos de declínio. Tal expectativa está relacionada a uma série de fatores, incluindo o desenvolvimento econômico global, inovações tecnológicas e políticas de sustentabilidade. De acordo com a WSA, esta recuperação será impulsionada principalmente por economias emergentes, com destaque para a Índia, que deve manter um forte crescimento na demanda por aço, estimado em 8% para 2025. Como ponto de atenção, a demanda chinesa deve continuar desacelerando em 2025, porém, num ritmo mais moderado que nos últimos anos. O desempenho do setor imobiliário na China e em outras regiões do globo persiste como um importante foco de risco, que tende a se agravar diante das previsões de elevação nos custos financeiros internacionais, impulsionados por políticas monetárias restritivas adotadas para combate à inflação. Além disso, há também o receio sobre as consequências das ações protecionistas entre muitos países.

De acordo com o Instituto Aço Brasil, espera-se uma leve redução na produção de aço bruto, estimada em 33,58 Mt para 2025, o que representaria uma diminuição de 0,6% em relação a 2024. As vendas no mercado interno também devem registrar uma queda de 0,8%, ainda refletindo a pressão exercida pelos aços importados, apesar das restrições impostas pelo governo brasileiro em 2024.

Alicerçada no esforço de reprodução de sua cultura empresarial como aspecto relevante do caminho para a perenidade dos negócios, em 2025 a FERBASA seguirá focada na gestão de custos em todas as áreas, inclusive com o suporte de consultoria internacional especialista em otimização de processos e redução de custo. Estaremos também direcionados à evolução dos projetos estratégicos, dentre os quais, destaca-se o de ampliação da capacidade instalada para produção de ferroligas de cromo, através da construção de uma nova fábrica em Pojuca.

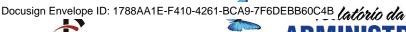
Como importante iniciativa de fortalecimento da cadeia verticalizada, destacamos a renovação tecnológica da unidade produtora de Cal Virgem que, em 2025, buscará atingir os níveis produtivos almejados, e os investimentos na construção dos fornos de produção de biorredutor na região de Maracás e Planaltino com início de operação prevista para 2026, além dos investimentos em tecnologia nas unidades de mineração de cromo visando ganhos de eficiência. Por fim, a FERBASA inicia 2025 ciente dos desafios apresentados pelas novas circunstâncias dos mercados nacional e internacional e comprometida com a gestão criteriosa do fluxo de caixa para garantir a sustentabilidade do negócio.

As declarações e perspectivas de mercado contidas neste Relatório foram consideradas no momento de sua construção e, portanto, estão sujeitas a mudanças decorrentes das variações nos cenários aqui apresentados.

18. **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos mais uma vez a confiança depositada por nossos acionistas, clientes, fornecedores, agentes de mercado na atuação da FERBASA, e a cada um dos nossos colaboradores, pelo esforço, criatividade e empenho para o alcance dos objetivos pautados. Nosso compromisso perante as partes interessadas está respaldado nos valores empresariais da Companhia, que asseguram uma gestão responsável, ética, transparente e pautada na sustentabilidade do negócio.

A ADMINISTRAÇÃO







19. GLOSSÁRIO

Ferrocromo Alto Carbono (FeCrAC) - Liga de ferro e cromo que apresenta teor de carbono, também conhecido como "*Charge Chrome*", é usado na fabricação de aços inoxidáveis e ligas especiais. Os aços inoxidáveis são utilizados na indústria de alimentos, produtos químicos, celulose, petróleo, além dos produtos da chamada "linha branca", utensílios domésticos, construção civil e outros.

Ferrocromo Baixo Carbono (FeCrBC) - Liga de ferro e cromo que apresenta carbono com teor máximo de 0,15%, utilizado durante a produção de aços para corrigir os teores de cromo sem provocar variações indesejáveis no teor de carbono. Industrialmente, tem a mesma finalidade do ferrocromo alto carbono, sendo empregado na produção de aços inoxidáveis com larga aplicação nas indústrias de bens de consumo.

Ferrossilício Cromo (FeSiCr) - Elemento redutor na fabricação de Ferrocromo Baixo Carbono e em aços, para adição de cromo e silício

Ferrossilício 75 (FeSi75) - Na produção de aço, o Ferrossilício 75 Standard é usado como desoxidante e elemento de liga; na indústria de fundição serve como agente grafitizante. O Ferrossilício Alta Pureza (HP) compõe a fabricação de aços destinados à manufatura de transformadores, usinas hidrelétricas, freezer, compressores herméticos para geladeiras e outros.

Milhões de toneladas (Mt) - De acordo com o Sistema Internacional de Unidades (S.I.), o prefixo que designa o milhão (mega) pode ser representado pela letra maiúscula M. No caso da tonelada, sua representação no S.I. é a letra minúscula t. Portanto, para milhões de toneladas pode-se adotar a abreviatura Mt. (conversão: 1 Mt = 1.000.000 t).







PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (em R\$ mil) 20.

20.1 **Balanço Patrimonial**

ATIVO	2024	2023
Circulante	1.745.724	1.584.250
Caixa e equivalentes de caixa	464.086	341.787
Aplicações financeiras	382.660	463.299
Contas a receber de clientes	200.707	197.566
Estoques	556.125	519.147
Tributos a recuperar/restituir	120.949	44.615
Despesas antecipadas	2.901	6.038
Adiantamento fornecedor - energia	-	167
Outros ativos	18.296	11.631
Não Circulante	2.642.156	2.526.447
Aplicações financeiras	286.910	367.541
Estoques	3.396	8.051
Tributos a recuperar	7.209	6.932
Depósitos judiciais	9.673	9.520
Outros créditos	724	897
Investimentos	66.886	124
Imobilizado e intangível	1.751.792	1.687.877
Direito de uso em arrendamento	89.973	96.952
Ativo biológico	425.593	348.553
Total do Ativo	4.387.880	4.110.697

Os demonstrativos financeiros, controladora e consolidado, incluindo notas explicativas e parecer de auditoria da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites <u>www.cvm.gov.br</u>, <u>www.b3.com.br</u> e <u>www.ferbasa.com.br</u>.







PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	2023
Circulante	652.462	499.147
Fornecedores	127.104	147.832
Adiantamento de clientes	10.462	29.419
Empréstimos e financiamentos	261.243	72.676
Custo de captação de financiamentos	(455)	(455
Obrigações trabalhistas e atuariais	101.476	104.064
Impostos e contribuições sociais	39.021	24.138
Conta ressarcimento CCEE	54.852	64.84
Dividendos e JCP propostos	62	60
Arrendamentos a pagar	43.401	44.634
Outros passivos	15.296	11.938
Não Circulante	394.645	420.063
Empréstimos e financiamentos	162.444	202.29
Custo de captação de financiamentos	(2.676)	(3.132
Obrigações com aquisição de controlada	4.978	4.97
Obrigações trabalhistas e atuariais	70.884	58.55
Impostos e contribuições sociais	3.587	3.58
Impostos e contribuições sociais diferidos	8.498	4.32
Conta ressarcimento CCEE	23.983	2.25
Provisão para contingências	62.595	74.40
Provisão para passivo ambiental	40.809	46.35
Arrendamentos a pagar	19.543	26.45
Patrimônio Líquido Total	3.340.773	3.191.48
Patrimônio Líquido Controladores	3.339.257	3.190.099
Capital social	1.470.396	1.470.39
Reserva de lucros	1.859.894	1.705.09
Ajustes de avaliação patrimonial	34.573	40.36
Ações em tesouraria	(25.606)	(25.754
Participação dos não controladores	1.516	1.38
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.387.880	4.110.69

Os demonstrativos financeiros, controladora e consolidado, incluindo notas explicativas e parecer de auditoria da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites <u>www.cvm.qov.br</u>, <u>www.b3.com.br</u> e <u>www.ferbasa.com.br</u>.









Demonstração de Resultados 20.2

	4T24		4T23		2024		2023	
	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL	R\$ mil	%RL
RECEITA BRUTA	678.605	100,0	607.722	100,0	2.516.724	100,0	2.742.475	100,0
Mercado interno	374.195	55,1	341.462	56,2	1.413.653	56,2	1.576.378	57,5
Mercado externo	304.410	44,9	266.260	43,8	1.103.071	43,8	1.166.097	42,5
Impostos sobre vendas	(71.140)	(10,5)	(66.010)	(10,9)	(280.020)	(11,1)	(307.340)	(11,2)
RECEITA LÍQUIDA	607.465	100,0	541.712	100,0	2.236.704	100,0	2.435.135	100,0
Custo dos produtos vendidos	(526.580)	(86,7)	(467.630)	(86,3)	(1.840.126)	(82,3)	(1.901.206)	(78,1)
Variação do FV do ativo biológico	39.768	1,8	32.157	5,9	74.626	3,3	71.728	2,9
LUCRO BRUTO	120.653	19,9	106.239	19,6	471.204	21,1	605.657	24,9
Despesas operacionais								
Com vendas	(5.817)	(1,0)	(4.908)	(0,9)	(21.547)	(1,0)	(19.371)	(8,0)
Administrativas	(30.786)	(5,1)	(34.363)	(6,3)	(127.830)	(5,7)	(120.340)	(4,9)
Remuneração da Adm e PLR	(28.760)	(4,7)	(19.692)	(3,6)	(90.393)	(4,0)	(89.691)	(3,7)
Outras (despesas) receitas operacionais	(30.670)	(5,0)	(30.859)	(5,7)	(59.505)	(2,7)	(72.524)	(3,0)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	24.620	4,1	16.417	3,0	171.929	7,7	303.731	12,5
Receita financeira	102.886	16,9	40.419	7,5	207.090	(9,3)	169.566	7,0
Despesa financeira	(16.983)	(2,8)	(11.255)	(2,1)	(54.210)	(2,4)	(51.360)	(2,1)
Variação cambial líquida	(12.429)	(2,0)	(2.244)	(0,4)	(4.974)	(0,2)	(2.300)	(0,1)
Resultado Financeiro	73.474	12,1	26.920	5,0	147.906	6,6	115.906	4,8
Lucro antes IRPJ/CSLL	98.094	16,1	43.337	8,0	319.835	14,3	419.637	17,2
IRPJ/CSLL	28.173	4,6	11.686	2,2	7.919	0,4	(36.752)	(1,5)
Lucro líquido do exercício	126.267	20,8	55.023	10,2	327.754	14,7	382.885	15,7









Demonstração do Fluxo de Caixa (Indireto) 20.3

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	2024	2023
Lucro do exercício	327.754	382.885
Ajustes do lucro líquido	52,115	302.003
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	(101.964)	(54.730)
Depreciações, amortizações e exaustões	194.899	151.595
Exaustão de ativo biológico	65.637	64.425
Variação valor justo dos ativos biológicos Valor residual de ativo permanente baixado	(74.626) 1.607	(71.728)
Impostos diferidos	7.183	24.888
Provisão (Reversão) de desmobilização	-	(10.627)
Atualização arrendamento a pagar	(3.936)	1.967
Atualização do benefício pós-emprego	3.490	1.579
Constituição (reversão) de provisão para contingências	(12.987)	10.871
Outros	10.038	4.601
Redução (aumento) nas contas do ativo:	417.095	505.726
Contas a receber de clientes	11.939	12.055
Estoques	(23.114)	64.935
Tributos a recuperar	25.174	(12.594)
Adiantamento a fornecedores	167	2.000
Depósitos Judiciais	-	31.460
Outros ativos	(4.219)	(3.728)
Aumento (redução) nas contas do passivo:	(4.213)	(3.720)
Fornecedores	(16.982)	20.086
Impostos e contribuições sociais	14.997	(6.600)
Impostos e contribuições sociais Imposto de renda e contribuição social a pagar	15.066	11.796
Obrigações trabalhistas e atuariais	(2.587)	(32.184)
Contas de ressarcimento CCEE	8.530	(9.756)
Adiantamento de clientes	6.530	(31.790)
Outros passivos	(17.892)	2.047
Imposto de renda e contribuição social pagos	(44.602)	(43.537)
Juros pagos no exercício	(26.452)	(33.351)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	357.120	476.565
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	337.120	470.303
	(200 672)	(220,020)
Capex Venda de imobilizado	(288.672)	(328.839)
	1.791 238.507	2.027 81.607
Movimentação em aplicações financeiras	(48.799)	81.007
Investimento em participações	(46.799) 46	235
Variação cambial sobre caixa e equivalentes Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(97.127)	(244.970)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(571227)	(2111373)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(70.512)	(67.114)
Empréstimos e financiamentos (ACC)	196.099	(07.114)
Amortização de arrendamentos	(89.663)	(70.879)
Dividendos e JCP pagos	(173.618)	(225.917)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(137.694)	(363.910)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	122.299	(132.315)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	341.787	474.102
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	464.086	341.787
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalente de caixa	122.299	(132.315)
Aumento (redução) líquido do saldo de aplicações financeiras	(161.270)	19.810
Aumento (redução) líquido da reserva financeira	(38.971)	(112.505)

Os demonstrativos financeiros, controladora e consolidado, incluindo notas explicativas e parecer de auditoria da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, estão disponíveis nos sites <u>www.cvm.gov.br, www.b3.com.br</u> e <u>www.ferbasa.com.br.</u>



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Cia. de Ferro Ligas da Bahia S.A. - FERBASA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cia. de Ferro Ligas da Bahia S.A. - FERBASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração ao valor justo dos ativos biológicos (Nota 18 às demonstrações financeiras)

A Companhia mensura o valor justo das suas florestas de eucalipto através de um modelo de fluxo de caixa descontado, que leva em consideração diversas premissas e julgamentos da administração, tais como preço estimado de venda, área de plantio, incremento médio anual e taxa de desconto. Além disso, parte das premissas considera dados não observáveis de mercado. Variações nas premissas ou nas técnicas de avaliação utilizadas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, com impacto no resultado do exercício.

Este é um assunto de atenção da nossa auditoria considerando especialmente os riscos inerentes a subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo, e por consequência, no resultado do exercício.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, premissas e dados utilizados no cálculo.

Além disso, houve envolvimento dos nossos especialistas em valorização de ativos biológicos na avaliação da metodologia de cálculo e coerência geral lógica e aritmética do fluxo de caixa descontado.

Com o apoio de nossos especialistas, foi avaliado a razoabilidade do modelo, comparando as principais premissas com *benchmarks* comumente utilizados, projeções e indicativos, assim como foi levado em consideração o histórico das respectivas tendências e outras evidências que corroboram o modelo utilizado.

Adicionalmente, realizamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando cenários de preços de madeira, taxas de desconto e custos projetados pela Companhia.

Também avaliamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos da norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos.

Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as informações divulgadas em notas explicativas.



Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 7 de março de 2025

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/F-5

Josins Jivry, Marvins Snepsis Youter

Signed By, LUCIAND JORGE MOREIRA SAMPAIO JUNIOR 63302875534

CPF 63302875534

Signing Time: 07 de março de 2025 | 19-18 BRT

O. ICP-Brasil, OU. Secretaira da Receita Federal de Brasil - RFB

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior Contador CRC 1BA018245/O-1

incernate house bookers

Balanço Patrimonial Em milhares de reais

344.269 382.660 190.030 556.125 109.150 2.901 1.598.642 232.326 3.396 7.209 9.123 717	31/12/2023 215.629 463.299 187.035 519.147 37.494 6.038 167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	31/12/2024 464.086 382.660 200.707 556.125 120.949 2.901 18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209 9.673	31/12/2023 341.787 463.299 197.566 519.147 44.615 6.038 167 11.631 1.584.250 367.541 8.051 6.932	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE Fornecedores Adiantamento de clientes Empréstimos e financiamentos Obrigações trabalhistas e atuariais Impostos e contribuições sociais Conta ressarcimento CCEE Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	explicativa 19 20 21 23 24 27 22	123.992 10.462 234.646 100.921 38.090 - 42.787 13.300 564.198	31/12/2023 141.966 29.419 46.058 103.455 23.424 44.010 10.116 398.448	31/12/2024 127.104 10.462 260.788 101.476 39.021 54.852 62 43.401 15.296 652.462 159.768 4.978 70.884	31/12/2023 147.832 29.419 72.221 104.064 24.138 64.841 60 44.634 11.938 499.147 199.164 4.978 58.552
382.660 190.030 556.125 109.150 2.901 - 13.507 1.598.642 232.326 3.396 7.209 9.123	463.299 187.035 519.147 37.494 6.038 167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	382.660 200.707 556.125 120.949 2.901 - 18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209	463.299 197.566 519.147 44.615 6.038 167 11.631 1.584.250	Fornecedores Adiantamento de clientes Empréstimos e financiamentos Obrigações trabalhistas e atuariais Impostos e contribuições sociais Conta ressarcimento CCEE Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	20 21 23 24 27 22	10.462 234.646 100.921 38.090 - - - 42.787 13.300 564.198	29.419 46.058 103.455 23.424	10.462 260.788 101.476 39.021 54.852 62 43.401 15.296 652.462	29.419 72.221 104.064 24.138 64.841 60 44.634 11.938 499.147
382.660 190.030 556.125 109.150 2.901 - 13.507 1.598.642 232.326 3.396 7.209 9.123	463.299 187.035 519.147 37.494 6.038 167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	382.660 200.707 556.125 120.949 2.901 - 18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209	463.299 197.566 519.147 44.615 6.038 167 11.631 1.584.250	Adiantamento de clientes Empréstimos e financiamentos Obrigações trabalhistas e atuariais Impostos e contribuições sociais Conta ressarcimento CCEE Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	20 21 23 24 27 22	10.462 234.646 100.921 38.090 - - - 42.787 13.300 564.198	29.419 46.058 103.455 23.424	10.462 260.788 101.476 39.021 54.852 62 43.401 15.296 652.462	29.419 72.221 104.064 24.138 64.841 60 44.634 11.938 499.147
190.030 556.125 109.150 2.901 - 13.507 1.598.642 232.326 3.396 7.209 9.123	187.035 519.147 37.494 6.038 167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	200.707 556.125 120.949 2.901 18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209	197.566 519.147 44.615 6.038 167 11.631 1.584.250	Empréstimos e financiamentos Obrigações trabalhistas e atuariais Impostos e contribuições sociais Conta ressarcimento CCEE Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	21 23 24 27 22	234.646 100.921 38.090 - - 42.787 13.300 564.198	46.058 103.455 23.424 - - 44.010 10.116 398.448	260.788 101.476 39.021 54.852 62 43.401 15.296 652.462	72.221 104.064 24.138 64.841 60 44.634 11.938 499.147
556.125 109.150 2.901 - 13.507 1.598.642 - 232.326 3.396 7.209 9.123	519.147 37.494 6.038 167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	556.125 120.949 2.901 18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209	519.147 44.615 6.038 167 11.631 1.584.250	Origações trabalhistas e atuariais Impostos e contribuições sociais Conta ressarcimento CCEE Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	23 24 27 22	100.921 38.090 - - 42.787 13.300 564.198	103.455 23.424 - 44.010 10.116 398.448	101.476 39.021 54.852 62 43.401 15.296 652.462	104.064 24.138 64.841 60 44.634 11.938 499.147
109.150 2.901 - 13.507 1.598.642 - 232.326 3.396 7.209 9.123	37.494 6.038 167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	120.949 2.901 - 18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209	44.615 6.038 167 11.631 1.584.250 367.541 8.051 6.932	Impostos e contribuições sociais Conta ressarcimento CCEE Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	24 27 22	38.090 - - - 42.787 13.300 564.198	23.424 - - 44.010 10.116 398.448	39.021 54.852 62 43.401 15.296 652.462	24.138 64.841 60 44.634 11.938 499.147
2.901 13.507 1.598.642 232.326 3.396 7.209 9.123	6.038 167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	2.901 18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209	6.038 167 11.631 1.584.250 367.541 8.051 6.932	Conta ressarcimento CCEE Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	27 22 21	42.787 13.300 564.198	44.010 10.116 398.448 15.052 4.978	54.852 62 43.401 15.296 652.462	64.841 60 44.634 11.938 499.147
13.507 1.598.642 232.326 3.396 7.209 9.123	167 7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	18.296 1.745.724 286.910 3.396 7.209	167 11.631 1.584.250 367.541 8.051 6.932	Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	22	42.787 13.300 564.198	44.010 10.116 398.448	62 43.401 15.296 652.462 159.768 4.978	60 44.634 11.938 499.147
232.326 3.396 7.209 9.123	7.892 1.436.701 314.566 8.051 6.932 8.970	286.910 3.396 7.209	11.631 1.584.250 367.541 8.051 6.932	Arrendamentos a pagar Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	21	42.787 13.300 564.198	44.010 10.116 398.448 15.052 4.978	43.401 15.296 652.462 159.768 4.978	44.634 11.938 499.147 199.164 4.978
232.326 3.396 7.209 9.123	314.566 8.051 6.932 8.970	286.910 3.396 7.209	367.541 8.051 6.932	Outros passivos Total do passivo circulante NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais	21	13.300 564.198	10.116 398.448 15.052 4.978	15.296 652.462 159.768 4.978	11.938 499.147 199.164 4.978
232.326 3.396 7.209 9.123	314.566 8.051 6.932 8.970	286.910 3.396 7.209	367.541 8.051 6.932	NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais		564.198 - 4.978	15.052 4.978	159.768 4.978	199.164 4.978
3.396 7.209 9.123	8.051 6.932 8.970	3.396 7.209	8.051 6.932	NÃO CIRCULANTE Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais		4.978	15.052 4.978	159.768 4.978	199.164 4.978
3.396 7.209 9.123	8.051 6.932 8.970	3.396 7.209	8.051 6.932	Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais		4.978	4.978	4.978	4.978
3.396 7.209 9.123	8.051 6.932 8.970	3.396 7.209	8.051 6.932	Empréstimos e financiamentos Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais		4.978	4.978	4.978	4.978
3.396 7.209 9.123	8.051 6.932 8.970	3.396 7.209	8.051 6.932	Obrigações com aquisição de controlada Obrigações trabalhistas e atuariais		4.978	4.978	4.978	4.978
7.209 9.123	6.932 8.970	7.209	6.932	Obrigações trabalhistas e atuariais	23				
9.123	8.970			9 ,	23	70.004	E0 EE3	70 884	58.552
		9,673	0.500		2.5	70.884	38.332	70.004	
717		5.575	9.520	Impostos e contribuições sociais	24	3.500	3.500	3.587	3.587
, , ,	890	724	897	Impostos e contribuições sociais - diferidos	14	7.157	3.091	8.498	4.321
252.771	339.409	307.912	392.941	Conta ressarcimento CCEE	27	-	-	23.983	2.254
				Provisões para contingências	26	62.595	74.403	62.595	74.403
				Provisão para passivo ambiental	25	17.428	17.729	40.809	46.352
				Arrendamentos a pagar	22	12.956	19.584	19.543	26.452
				Total do passivo não circulante		179.498	196.889	394.645	420.063
623.327	590.296	66.886	124	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30				
1.095.750	977.265	1.737.329	1.673.511	Capital social		1.470.396	1.470.396	1.470.396	1.470.396
81.174	88.018	89.973	96.952	Reservas de lucros		1.859.894	1.705.095	1.859.894	1.705.095
5.696	5.194	14.463	14.366	Ajustes de avaliação patrimonial		34.573	40.362	34.573	40.362
425.593	348.553	425.593	348.553	Ações em tesouraria		(25.606)	(25.754)	(25.606)	(25.754)
2.231.540	2.009.326	2.334.244	2.133.506	Patrimônio líquido dos acionistas controladores		3.339.257	3.190.099	3.339.257	3.190.099
				Participação dos acionistas não controladores				1.516	1.388
2.484.311	2.348.735	2.642.156	2.526.447	Total do patrimônio líquido		3.339.257	3.190.099	3.340.773	3.191.487
	2 705 426	4.387.880	4 110 607	TOTAL DO BASSIVO E DO BATRIMÂNIO LÍQUIDO		4 082 953	3.785.436	4.387.880	4.110.697
2.	81.174 5.696 425.593 2.231.540	81.174 88.018 5.696 5.194 425.593 348.553 .231.540 2.009.326 .484.311 2.348.735	81.174 88.018 89.973 5.696 5.194 14.463 425.593 348.553 425.593 .231.540 2.009.326 2.334.244 .484.311 2.348.735 2.642.156	81.174 88.018 89.973 96.952 5.696 5.194 14.463 14.366 425.593 348.553 425.593 348.553 .231.540 2.009.326 2.334.244 2.133.506 .484.311 2.348.735 2.642.156 2.526.447	81.174	81.174 88.018 89.973 96.952 Reservas de lucros 5.696 5.194 14.463 14.366 Ajustes de avaliação patrimonial 425.593 348.553 425.593 348.553 Ações em tesouraria .231.540 2.009.326 2.334.244 2.133.506 Patrimônio líquido dos acionistas controladores Participação dos acionistas não controladores 7 Total do patrimônio líquido	81.174 88.018 89.973 96.952 Reservas de lucros 1.859.894 5.696 5.194 14.463 14.366 Ajustes de avaliação patrimonial 34.573 425.593 348.553 425.593 348.553 Ações em tesouraria (25.606) .231.540 2.009.326 2.334.244 2.133.506 Patrimônio líquido dos acionistas controladores 3.339.257 Participação dos acionistas não controladores 2.526.447 Total do patrimônio líquido 3.339.257	81.174 88.018 89.973 96.952 Reservas de lucros 1.859.894 1.705.095 5.696 5.194 14.463 14.366 Ajustes de avaliação patrimonial 34.573 40.362 425.593 348.553 425.593 348.553 Ações em tesouraria (25.606) (25.754) .231.540 2.009.326 2.334.244 2.133.506 Patrimônio líquido dos acionistas controladores 3.339.257 3.190.099 Participação dos acionistas não controladores - - - -	81.174 88.018 89.973 96.952 Reservas de lucros 1.859.894 1.705.095 1.859.894 5.696 5.194 14.463 14.366 Ajustes de avaliação patrimonial 34.573 40.362 34.573 425.593 348.553 425.593 348.553 Ações em tesouraria (25.606) (25.754) (25.606) .231.540 2.009.326 2.334.244 2.133.500 Patrimônio líquido dos acionistas controladores 3.339.257 3.190.099 3.339.257 .484.311 2.348.735 2.642.156 2.526.447 Total do patrimônio líquido 3.339.257 3.190.099 3.340.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do resultado (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	Contro	ladora	Consol	idado
	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
,					
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	31	2.142.826	2.317.555	2.236.704	2.435.135
Custo dos produtos vendidos	32	(1.745.058)	(1.818.353)	(1.840.126)	(1.901.206)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	18	74.626	71.728	74.626	71.728
LUCRO BRUTO		472.394	570.930	471.204	605.657
DESPESAS OPERACIONAIS	32				
Com vendas		(21.547)	(19.371)	(21.547)	(19.371)
Gerais e administrativas		(204.986)	(198.080)	(218.223)	(210.031)
Outras receita (despesas) operacionais		(54.932)	(78.043)	(59.505)	(72.524)
		(281.465)	(295.494)	(299.275)	(301.926)
Equivalência patrimonial	16	(20.088)	20.292	-	-
LUCRO OPERACIONAL		170.841	295.728	171.929	303.731
RESULTADO FINANCEIRO	33				
Receitas financeiras	33	219.927	168.095	243.326	189.290
Despesas financeiras		(72.019)	(47.071)	(95.420)	(73.384)
2 copesae maneemae		147.908	121.024	147.906	115.906
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		318.749	416.752	319.835	419.637
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14				
Correntes	14	15.828	(9.423)	15.102	(11.864)
Diferidos		(7.072)	(24.680)	(7.183)	(24.888)
Dichads		8.756	(34.103)	7.919	(36.752)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		327.505	382.649	327.754	382.885
EGGNO EIGOIDO DO EXENCICIO		027.000	302.0.3	027770	002.000
Lucro atribuído aos acionistas controladores		327.505	382.649	327.505	382.649
Lucro atribuído aos acionistas não controladores				249	236
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	30			0,90305	4,22041
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$	30			0,99335	4,64245
As notas explicativas são parte integrante das demonstraçõo	es financeiras				

Demonstrações do resultado abrangente Em milhares de reais

		Contro	ladora	Conso	lidado
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		327.505	382.649	327.754	382.885
Obrigações atuariais Efeito de imposto de renda e contribuição social sobre obrigações atuariais Ajuste acumulado de conversão Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	23	(8.842) 3.007 46 (5.789)	(11.012) 3.744 235 (7.033)	(8.842) 3.007 46 (5.789)	(11.012) 3.744 235 (7.033)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		321.716	375.616	321.965	375.852
Lucro atribuído aos acionistas controladores				321.716	375.616
Lucro atribuído aos acionistas não controladores				249	236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

		_	Atribuível aos acionistas controladores									
				Reserv	as de lucros		Ajustes de			Total do	Atribuível	Total do
	Nota	Capital		Incentivo	Para	Lucros	avaliação	Ações em	Lucros	patrimônio	aos acionistas	patrimônio
	explicativa	social	Legal	fiscal	investimentos	a realizar	patrimonial	tesouraria	acumulados	líquido	não controladores	líquido consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	31	1.225.444	205.182	542.706	995.108	49.595	47.395	(25.754)	-	3.039.676	1.211	3.040.887
Reclassificação incentivo fiscal		_	_	144	(144)	_	_	_	=	_	_	_
Capitalização de reservas		244.952	_		(244.275)	_	_	_	(677)	_	-	_
Outros resultados abrangentes			_	_	(2::12/3)	_	(7.268)	_	-	(7.268)	-	(7.268)
Ajuste avaliação patrimonial		_	_	_	_	_	235	_	_	235	-	235
Dividendos prescritos		_	_	_	_	_	-	_	677	677	-	677
Lucro líquido do exercício		_	_	_	_	_	_	_	382.649	382.649	236	382.885
Destinação do lucro:									302.043	302.043	230	502.005
Formação de reservas		_	19.133	32.836	104.810	_	_	_	(156.779)	_	_	
Dividendos propostos		_	15.155	52.050	104.010	_	_	_	(130.773)	_	(59)	(59)
Juros sobre capital próprio		_				_	_		(225.870)	(225.870)	(33)	(225.870)
Julios sobre capital proprio									(223.870)	(223.070)		(223.070)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	30	1.470.396	224.315	575.686	855.499	49.595	40.362	(25.754)		3.190.099	1.388	3.191.487
Reclassificação incentivo fiscal		-	-	2.375	(2.375)	-	-	-	-	-	-	-
Capitalização de reservas		_	-	-	942	_	=	-	(942)	-	=	_
Outros resultados abrangentes		_	-	-	_	_	(5.835)	-		(5.835)	=	(5.835)
Ajuste avaliação patrimonial		_	-	-	_	_	46	-	_	46	=	46
Juros sobre capital próprio prescritos		_	_	-	_	_	_	-	942	942	-	942
Juros sobre capital próprio complementares		_	_	-	(10.280)	_	_	-	_	(10.280)	(59)	(10.339)
Cancelamento ações em tesouraria		_	_	-	(148)	_	_	148	_	-	-	-
Lucro líquido do exercício		_	_	-		_	_	-	327.505	327.505	249	327.754
Destinação do lucro:												
Formação de reservas		_	16.375	26.093	121.817	_	_	-	(164.285)	-	-	_
Dividendos propostos		_	-	-	-	_	_	_	-	-	(62)	(62)
Juros sobre capital próprio		-	_	-	_	_	_	-	(163.220)	(163.220)	-	(163.220)
and the second s									()	,=====,		(=====)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	30	1.470.396	240.690	604.154	965.455	49.595	34.573	(25.606)		3.339.257	1.516	3.340.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Em milhares de reais

	Nota	Control	adora	ora Consol	
	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		327.505	382.649	327.754	382.885
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com		327.303	302.013	327.73	302.003
o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas		(113.463)	(73.248)	(96.723)	(54.730)
Depreciações, amortizações e exaustões	17	150.023	107.825	194.899	151.595
Exaustão de ativos biológicos	18	65.637	64.425	65.637	64.425
Variação valor justo dos ativos biológicos Equivalência patrimonial	18 16	(74.626) 20.088	(71.728) (20.292)	(74.626)	(71.728)
Ganho/perda na baixa/alienação	10	746	111	1.607	111
Impostos diferidos	14	7.072	24.680	7.183	24.888
Provisão (reversão) de Desmobilização		-	-	(5.241)	(10.627)
Provisão (reversão) para perda em estoque	12	4.179	(93)	4.179	(93)
Atualização arrendamento a pagar	22	(4.267)	1.590	(3.936)	1.967
Atualização do benefício pós-emprego	23	3.490	1.579	3.490	1.579
Constituição (reversão) de provisão para contingências Outros	26	(12.987) 986	10.871 (290)	(12.987) 5.859	10.871 4.583
oution		300	(230)	3.033	4.505
Redução (aumento) nas contas do ativo:					
Contas a receber de clientes		12.085	12.426	11.939	12.055
Estoques		(23.114)	64.935	(23.114)	64.935
Tributos a recuperar		29.798	(12.249)	25.174	(12.594)
Adiantamento a fornecedores		167	2.000	167	2.000 31.460
Depósitos Judiciais Outros ativos		(153) (2.810)	31.914 (3.447)	(153) (4.066)	(3.728)
Outros ativos		(2.810)	(3.447)	(4.000)	(3.728)
Aumento (redução) nas contas do passivo:					
Fornecedores		(14.189)	21.279	(16.982)	20.086
Impostos e contribuições sociais		14.666	(5.411)	14.997	(6.600)
Imposto de renda e contribuição social		14.473	9.423	15.066	11.796
Obrigações trabalhistas e atuariais		(2.534)	(32.173)	(2.587)	(32.184)
Conta de ressarcimento CCEE Adiantamento de clientes		(18.957)	(31.790)	8.530 (18.957)	(9.756) (31.790)
Outros passivos		553	1.172	1.065	2.047
Cut 63 publivos		333	1.172	1.005	2.047
Imposto de renda e contribuição social pagos		(43.930)	(40.006)	(44.602)	(43.537)
Juros pagos no exercício		(9.356)	(14.216)	(26.452)	(33.351)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		331.082	431.936	357.120	476.565
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado	17	(206.277)	(224.214)	(215.931)	(257.113)
Custo de plantios e manutenção de ativo biológico	18	(72.741)	(71.726)	(72.741)	(71.726)
Recebimento pela venda de imobilizado		1.791	2.027	1.791	2.027
Dividendos Recebidos		548	141	-	-
Aplicações financeiras e resgate		234.948	76.344	238.507	81.607
Aporte em controladas		(1.736)	(17.651)	-	-
Investimento em participações		(48.799)	(005.070)	(48.799)	- (2.45.225)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(92.266)	(235.079)	(97.173)	(245.205)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamentos	21	196.099	_	196.099	_
Amortização de financiamentos	21	(44.148)	(41.024)	(70.512)	(67.114)
Amortização de arrendamentos	22	(88.627)	(69.704)	(89.663)	(70.879)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(173.500)	(225.870)	(173.618)	(225.917)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(110.176)	(336.598)	(137.694)	(363.910)
VARIAÇÃO CAMBIAL S/ CAIXA E EQUIVALENTES		_	_	46	235
VANIAÇÃO CAIVIBIAL S/ CAIXA E EQUIVALENTES		 -			
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE					
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		128.640	(139.741)	122.299	(132.315)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9	215.629	355.370	341.787	474.102
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	9	344.269	215.629	464.086	341.787
ALIMENTO (PEDLICÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE					
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		128.640	(139.741)	122.299	(132.315)
CHIAN E EQUIVALENTES DE CAIAA		120.040	(133.741)		(132.313)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras					
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do valor adicionado Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado		
	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
RECEITA DE VENDAS Outras receitas		2.418.156 76.236	2.620.356 10.907	2.516.724 79.713	2.742.475 23.348	
		2.494.392	2.631.263	2.596.437	2.765.823	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS						
Custos dos produtos vendidos (inclui matérias-primas)		(903.180)	(1.005.395)	(905.903)	(915.967)	
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(678.901)	(678.694)	(732.674)	(812.839)	
VALOR ADICIONADO BRUTO		912.311	947.174	957.860	1.037.017	
Depreciações, amortizações e exaustões	17 e 18	(208.470)	(172.250)	(253.346)	(216.020)	
Realização da mais-valia	16	-	-	(4.418)	(4.418)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		703.841	774.924	700.096	816.579	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA						
Receitas financeiras	33	219.927	168.095	243.327	189.290	
Equivalência patrimonial	16	(20.088)	20.292	-	-	
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		903.680	963.311	943.423	1.005.869	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO						
Empregados:						
Remuneração direta		351.638	334.232	358.618	340.207	
Benefícios		67.417	54.949	68.069	55.554	
FGTS		23.013	20.830	23.251	20.963	
		442.068	410.011	449.938	416.724	
Impostos, taxas e contribuições:						
Federais		86.148	120.390	92.996	128.910	
Estaduais		23.729	29.163	24.604	29.507	
Municipais		1.710 111.587	1.081 150.634	1.900 119.500	1.244 159.661	
			130.034		133.001	
Remuneração de capital de terceiros		22.520	20.017	46.231	46.599	
Remuneração de capital próprio						
Juros sobre capital próprio/Dividendos		163.220	225.870	163.282	225.929	
Lucros retidos		164.285	156.779	164.223	156.720	
Participação dos não controladores		327.505	382.649	249 327.754	236 382.885	
		527.505	382.049	327.754	582.885	
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		903.680	963.311	943.423	1.005.869	

CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA - FERBASA, CONTROLADAS E COLIGADAS

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA ("Ferbasa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em Pojuca - BA, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e possui ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão). A Ferbasa iniciou suas atividades em 23 de fevereiro de 1961 e atua de forma sustentável nas áreas de mineração de cromita, de metalurgia na produção de ferroligas, de recursos florestais renováveis e na geração de energia eólica, todas no Estado da Bahia. Sua controladora é a Fundação José Carvalho, entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, tendo por objetivo primordial proporcionar educação de qualidade a crianças e jovens carentes.

As presentes demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia no dia 06 de março de 2025.

1.1 Agenda ESG (Environmental, Social and Governance) - meio ambiente, social e governança.

A FERBASA historicamente prioriza em sua agenda corporativa ações que contribuem para a evolução da pauta ESG. Fruto do primeiro diagnóstico voltado ao tema, foi traçado o roteiro que visa acelerar os avanços relacionados à sustentabilidade. Como um dos desdobramentos deste trabalho, incorporamos ao Relatório da Administração um tópico específico chamado "Agenda ESG", que objetiva informar e divulgar as principais atualizações relacionadas à matéria às nossas Partes Interessadas.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2024: (i) empréstimos ou financiamentos atrelados às metas ou compromissos verdes; (ii) seguros relacionados a aspectos ESG; (iii) transações de crédito de carbono; (iv) risco em ESG atrelado aos estoques ou impacto na vida útil ou residual de seus ativos; (v) provisões ou passivos contingentes constituídos relacionados a ESG, além da provisão ambiental já divulgada pela Companhia; e (vi) risco de descontinuidade de suas operações.

1.2 Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado em um IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

1.3 Efeitos do conflito Rússia e Ucrânia, Israel e Hamas

O ano de 2024 iniciou-se sob o acirramento de conflitos geopolíticos históricos que voltaram a assumir a forma de guerras na Europa e no Oriente Médio, e que se desdobraram gerando um estrangulamento no fluxo logístico global. E se encerrou sob uma sensível deterioração das expectativas causada pelas ameaças de sanções comerciais protecionistas entre diversos países.

No Brasil, o crescimento na importação de aço continuou exercendo forte pressão sobre o setor siderúrgico nacional, apesar do momento favorável na demanda interna e de ações protetivas postas em curso pelo governo brasileiro. Já a redução no fluxo de vendas para o mercado americano lançou desafios sobre a gestão de estoques, fluxos de caixa e desenvolvimento de novas alternativas comerciais, que se concentraram sobre o mercado europeu.

No que tange à FERBASA, toda essa conjuntura atravessada pelo mercado mundial proporcionou a redução nos preços das ferroligas de silício e de cromo, além de dificuldades no escoamento das vendas e elevação nos custos das exportações, tamanho o efeito dos entraves logísticos e das ações protecionistas na atualidade. A Companhia enfrentou tal cenário mantendo o foco em iniciativas direcionadas à expansão de sua competitividade, promovendo ações de otimização da produtividade, de busca por inovação em seus processos, de evolução na agenda de gestão de riscos e mitigação de impactos ambientais, com enobrecimento do portfólio de produtos e atuação permanente sobre o controle dos custos e gestão adequada do caixa, assegurando também a continuidade de seus projetos estratégicos.

2. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos e não derivativos) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas e coligadas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas na nota explicativa nº 6. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3. MOEDA FUNCIONAL E CONVERSÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

A moeda funcional da Companhia e de todas as suas controladas e coligadas é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas e coligadas atuam, e mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou na data da avaliação, quando os itens são mensurados novamente. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um

ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

4.1. Ativo biológico

O cálculo do valor justo do ativo biológico leva em consideração diversas premissas com significativo grau de julgamento, tais como, preço estimado de venda, quantidade cúbica de madeira, incremento médio anual (IMA) por horto florestal e taxa de risco do negócio. Quaisquer mudanças nessas premissas utilizadas podem implicar na alteração do resultado do fluxo de caixa descontado e, consequentemente, na valorização desses ativos.

Os ativos biológicos também podem ser impactados por mudanças climáticas, principalmente no que tange a impactos físicos relacionados a eventos climáticos extremos e aqueles relacionados a riscos crônicos resultantes de mudanças de longo prazo nos padrões climáticos. A Companhia analisou os principais fatores de riscos, destacados a seguir:

- perdas de ativos biológicos devidos a incêndios e a impactos oriundos de maior presença e resistência de pragas e outras doenças florestais favorecidas pelo aumento gradual de temperatura;
- redução de produtividade e de crescimento esperado (IMA) devido à diminuição de disponibilidade de recursos hídricos em bacias; e
- interrupção na cadeia produtiva por eventos climáticos adversos.

Embora os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Companhia não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas sobre os riscos físicos anteriormente mencionados no curto/médio prazo, tomando por base o histórico climático das regiões onde estão localizados os plantios. No que se refere à ocorrência de pragas e doenças, a Companhia conta com uma equipe técnica composta por colaboradores e consultores, que atua no diagnóstico e rápidas ações contra possíveis ocorrências e perdas.

4.2. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base na vida útil estimada para utilização de cada bem. No caso do ativo imobilizado, a avaliação é feita pela administração ou por especialistas terceiros e considera a forma de utilização desses ativos nas suas operações. No caso de ativos intangíveis, como softwares, a avaliação é feita com base no tempo médio de utilização desses ativos, que considera os termos dos contratos.

Em relação às benfeitorias em imóveis de terceiros com contrato de arrendamento, a amortização é calculada e registrada de acordo com o período dos contratos de aluguéis, os períodos de depreciação/amortização são revistos em cada período.

Conforme descrito na nota explicativa nº 6.5, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado e a reserva lavrável estimada das minas, anualmente, no fim de cada período de relatório.

4.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado pela utilização de informações obtidas junto aos gestores de fundos ou instituições financeiras com os quais a Companhia mantém estes instrumentos financeiros. Os valores justos reconhecidos nas demonstrações financeiras podem

não representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria no momento da liquidação futura destas operações.

4.4. Provisão para obsolescência de estoques

A Companhia mantém provisões para obsolescência e giro lento, relacionadas aos itens de manutenção sem rotatividade há mais de 5 (cinco) anos. A determinação desta provisão é feita com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiências de eventos passados, além de especialistas da área, quando aplicável.

4.5. Provisão para obrigações atuariais

O valor atual das obrigações dos planos de benefício pós-emprego com característica de benefício definido, referentes ao plano de assistência médica, previdência privada, prêmio de aposentadoria e multa de FGTS, dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de benefícios pós-emprego, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de benefício pós-emprego (nota explicativa nº 23).

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar os planos de benefícios pós-emprego. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos federais. É adotada a taxa de descontos dos títulos compatíveis com o prazo médio estimado de pagamentos dos planos de benefícios pós-emprego. Para os casos em que não há títulos públicos com a mesma duração avaliada para o plano, foi adotada a interpolação linear na estimativa.

4.6. Provisão para contingências

A Companhia tem a prática de gerenciar internamente suas demandas judiciais e utiliza-se de escritórios especializados de forma pontual, em geral em ações relacionadas à natureza tributária. A Companhia tem como procedimentos analisar, com base no histórico do pleito, qual é a expectativa de desembolso de caixa para cada uma das ações existentes e a respectiva probabilidade de perda. Dessa forma, o Departamento Jurídico elabora uma análise com base no valor da ação, do risco e da provisão necessária para registro nas demonstrações financeiras, sendo este valor normalmente destoante do valor da causa.

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 26).

4.7. Provisão para fechamento de minas e desmobilização dos parques eólicos

A Companhia considera as estimativas dos custos de fechamento das minas e desmobilização dos parques eólicos como práticas contábeis críticas por envolver valores relevantes de provisão e por se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, tais como, taxa de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de sua exaustão e as datas projetadas de exaustão. Em relação à desmobilização, as principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros. Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário

considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas, incluindo mobilização de guindaste, mão de obra etc. (nota explicativa nº 25).

Os custos de fechamento de mina e desmobilização de parque eólico estão capitalizados como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizados pelo período de sua vida útil ou período de concessão.

Apesar das estimativas serem revistas anualmente, essa provisão requer a assunção de premissas para projetar os fluxos de caixa aplicáveis às operações.

4.8. Arrendamentos

A Companhia utiliza taxas incrementais para descontar os fluxos de caixa dos pagamentos de arrendamentos, cujas taxas implícitas não podem ser determinadas imediatamente.

Os valores presentes dos passivos de arrendamentos são determinados com base nas taxas incrementais estimadas na data de início de cada arrendamento (nota explicativa nº 22).

5. CLASSIFICAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS E HIERARQUIA DO VALOR JUSTO

A seguir os instrumentos financeiros ativos e passivos:

		Controladora		Consol	idado
	Mensuração contábil	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo</u>					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	344.269	215.629	464.086	341.787
Aplicações financeiras - circulante	Valor justo por meio do resultado	382.660	463.299	382.660	463.299
Aplicações financeiras - não circulante	Valor justo por meio do resultado	232.326	314.566	286.910	367.541
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	190.030	187.035	200.707	197.566
Depósitos judiciais	Custo amortizado	9.123	8.970	9.673	9.520
<u>Passivo</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	123.992	141.966	127.104	147.832
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	10.462	29.419	10.462	29.419
Adiantamento de contrato de câmbio circulante	Custo amortizado	219.656		219.656	
Empréstimos e financiamentos - circulante	Custo amortizado	14.990	46.058	41.587	72.676
Custo de captação	Custo amortizado			(455)	(455)
Empréstimos e financiamentos - circulante		234.646	46.058	260.788	72.221
Empréstimos e financiamentos - não circulante	Custo amortizado	-	15.052	162.444	202.296
Custo de captação	Custo amortizado	-	-	(2.676)	(3.132)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	Custo amortizado	-	15.052	159.768	199.164
Conta ressarcimento CCEE - circulante	Custo amortizado	_	_	54.852	64.841
Conta ressarcimento CCEE - não circulante	Custo amortizado	_	-	23.983	2.254
Arrendamentos a pagar - circulante	Custo amortizado	42.787	44.010	43.401	44.634
Arrendamentos a pagar - não circulante	Custo amortizado	12.956	19.584	19.543	26.452

6. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

6.1. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a 3 (três) meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui, junto às instituições financeiras com as quais opera, títulos com emissores de primeira linha (CDB, letra financeira, debêntures, fundo aberto e fundo exclusivo de investimento), em consonância com a sua Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, e classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A rentabilidade da carteira de aplicações financeiras encontra-se inclusa nas notas explicativas nº 9 e nº 10.

6.2. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. O prazo médio de recebimento é de 30 (trinta) dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, mas não apresentam evidência objetiva de *impairment*, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2024.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

6.3. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas esperadas constituídas para cobrir eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

6.4. Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda para terceiros, de madeira não consumida. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos

biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

A Companhia realiza a avaliação do valor justo dos ativos biológicos sempre no terceiro trimestre de cada ano e o complemento em 31 de dezembro, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada "Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos". O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

6.5. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) operacionais".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

6.6. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

6.6.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a

data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

6.6.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração das taxas nominais observáveis.

6.6.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 (doze) meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

6.7. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A perda é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins desta avaliação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Adicionalmente, não foram identificados indicativos de *impairment* para nenhuma empresa da Companhia. A Ferbasa possui registrado um ganho com compra vantajosa decorrente da aquisição da BW Guirapá, portanto não existe *goodwill* contabilizado.

6.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não realizou operações de risco sacado.

6.9. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do exercício, o valor do dividendo mínimo obrigatório, por estar previsto no Estatuto Social da Companhia, é registrado como

passivo circulante na conta "dividendos e juros sobre capital próprio". A parcela dos dividendos excedente é apresentada na rubrica "dividendo adicional proposto", no grupo "reservas de lucros" no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de dividendos e/ou juros sobre o capital.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

6.10. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisados.

6.11. Provisões

As provisões para fechamento da mina, desmobilização e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício.

6.12. Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença

entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional, no encerramento do exercício, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 (doze) meses após a data do balanço.

As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que o Grupo é obrigado a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação dos empréstimos como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que o Grupo é obrigado a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras.

6.13. Benefícios a empregados

6.13.1. Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

6.13.2. Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

6.13.3. Prêmio de aposentadoria e multa FGTS - Acordos coletivos

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por conveniência. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

6.13.4. Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base no resultado do exercício, depois de subtraídos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Companhia reconhece uma

provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

6.14. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

6.15. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre Companhias controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado, até 31 de dezembro de 2024, não houve incidência de PIS e COFINS. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

6.16. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

6.17. Subvenções governamentais

Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas detalhadas na nota explicativa nº 31.

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições produzidas neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação.
- Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$ 3.414, corrigido anualmente pelo IGPM.
- Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE, de 12 de maio de 2015.
- Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta por cento) da TJLP ao ano ou outra que venha substitui-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE.
- No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica "Receita líquida de vendas".
- A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

6.18. Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 6. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 16.

A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a ela.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como,

os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

6.19. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

6.19.1. Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como: contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período (nota explicativa nº 5).

6.19.2. Mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado (nota explicativa nº 5).

6.19.3. Mensurados a valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado (nota explicativa nº 5).

6.19.4. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

6.19.5. *Impairment* de ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a

receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

6.19.6. Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere para terceiros os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

6.20. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de custo amortizado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada e quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

6.21. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Quando oportuno, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos e não derivativos para minimizar os riscos envolvendo o impacto da flutuação cambial sobre a conversão dos seus preços de vendas no mercado externo, conforme política interna, aprovada pela Administração.

Estes instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que os contratos são celebrados e são subsequentemente remensurados aos seus valores justos.

O método para reconhecer contabilmente o ganho ou a perda resultante desta remensuração depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* derivativo e não derivativo, no caso da adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

A Companhia designa os derivativos como "hedge accounting", quando relacionados às operações futuras altamente prováveis (hedge de fluxo de caixa) e documenta no início da operação a relação entre os instrumentos de hedge derivativo e não derivativo e os itens protegidos por "hedge", bem como seus objetivos e estratégias de gestão de riscos. A Companhia também documenta, tanto no início do hedge, quanto em uma base contínua, se os derivativos que são usados em transações de hedge são altamente eficazes na compensação de variações no fluxo de caixa dos itens protegidos por hedge.

A parcela efetiva das variações no valor justo dos derivativos que são designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida como "Ajuste de avaliação patrimonial" (em "Outros resultados abrangentes") no patrimônio líquido, descontados dos impostos diferidos. O ganho ou perda relacionado à parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado como "Resultado financeiro".

Os valores acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado nos períodos em que os contratos objeto de *hedge* são liquidados, na linha de "Resultado financeiro" conforme política contábil da Companhia. Quando o *hedge* deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting*, ele é prospectivamente descontinuado e todo ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido, lá permanece, e sendo, a partir desse momento, os respectivos ganhos e perdas apurados, reconhecidos no resultado do período. Quando a operação prevista não possuir mais expectativa de ocorrer, os ganhos ou perdas acumuladas que são reportados no patrimônio líquido são imediatamente transferidos para o resultado e apresentados em "Resultado financeiro".

O valor justo total dos instrumentos derivativos e não derivativos é classificado como ativo ou passivo não circulante quando o vencimento remanescente do item protegido é superior a 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não realizou operações com contabilização de *hedge accounting*.

7. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS

- 7.1. As seguintes alterações nas normas contábeis tornaram-se efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024:
 - (i) IAS 1 (CPC 26) Apresentações das Demonstrações Contábeis, passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
 - (ii) IAS 7 (CPC 03) e IFRS 7 (CPC 40) Acordo de financiamento de fornecedores;
 - (iii) IFRS 16 (CPC 06) Arrendamentos, locações em venda e relocação;

A Companhia avaliou o conteúdo destes pronunciamentos e não identificou impactos.

7.2. Normas emitidas, mas alterações ainda não vigentes.

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- (i) IAS 7 (CPC 40) e IAS 9 (CPC 48) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros;
- (ii) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras;
- (iii) IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação;
- (iv) IAS 21 (CPC 02) Falta de permutabilidade.

As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Não é esperado impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia decorrente de tais alterações.

8. GERENCIAMENTO DE RISCOS

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco cambial, (ii) risco de taxa de juros, (iii) risco de crédito, (iv) risco de liquidez, (v) risco de concentração, (vi) risco de preço de commodities e (vii) outros fatores de risco não financeiros.

A gestão de risco concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

8.1. Risco cambial

O risco cambial decorre do descasamento da moeda funcional (Real) e as transações em moeda estrangeira (Dólar americano), incluindo Contas a receber de clientes, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (ACC) e contratos de trava cambial de exportação.

Para fins de análise de sensibilidade, a Companhia adotou como cenário I (provável) a expectativa da taxa média de câmbio para o ano de 2025, conforme Relatório Focus de 24 de janeiro de 2025.

		31/12/2024		Cen	ário I
	Vencimento	US\$	R\$	Taxa	Ganho / (Perda) R\$
Controladora e Consolidado					
Contas a receber de clientes (líquido PECLD)	2025	6.141	38.023	6,0000	(1.177)
Adiantamento de contrato de câmbio (ACC)	2025	34.770	215.306	6,0000	6.686

		31/12/2024 - Contratado			Cenário I	
			Taxa média		Taxa	Ganho /
	Vencimento	US\$	R\$	ponderada (R\$)	US\$	(Perda) R\$
Controladora e Consolidado						
Travas de exportação	2025	7.408	43.459	5,8668	6,0000	(987)

A Companhia valoriza os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo, tendo como principal fonte de dados a B3. Os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos, com cotação pública, são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro e títulos, não listados em Bolsa de Valores, não estiverem ativos, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, com referência a outros instrumentos que são substancialmente similares.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos ou não derivativos em aberto

8.2. Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros decorre da possibilidade, em função de mudanças no mercado financeiro, de alteração dos valores dos papéis adquiridos na carteira de aplicações financeiras advindos de sua marcação a mercado, da escolha de indexadores e da opção por taxas prefixadas ou pósfixadas, bem como no valor presente e custo dos empréstimos e financiamentos.

Para o saldo aplicado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a taxa básica de juros para o final do ano de 2025 de 15,00%a.a., conforme Relatório Focus de 24 de janeiro de 2025.

Riscos de taxas de juros	Taxa fechamento 31/12/2024 – a.a.	Cenário I Provável
Taxa básica de juros – (% a.a.)	12,25%	15,00%
<u>Controladora</u>		
Saldo de aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10)	954.501	1.080.598
Efeito líquido		126.097
<u>Consolidado</u>		
Saldo de aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10)	1.122.069	1.268.924
Efeito líquido		146.855

Para o saldo de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas consideram como cenário I (provável) a TJLP para o final do ano de 2025 de 7,43%a.a., e para o CDI (Certificado de Depósito Interbancário) de 14,90%a.a..

Riscos de taxas de juros (nota explicativa nº 21)	Taxa fechamento 31/12/2024 - a.a.	Cenário I Provável
<u>Taxa de juros - TJLP - (% a.a.)</u> Controladora:	7.43%	7,97%
Saldo de empréstimos e financiamentos Efeito líquido	4.198	4.532 (334)
Taxa de juros - TJLP - (% a.a.)		
Consolidado: Saldo de empréstimos e financiamentos Efeito líquido	193.239	208.639 (15.400)
<u>Taxa de juros - CDI - (% a.a.)</u> Controladora e Consolidado:	12,15%	14,90%
Saldo de empréstimos e financiamentos Efeito líquido	10.792	12.400 (1.608)

8.3. Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da escolha dos ativos para compor a carteira de investimentos, na capacidade financeira das contrapartes dos contratos de derivativos e da dificuldade de recebimento na liquidação de vendas e pelo não cumprimento de obrigações pela entrega de bens ou serviços pagos através de adiantamento a fornecedores.

A Companhia limita a alocação das suas aplicações financeiras a cada emissor de letra financeira, debêntures ou títulos ao máximo de 30% (trinta por cento) do volume das aplicações. Este limite não se aplica para títulos emitidos pelo Tesouro Nacional. Nas operações de derivativos, a Companhia trabalha com instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhuma operação de derivativos em aberto.

O risco de crédito de clientes é monitorado e não há histórico material de perdas.

Adicionalmente, a Companhia mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

8.4. Risco de liquidez

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros, operacionais e de investimento. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de maior longo prazo.

Os passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano e com liquidação em caixa são os empréstimos e financiamentos. Os vencimentos desses passivos estão demonstrados na nota explicativa nº 21. Os desembolsos futuros de empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Ano	Controladora	Consolidado
2025	234.646	260.788
2026	-	26.142
2027	-	26.142
2028	-	26.142
2029	-	26.142
2030 em diante		55.200
Total	234.646	420.556

8.5. Risco de concentração

A Companhia possui concentração de faturamento em alguns clientes, os quais foram representativos em 2024. No mercado interno, para o Ferrocromo, são os clientes Aperam Inox e Magotteaux Brasil e, no mercado externo, para o Ferrossilício, Marubeni Corporation e CCMA. Eventuais reduções na demanda destes clientes poderão causar impactos significativos na capacidade de geração de caixa da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia vem mantendo um foco constante em iniciativas para redução nos custos com vistas ao aumento de competitividade internacional, além do aprimoramento de sua estratégia de diversificação no portfólio de clientes, com destaque para o mercado externo.

Em acréscimo, a Companhia possui aplicações financeiras com liquidez imediata e mantém um adequado relacionamento com instituições bancárias de primeira linha para disponibilidade de crédito.

8.6. Risco de preço de commodities

Refere-se à exposição às variações dos preços dos produtos (ferroligas), podendo alterar significativamente as margens operacionais da Companhia. A Administração entende que a exposição deste risco faz parte da natureza do seu negócio e, não há no momento, mecanismos ou instrumentos financeiros para a mitigação deste risco.

8.7. Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital monitorando a relação entre sua dívida líquida, que corresponde aos saldos de caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras (notas explicativas nº 9 e nº 10) deduzidos dos saldos de empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 21) e o EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - LAJIDA), baseada em sua Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A Companhia adota como limite máximo para endividamento o índice de 1,5x EBITDA.

8.8. Outros fatores de risco não financeiros

- Riscos regulatórios: a Companhia está sujeita a rigorosas leis e regulamentos nas esferas federal, estadual e municipal. Adicionalmente, o descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, proveniente das operações da Companhia (mineração, recursos florestais, metalurgia e parque eólico), podem resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da Companhia, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.
- Ricos ambientais: a Companhia está sujeita às leis e regulamentos pertinentes às atividades nas quais opera, tendo estabelecido medidas ambientais e procedimentos que visam mitigar este risco. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos. A Companhia, atenta aos problemas globais atinentes ao Meio Ambiente e, em conformidade com a legislação ambiental, opera consoante suas licenças ambientais e tem a gestão ambiental das áreas florestal e de metalurgia certificada pela ISO 14001.
- Riscos climáticos e da natureza: as atividades operacionais da Companhia estão expostas aos riscos de danos decorrentes das mudanças climáticas, tais como altas temperaturas, inundações e chuvas extremas e riscos da natureza, como danos decorrentes de pragas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza (desabamentos das minas, enchentes, dentre outras). A Companhia possui processos que visam mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares nas áreas de plantio e contratação de empresa especializada para análise das condições estruturais da mina e desenvolvimento de planos contingenciais.
- Risco de valor justo dos ativos biológicos: embora o ativo biológico seja substancialmente
 plantado para consumo próprio (biorredutor), a Companhia está sujeita aos impactos no lucro
 líquido e, consequentemente na distribuição de dividendos, em função de alterações nas
 premissas de cálculo do valor justo dos ativos biológicos: preços de mercado, produtividade
 das florestas, taxas de desconto etc. As premissas são anualmente revisadas para antever
 possíveis impactos.
- Risco de não manutenção de incentivos fiscais: a Companhia possui incentivo fiscal de imposto de renda por estar situada em área de atuação da SUDENE. No caso do ICMS, há um benefício denominado ICMS DESENVOLVE que dilata os prazos para pagamento de 90% (noventa por cento) do imposto em até 72 (setenta e dois) meses, com desconto de 90% (noventa por cento) da parcela dilatada caso o pagamento venha a ocorrer até o 20º (vigésimo) dia do mês da antecipação. Caso estes incentivos não sejam renovados, os resultados da Companhia serão impactados negativamente.
- Risco de energia elétrica: por sua característica eletrointensiva, a Companhia depende de energia a preços compatíveis com os seus concorrentes no Brasil e no exterior. Para minimizar a exposição ao fornecimento de energia ou um aumento significativo dos preços, a Companhia mantém contrato de longo prazo com a CHESF. Em 21 de agosto de 2015, a Companhia, juntamente com outras empresas eletrointensivas do Nordeste, assinou prorrogação do contrato, cujo prazo se estendeu até o ano de 2037. Adicionalmente, em 2018, a Companhia adquiriu o parque eólico BW Guirapá, reforçando sua intenção em perenizar as suas atividades e tornar-se, também, geradora de energia elétrica.

• Risco de logística de transporte: O minério de cromo é transportado por cerca de 390 km desde as minas operadas pela Companhia até à Planta Metalúrgica, localizada no município de Pojuca, no Estado da Bahia. Este transporte é primordialmente realizado por modal ferroviário, sendo prestado por empresa privada, através de Concessão Pública Federal (Malha Centro-Leste), cuja regulamentação e fiscalização estão a cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT. A eventual descontinuidade na prestação dos serviços de transporte pela concessionária obrigará a Companhia a buscar alternativas economicamente viáveis.

9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2024 31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	4.754	5.964	11.587	11.972
Aplicações em CDB (i)	31.473	3.952	46.309	64.653
Fundos de investimento (ii)	308.042	205.713	406.190	265.162
	344.269	215.629	464.086	341.787

- (i) Operações em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") e Letra de Arrendamento Mercantil (LAM), cuja taxa média ponderada de remuneração foi de 100,2% do CDI (101,3% em 31 de dezembro de 2023), cujo resgate tem liquidez diária sem alteração relevante do valor nominal.
- (ii) Operações em títulos através de fundos de investimento, cujo resgate tem liquidez em D+1 sem alteração relevante do valor nominal. A rentabilidade média ponderada mensal, marcada a mercado, foi de 106,8% do CDI (97,0% em 31 de dezembro de 2023).

10. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:				
Letras financeiras (i)	137.767	170.114	137.767	170.114
Fundos de investimentos (ii)	146.028	166.033	146.028	166.033
CDB (iii)	4.212	76.448	4.212	76.448
Outros (iv)	94.653	50.704	94.653	50.704
	382.660	463.299	382.660	463.299
Não circulante:				
Letras financeiras (i)	48.863	232.806	72.584	255.917
CDB (iii)	116.842	75.901	116.842	75.901
Fundos de investimentos (ii)	-	-	30.863	29.864
Depósito para reinvestimento (v)	6.496	5.859	6.496	5.859
Outros (iv)	60.125		60.125	
	232.326	314.566	286.910	367.541
	614.986	777.865	669.570	830.840

(i) Letras financeiras com remuneração média ponderada mensal, marcada a mercado, de 109,9% do CDI (99,7% 31 de dezembro de 2023).

- (ii) Aplicações em fundos de investimentos cujos títulos têm vencimentos que superam 90 (noventa) dias e a remuneração média ponderada mensal, marcada a mercado, foi de 103,3% do CDI (100,0% 31 de dezembro de 2023). Embora a Companhia e suas controladas selecionem títulos com liquidez em mercado secundário, a incerteza quanto às condições de mercado e preços a um evento de liquidez sugere que estas aplicações não sejam consideradas equivalentes de caixa. Os Fundos de Investimentos classificados no "Não Circulante", se referem aos montantes alocados nas contas reservas da dívida e O&M da BW Guirapá.
- (iii) Aplicações em Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), cujas taxas médias de remuneração mensal foram de 115,6% do CDI (108,9% em 31 de dezembro de 2023).
- (iv) Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Debentures e papéis do Tesouro com remuneração média ponderada mensal, marcada a mercado, de 91,6% do CDI (81,1% 31 de dezembro de 2023).
- (v) Referente a subvenção do reinvestimento do IRPJ, no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com rendimento de 100% do CDI, em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Contro	ladora	Consolidado	
	31/12/2024 31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Mercado interno	152.229	134.743	162.906	145.274
Mercado externo	38.023	52.514	38.023	52.514
Perdas esperada em créditos				
de liquidação duvidosa				
(PECLD)	(222)	(222)	(222)	(222)
	190.030	187.035	200.707	197.566

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui R\$ 1.359 (2023, R\$ 18.721) a receber de partes relacionadas conforme nota explicativa nº 28.

As contas a receber de mercado externo são em dólares norte-americanos (US\$), convertidas para Reais (R\$) na data da elaboração das demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possuía provisão para perda esperada em créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 222, considerada suficiente para cobrir possíveis perdas em contas a receber, de acordo com análise interna efetuada pela Administração.

As contas a receber por idade de vencimento estão demonstradas a seguir:

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2024 31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
A vencer	185.069	176.371	195.746	186.902
Vencidas de 0-30 dias	4.354	10.664	4.354	10.664
Vencidas há mais de 60 dias	829	222	829	222
PECLD	(222)	(222)	(222)	(222)
	190.030	187.035	200.707	197.566

12. ESTOQUES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização.

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:		
Produtos acabados	243.920	220.587
Matérias-primas	158.609	139.833
Minério de cromo	58.189	47.843
Materiais para manutenção (i)	95.407	110.884
	556.125	519.147
Não Circulante:		
Materiais para manutenção (i)	14.152	14.627
Provisão para obsolescência (ii)	(10.756)	(6.576)
	3.396	8.051
	559.521	527.198

- (i) Os estoques de materiais de manutenção são classificados no ativo circulante ou no não circulante, considerando o histórico do consumo.
- (ii) A Companhia mantém provisão para obsolescência relacionada aos itens com baixo giro, quando não há previsão de utilização nos próximos períodos.

O detalhamento do custo dos produtos vendidos está apresentado na nota explicativa nº 32.

13. TRIBUTOS A RECUPERAR E RESTITUIR

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Circulante:					
IRPJ e CSLL	37.471	25.754	49.222	32.834	
IPI (i)	59.376	-	59.376	-	
PIS e COFINS a recuperar	7.667	8.134	7.668	8.135	
ICMS a recuperar	4.635	3.606	4.655	3.606	
Outros	1	-	28	40	
	109.150	37.494	120.949	44.615	
Não circulante:					
ICMS a recuperar	6.897	6.621	6.897	6.621	
Outros	312	311	312	311	
	7.209	6.932	7.209	6.932	
	116.359	44.426	128.158	51.547	

(i) Em 1989, a Companhia iniciou uma ação judicial buscando o recebimento em dinheiro do "Crédito Prêmio de IPI", instituído pelo Decreto-Lei nº 491/1969 como incentivo fiscal para exportações. A ação foi concluída em 1995, e em 2002 iniciou-se as compensações dos

créditos obtidos com débitos tributários. No entanto, a Receita Federal indeferiu as compensações, alegando falta de clareza na conclusão do processo judicial. A Cia. recorreu administrativamente e, somente em 2024, obteve decisão favorável às compensações realizadas e ao ressarcimento em dinheiro do saldo remanescente. Este saldo foi registrado em dezembro de 2024 e efetivamente recebido em janeiro de 2025.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto e os valores contábeis dos Ativos e Passivos das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o IRPJ e de 9% para CSLL.

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Impostos diferidos ativos					
Provisão para contingências	(62.595)	(74.403)	(62.595)	(74.403)	
Provisão para perdas nos estoques (i)	(10.756)	(6.576)	(10.756)	(6.576)	
Provisão para participação nos lucros (ii)	(56.302)	(61.381)	(56.302)	(61.381)	
Provisão para passivo ambiental	(17.428)	(17.729)	(17.428)	(17.729)	
Obrigações trabalhistas e atuariais	(70.884)	(58.552)	(70.884)	(58.552)	
Realização da mais-valia	(29.822)	(25.404)	(29.822)	(25.404)	
Provisão PECLD	(222)	(222)	(222)	(222)	
Tributos de exigibilidade suspensa					
(PIS/COFINS)	(4.358)	(4.358)	(4.358)	(4.358)	
Prejuízos Fiscais	-	-	(628)	(955)	
Outras provisões temporárias	(42.793)	(16.141)	(42.793)	(16.141)	
Base de cálculo	(295.160)	(264.766)	(295.788)	(265.721)	
IRPJ diferido à alíquota de 25%	69.272	61.916	69.430	62.155	
CSLL diferida à alíquota de 9%	26.564	23.829	26.621	23.915	
IRPJ/CSLL diferidos ativo (A)	95.836	85.745	96.051	86.070	

- (i) Provisão de obsolescência relacionada aos itens de manutenção com baixo giro e provisão de inventários.
- (ii) A participação nos lucros dos Administradores no montante de R\$ 18.070 (2023, R\$ 17.100) é base apenas para o cálculo da CSLL diferida. No caso do IRPJ, trata-se de diferença permanente.

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2024 31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023	
Impostos diferidos passivo					
Ativo imobilizado - "deemed cost"	58.811	58.811	63.385	63.385	
Ativos biológicos - "fair value"	139.844	104.997	139.844	104.997	
Compra vantajosa	75.143	75.143	75.143	75.143	
Arrendamentos IFRS 16	24.215	16.562	24.215	16.562	
Depreciação acelerada	4.909	5.770	4.909	5.770	
Base de cálculo	302.922	261.283	307.496	265.857	

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2024 31/12/2023		31/12/2023	
IRPJ diferido à alíquota de 25% CSLL diferida à alíquota de 9%	(75.730) (27.263)	(65.321) (23.515)	(76.874) (27.675)	(66.464) (23.927)	
IRPJ/CSLL diferidos passivo (B)	(102.993)	(88.836)	(104.549)	(90.391)	
IRPJ/CSLL diferidos líquidos (A+B)	(7.157)	(3.091)	(8.498)	(4.321)	

A Administração, com base na melhor estimativa, em análise individual das provisões, acredita que realizará os créditos fiscais provenientes das diferenças temporárias conforme demonstrado a seguir:

Contro	Consolidado			
IRPJ/CSLL	- diferido	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL - diferido	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
34.358	21.925	34.358	21.925	
241	2.068	456	2.068	
180	12.083	180	12.083	
122	12.588	122	12.588	
61	273	61	273	
60.874	54.056	60.874	55.612	
95.836	102.993	96.051	104.549	
	1RPJ/CSLL Ativo 34.358 241 180 122 61 60.874	34.358 21.925 241 2.068 180 12.083 122 12.588 61 273 60.874 54.056	IRPJ/CSLL - diferido Ativo Passivo Ativo 34.358 21.925 34.358 241 2.068 456 180 12.083 180 122 12.588 122 61 273 61 60.874 54.056 60.874	

Os valores de IRPJ e CSLL que afetaram os resultados dos respectivos exercícios estão demonstrados a seguir:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro antes do IRPJ/CSLL	318.749	416.752	319.835	419.637	
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%	
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(108.375)	(141.696)	(108.744)	(142.677)	
Valores que afetaram o cálculo do IRPJ/CSLL					
Juros sobre capital próprio	58.990	76.796	58.990	76.796	
Equivalência patrimonial	(6.829)	6.899	-	-	
Doações	(1.834)	(3.585)	(1.858)	(3.617)	
Revisão nas apurações IRPJ/CSLL (iii)	30.302	-	30.302	-	
Outros	10.628	(2.342)	3.317	(1.226)	
Incentivo fiscal SUDENE (iv)	25.874	29.825	25.912	33.972	
	8.756	(34.103)	7.919	(36.752)	
Resultado do IRPJ e CSLL					
Incentivo fiscal SUDENE (iv)	25.874	29.825	25.912	33.972	
Corrente	(10.046)	(39.248)	(10.810)	(45.836)	
Diferido	(7.072)	(24.680)	(7.183)	(24.888)	
Despesa de IRPJ e CSLL	8.756	(34.103)	7.919	(36.752)	

- (iii) Revisão das apurações na Escrituração Contábil Fiscal ECF.
- (iv) Em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do

imposto de renda, com percentual de redução de 75% (setenta e cinco por cento) sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas:

- Advindas da fabricação de ferroligas e seus subprodutos, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032, conforme Laudo Constitutivo de nº 0018/2023.
- Advindas da exploração e beneficiamento de minério de cromo, no período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2025, conforme Laudo Constitutivo de nº 0131/2016.
- Advindas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.
- Advindas da fabricação de cal virgem britado e cal britado, no período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2032, conforme Laudo Constitutivo de nº 0021/2023.

A parcela correspondente aos incentivos de redução do imposto de renda é reconhecida no resultado e ao final de cada exercício social é transferida de lucros acumulados para reserva de lucros (incentivo fiscal), não podendo ser distribuída aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia transferiu os valores demonstrados a seguir:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
SUDENE	25.874	29.825	25.912	33.972	
Reinvestimento	219	219	219	219	
ICSM Desenvolve		2.792		2.792	
	26.093	32.836	26.131	36.983	

A movimentação dos impostos diferidos durante os exercícios de 2024 e de 2023 estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31/12/2022 - Impostos diferidos ativo	17.845	16.823
Reconhecido em outros resultados abrangentes	3.744	3.744
Reconhecido no resultado	(24.680)	(24.888)
Saldo em 31/12/2023 - Impostos diferidos líquidos	(3.091)	(4.321)
Saldo em 31/12/2023 - Impostos diferidos ativo	(3.091)	(4.321)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	3.006	3.006
Reconhecido no resultado	(7.072)	(7.183)
Saldo em 31/12/2024 - Impostos diferidos líquidos	(7.157)	(8.498)
Saldo em 31/12/2024 - Impostos diferidos ativo	-	-
Saldo em 31/12/2024 - Impostos diferidos passivo	(7.157)	(8.498)

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

		Consolidado		
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
519	507	528	516	
8.604	8.463	9.145	9.004	
9.123	8.970	9.673	9.520	
	519 8.604	519 507 8.604 8.463	519 507 528 8.604 8.463 9.145	

(i) Referem-se a depósitos associados a processos fiscais e questionamentos quanto à legalidade e constitucionalidade de determinados tributos, que são registrados no ativo não circulante da Companhia, até que ocorra a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

16. INVESTIMENTOS

A seguir, breve comentário sobre as controladas e coligadas:

- A Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") é uma empresa de capital fechado, localizada em Pojuca-BA, fruto de parceria tecnológica com a Marubeni Corporation, empresa Japonesa, cujo objeto é a comercialização de ligas de ferrossilício de alta pureza e a Japan Metals & Chems - JMC.
- A Mineração Vale do Jacurici S.A. ("Jacurici") é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a pesquisa e lavra das jazidas de minério de cromo.
- A Reflorestadora e Agrícola S.A. ("Reflora") é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a elaboração e/ou execução de projetos de reflorestamento, bem como a produção de biorredutor.
- A Indústria de Minérios Damacal Ltda. ("Damacal") tem como objeto social o aproveitamento e exploração de jazidas de calcário para produção de cal.
- Ferbasa & CO S.A.S. ("Ferbasa &CO") é uma subsidiária integral na cidade de Bogotá. Tem
 como objeto constituir e fazer parte de sociedades de todo tipo, incluindo empresas
 unipessoais, assim como abrir sucursais e agências que sejam necessárias para o adequado
 desenvolvimento de seu objeto social; fabricação e comercialização de diferentes tipos de
 ferro e ligas de ferro, pesquisa e exploração de jazidas minerais, produção e comercialização
 nacional e internacional de carvão e coque.
- Bahia Minas Bioenergia Ltda. ("Bahia Minas"), é uma coligada, constituída em dezembro de 2023, tem por objeto o propósito específico de adquirir imóveis rurais para exploração da cultura de eucalipto e corymbia, que poderão ser explorados diretamente e/ou por meio de Contrato de Parceria Agrícola.

Adicionalmente, seguem informações sobre sua controlada geradora de energia eólica:

A BW Guirapá I S.A. é uma empresa de capital fechado e tem por objeto social a participação de 100% (cem por cento) do capital social das seguintes sociedades ("Controladas"): Central Eólica Angical S.A.; Central Eólica Caititu S.A.; Central Eólica Coqueirinho S.A.; Central Eólica Corrupião S.A.; Central Eólica Inhambu S.A.; Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.; e, Central Eólica Teiú S.A., cujas principais características operacionais estão demonstradas a seguir:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) ⁽ⁱ⁾	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽ⁱⁱ⁾	contratada do 1º ao 3º ano do 3 º quadriênio (MWmed)(ii)	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ^(iv)	
	_			_		
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	5,0	99,98	207,96	
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	9,8	99,98	207,96	
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	12,4	96,97	201,70	
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	11,7	96,97	201,70	
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,0	96,97	201,70	
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	12,3	96,97	201,70	
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	7,1	99,98	207,96	
	170,20		73,3			

- (i) Conforme Portaria de Autorização MME.
- (ii) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos desde a 1ª Portaria do MME Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.
- (iii) Conforme contrato de compra e venda, o 3º quadriênio compreende o período entre julho de 2022 e junho de 2026, sendo cada ciclo anual iniciado em julho e finalizado em junho do ano seguinte.
- (iv) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011 e atualizados pela CCEE data-base julho de 2024.

As informações financeiras resumidas a respeito das controladas e coligadas estão descritas a seguir:

	Participação %	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido "PL"	Receitas	Despesas	Lucro (prejuízo)	Participação no PL das controladas e coligadas	Participação da Companhia (equivalência patrimonial)	
31/12/2023	· <u> </u>									_
Silbasa	51,26	3.025	169	2.856	978	(492)	486	1.463	249	
Jacurici	100,00	28.696	1.517	27.179	4.614	(3.243)	1.371	27.179	1.371	
Reflora	99,98	3.981	82	3.899	440	(126)	314	3.899	314	
Damacal	100,00	3.011	313	2.698	270	(62)	208	2.698	208	
Ferbasa & CO	100,00	2.176	1.267	909	-	(1.914)	(1.914)	909	(1.914)	
Bahia Minas	51,00	15.000	-	15.000	-	-	-	15.000	-	
BW Guirapá	100,00	805.442	321.006	484.436	147.085	(122.603)	24.482	539.070	20.064	(*)
								590.218	20.292	
31/12/2024										
Silbasa	51,26	3.288	171	3.117	1.006	(497)	509	1.598	261	
Jacurici	100,00	29.248	1.504	27.744	3.911	(3.170)	741	27.744	741	
Reflora	99,98	4.224	83	4.141	416	(100)	316	4.140	316	
Damacal	100,00	3.162	310	2.852	254	(52)	202	2.852	202	
Ferbasa & CO	100,00	3.192	1.865	1.327	-	(1.364)	(1.364)	1.327	(1.364)	
Bahia Minas	51,00	50.936	1	50.935	14	(9)	5	25.977	3	
BW Guirapá	100,00	768.433	299.823	468.610	114.150	(129.976)	(15.826)	518.826	(20.244)	(*)
·								582.464	(20.085)	

^(*) Ajustados pelos ativos avaliados ao seu valor justo na aquisição da BW Guirapá e sua respectiva realização do montante líquido de R\$ 50.216 e R\$ 4.418 (2023, R\$ 54.634 e R\$ 4.418).

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

				Damac	BW	Ferbasa	Bahia		
	Silbasa	Jacurici	Reflora	al	Guirapá	& CO	Minas	Outros	Total
Saldos 31 de dezembro de 2022	1.276	26.107	3.660	2.539	519.006	(63)		78	552.603
Equivalência patrimonial:									
Investimento (i)	-	-	-	-	-	2.651	15.000	-	17.651
Realização da mais-valia	-	-	-	-	(4.418)	-	-	-	(4.418)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	235	-	-	235
Dividendos	(62)	(299)	(75)	(49)	-	-	-	-	(485)
Resultado do exercício	249	1.371	314	208	24.482	(1.914)			24.710
Saldos 31 de dezembro de 2023	1.463	27.179	3.899	2.698	539.070	909	15.000	78	590.296
Saldos 31 de dezembro de 2023	1.463	27.179	3.899	2.698	539.070	909	15.000	78	590.296
Equivalência patrimonial:									
Investimento (ii)	-	-	-	-	-	1.736	10.974	40.785	53.495
Realização da mais-valia	-	-	-	-	(4.418)	-	-	-	(4.418)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	46	-	-	46
Dividendos	(126)	(176)	(75)	(48)	-	-	-	-	(425)
Resultado do exercício	261	741	316	202	(15.826)	(1.364)	3	-	(15.667)
Saldos 31 de dezembro de 2024	1.598	27.744	4.140	2.852	518.826	1.327	25.977	40.863	623.327

(i) O investimento de 31 de dezembro de 2023, refere-se à integralização do capital social da subsidiária Ferbasa & CO e adiantamento para compra de terra para investimento, nos valores de R\$ 2.651 e R\$ 15.000, respectivamente.

(ii) Referem-se: (a) Termo de fechamento do contrato de compra e venda de ações, para a aquisição de 45% (quarenta e cinco) de participação na Sociedade NK 232 Empreendimentos e Participações S.A. (empresa do grupo Auren Energia S.A). O preço total da aquisição foi de R\$ 37.822, cujo valor foi reconhecido inicialmente como valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva, com valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é R\$ 40.785, classificado como outras participações. Esta sociedade tem por objetivo explorar os parques eólicos Ventos de São Ciro (localizado no Piauí) e Ventos de São Bernardo (localizado em Pernambuco), e possibilitará à FERBASA consumir, sob o regime de autoprodução por equiparação (APE), a energia elétrica gerada nos mencionados parques. Adicionalmente, firmamos simultaneamente os Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) com os Parques Eólicos citados, que proporcionarão para a FERBASA o suprimento de 35MW médios de energia elétrica, durante 20 anos, com início de fornecimento a partir do ano 2025. Existe a opção de recompra do referido ativo no final do prazo contratual; (b) Integralização do capital social da empresa Bahia Minas Bioenergia Ltda. e Ferbasa & CO, respectivamente R\$ 10.974 e R\$ 1.736.

17. IMOBILIZADO, INTANGÍVEL E DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO

	Control	adora	Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Terras para plantio	124.308	124.302	124.460	124.454	
Terrenos	29.764	29.514	35.534	50.284	
Edificações	236.025	153.461	389.170	289.844	
Máquinas e equipamentos	418.657	351.628	871.506	852.298	
Veículos e tratores	16.185	14.969	16.185	14.969	
Móveis e utensílios	5.296	3.069	5.462	3.271	
Informática	6.900	7.315	7.083	7.525	
Desenvolvimento de minas	108.886	94.831	108.886	94.831	
Em andamento e outros	149.729	198.176	179.043	236.035	
Imobilizado (17.1)	1.095.750	977.265	1.737.329	1.673.511	
Direito de uso - arrendamento (17.2)	81.174	88.018	89.973	96.952	
Total do imobilizado	1.176.924	1.065.283	1.827.302	1.770.463	
Intangível (17.3)	5.696	5.194	14.463	14.366	

O quadro abaixo demonstra a vida útil econômica dos ativos, sendo que as taxas anuais de depreciação foram calculadas pelo método linear (Consolidado):

	Média vida útil (anos)
<u>Imobilizado</u>	
Máquinas e equipamentos	21
Veículos e tratores	5
Edificações	25
Móveis e utensílios	10
Informática e outros	5
Direito de uso em arrendamento	
Direito de uso máquinas e equipamentos	4
Direito de uso terreno	29
Direito de uso edificações	5

17.1. Imobilizado

	Controladora									
	Terras para			Máquinas e	Veículos e	Móveis e			Outras	
	plantio	Terrenos	Edificações	equipamentos	tratores	utensílios	Informática	Minas	imobilizações	Total
<u>Custo</u>	445 440	26.257	225.047	720 755	74.067	42.256	47.400	126.007	24.4.777	4 554 642
Saldo em 31/12/2022	115.419	26.357	235.817	720.755	71.967	13.356	17.108	136.087	214.777	1.551.643
Adições e transferências	8.883	3.222	13.826	134.583	16.099	1.465	5.486	23.985	11.162	218.711
Baixas Reclassificações	-	(65)	(52)	(86)	(623)	-	(19)	-	- (1 110)	(845)
-	124 202	20.514	838		87.443	14 021	22.575	160.073	(1.119)	(281)
Saldo em 31/12/2023	124.302	29.514	250.429	855.252	87.443	14.821	22.575	160.072	224.820	1.769.228
Saldo em 31/12/2023	124.302	29.514	250.429	855.252	87.443	14.821	22.575	160.072	224.820	1.769.228
Adições e transferências	-	250	94.523	120.180	5.462	3.018	1.957	21.223	(42.186)	204.427
Baixas	-	-	(550)	(5.148)	(6.260)	(2)	(51)	-	· ,	(12.011)
Reclassificações	6	-	(2)	3	(423)	(1)	2	(66)	7.139	6.658
Saldo em 31/12/2024	124.308	29.764	344.400	970.287	86.222	17.836	24.483	181.229	189.773	1.968.302
<u>Depreciação e exaustão acumuladas</u>										
Saldo em 31/12/2022			(87.628)	(461.466)	(71.144)	(11.072)	(13.129)	(59.759)	(23.410)	(727.608)
Despesa de depreciação e exaustão			(9.372)	(42.437)	(1.953)	(680)	(2.150)	(5.482)	(3.005)	(65.079)
Baixas			32	60	623	-	19	-	-	734
Reclassificações			-	-	-	-	-	-	(229)	(229)
Amortização reinvestimento				219		-		-		219
Saldo em 31/12/2023			(96.968)	(503.624)	(72.474)	(11.752)	(15.260)	(65.241)	(26.644)	(791.963)
Saldo em 31/12/2023			(96.968)	(503.624)	(72.474)	(11.752)	(15.260)	(65.241)	(26.644)	(791.963)
Despesa de depreciação e exaustão			(11.615)	(53.147)	(4.084)	(783)	(2.375)	(6.978)	(3.302)	(82.284)
Baixas			203	4.912	6.098	2	50	-	-	11.265
Reclassificações			5	10	423	(7)	2	(124)	(10.098)	(9.789)
Amortização reinvestimento			-	219	-	-	-	-	-	219
Saldo em 31/12/2024			(108.375)	(551.630)	(70.037)	(12.540)	(17.583)	(72.343)	(40.044)	(872.552)
Caldaa Kasiidaa assa										
Saldos líquidos em:										
31/12/2023	124.302	29.514	153.461	351.628	14.969	3.069	7.315	94.831	198.176	977.265
31/12/2024	124.308	29.764	236.025	418.657	16.185	5.296	6.900	108.886	149.729	1.095.750
• •										

	Consolidado									
	Terras para			Máquinas e	Veículos e	Móveis e			Outras	
	plantio	Terrenos	Edificações	equipamentos	tratores	utensílios	Informática	Minas	imobilizações	Total
Custo	445 574	22.427	204 544	4 440 075	00.754	12.620	17.500	126.007	254.022	2 405 444
Saldo em 31/12/2022	115.571	32.127	394.544	1.449.975	80.754	13.630	17.500	136.087	254.923	2.495.111
Adições e transferências Baixas	8.883	18.222 (65)	14.038 (52)	154.015 (86)	16.099 (623)	1.513	5.647 (19)	23.985	9.133 (1.397)	251.535 (2.242)
Reclassificações	-	(65)	838	(00)	(023)	-	(19)	-	(1.119)	(2.242)
•	124.454	50.284	409.368	1.603.904	06.330	15 142	22 120	160.072	261.540	
Saldo em 31/12/2023	124.434	30.264	409.368	1.603.904	96.230	15.143	23.128	160.072	201.340	2.744.123
Saldo em 31/12/2023	124.454	50.284	409.368	1.603.904	96.230	15.143	23.128	160.072	261.540	2.744.123
Adições e transferências	-	250	94.873	136.687	5.462	3.025	2.016	21.223	(49.455)	214.081
Baixas	-	-	(550)	(6.606)	(6.260)	(31)	(67)	-	· ,	(13.514)
Reclassificações	6	(15.000)	(2)	3	(423)	(1)	2	(66)	7.091	(8.390)
Saldo em 31/12/2024	124.460	35.534	503.689	1.733.988	95.009	18.136	25.079	181.229	219.176	2.936.300
Depreciação e exaustão acumuladas										
Saldo em 31/12/2022			(107.652)	(663.753)	(79.931)	(11.171)	(13.426)	(59.759)	(23.355)	(959.047)
Despesa de depreciação e exaustão			(12.318)	(83.299)	(1.953)	(701)	(2.197)	(5.482)	(1.921)	(107.871)
Baixas			32	60	623	-	19	-	-	734
Reclassificações			-	-	-	-	-	-	(229)	(229)
Amortização reinvestimento			-	219	-	-	-	-	-	219
Realização mais-valia			414	(4.833)			1		-	(4.418)
Saldo em 31/12/2023			(119.524)	(751.606)	(81.261)	(11.872)	(15.603)	(65.241)	(25.505)	(1.070.612)
			((()	/···	()	()	()	(
Saldo em 31/12/2023			(119.524)	(751.606)	(81.261)	(11.872)	(15.603)	(65.241)	(25.505)	(1.070.612)
Despesa de depreciação e exaustão			(14.529)	(92.833)	(4.084)	(797)	(2.446)	(6.978)	(4.541)	(126.208)
Baixas			203	5.557	6.098 423	2	50	(124)	(10.007)	11.910
Reclassificações Amortização reinvestimento			18.917	(18.986) 219	423	(7)	2	(124)	(10.087)	(9.862) 219
Realização mais-valia			414	(4.833)	-	-	1	-	-	(4.418)
•			(114.519)	(862.482)	(78.824)	(12.674)	(17.996)	(72.343)	(40.133)	(1.198.971)
Saldo em 31/12/2024			(114.319)	(802.482)	(70.024)	(12.074)	(17.990)	(72.343)	(40.133)	(1.190.971)
Saldos líquidos em:										
31/12/2023	124.454	50.284	289.844	852.298	14.969	3.271	7.525	94.831	236.035	1.673.511
31/12/2024	124.460	35.534	389.170	871.506	16.185	5.462	7.083	108.886	179.043	1.737.329

Outras imobilizações

Incluem imobilizações em andamento no valor de R\$ 143.091, Controladora (2023, R\$ 191.687), e R\$ 144.117, Consolidado (2023, R\$ 200.030), além de outras imobilizações correspondentes a desmobilizações de parque eólico, fechamento de mina, meio ambiente, manutenção de estradas, dentre outros.

Adições e transferências

Incluem as aquisições de imobilizado realizado nos períodos e os projetos em andamento transferidos para operações.

Bens oferecidos em garantia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia de operações de empréstimos e processos judiciais, totalizou R\$ 3.397.

17.2. Direito de uso em arrendamento

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e	Máquinas e			
	equipamentos	equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>					
Custo em 31/12/2022	127.397	127.397	13.151	176	140.724
Adições/Remensuração	86.597	86.597	(1.905)		84.692
Custo em 31/12/2023	213.994	213.994	11.246	176	225.416
Custo em 31/12/2023	213.994	213.994	11.246	176	225.416
Adições/Remensuração	69.277	69.277	331	-	69.608
Custo em 31/12/2024	283.271	283.271	11.577	176	295.024
<u>Depreciação</u>					
Depreciação em 31/12/2022	(86.780)	(86.780)	(1.857)	(141)	(88.778)
Adições	(39.196)	(39.196)	(455)	(35)	(39.686)
Depreciação em 31/12/2023	(125.976)	(125.976)	(2.312)	(176)	(128.464)
Depreciação em 31/12/2023	(125.976)	(125.976)	(2.312)	(176)	(128.464)
Adições	(76.121)	(76.121)	(466)		(76.463)
Depreciação em 31/12/2024	(202.097)	(202.097)	(2.778)	(176)	(204.927)
Saldo líquido em 31/12/2023	88.018	88.018	8.934	-	96.952
Saldo líquido em 31/12/2024	81.174	81.174	8.799	-	89.973

Os montantes reconhecidos de adições e remensuração no montante individual de R\$ 69.277 (2023, R\$ 86.597) e consolidado de R\$ 69.608 (2023, R\$ 84.692) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa e parte da depreciação do direito de uso em arrendamento no montante de R\$ 9.730 (2023, R\$ 2.614) foi apropriado no custo do estoque.

17.3. Intangível

	Controladora			Consolidado
	Software	Direito de uso	Software	Total
<u>Custo</u>				
Saldo em 31/12/2022	9.426	13.863	298	23.587
Adições e transferências	5.503	-	75	5.578
Reclassificações	642			642
Saldo em 31/12/2023	15.571	13.863	373	29.807
Saldo em 31/12/2023	15.571	13.863	373	29.807
Adições e transferências	1.850	-	-	1.850
Baixas			(3)	(3)
Saldo em 31/12/2024	17.421	13.863	370	31.654
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2022	(9.337)	(4.421)	(155)	(13.913)
Despesa de amortização	(936)	(389)	(99)	(1.424)
Reclassificações	(104)			(104)
Saldo em 31/12/2023	(10.377)	(4.810)	(254)	(15.441)
Saldo em 31/12/2023	(10.377)	(4.810)	(254)	(15.441)
Despesa de amortização	(1.348)	(389)	(97)	(1.834)
Reclassificações		<u> </u>	84	84
Saldo em 31/12/2024	(11.725)	(5.199)	(267)	(17.191)
Saldo líquido em 31/12/2023	5.194	9.053	119	14.366
Saldo líquido em 31/12/2024	5.696	8.664	103	14.463

18. ATIVO BIOLÓGICO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

Os ativos biológicos estão representados pelas florestas formadas e em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para a produção de biorredutor que, por sua vez, é uma matéria-prima na fabricação de ferroligas de silício. As florestas localizam-se na Bahia. A movimentação do saldo dos ativos biológicos e o efeito líquido da variação do valor justo estão demonstrados a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	348.553	276.279
Plantios e manutenção (custo histórico)	72.741	71.726
Exaustão (i)	(69.295)	(71.180)
Variação de valor justo (ii)	74.626	71.728
Baixas (iii)	(1.032)	
No final do exercício	425.593	348.553

- (i) A exaustão (corte) calculada pelo valor justo foi de R\$ 69.295 (2023, R\$ 71.180), sendo R\$ 29.517 (2023, R\$ 31.934) pelo custo histórico e R\$ 39.778 (2023, R\$ 39.246) referente ao efeito da variação do valor justo.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2024, o efeito no resultado pela variação do valor justo foi R\$ 74.626 e pelo consumo/venda de madeira foi de R\$ 36.120. Assim, o impacto do cálculo do ativo biológico na demonstração do resultado foi R\$ 38.506.
- (iii) Baixa de 63/ha de florestas, ocasionada por danos decorrentes de chuvas, ventos intensos e incêndios.

As florestas em formação com menos de 2 (dois) anos são mantidas ao custo histórico em decorrência do entendimento da Administração de que durante esse período o custo histórico da floresta em formação se aproxima do valor justo.

Para a determinação do valor justo dos ativos biológicos foi utilizado o modelo de fluxo de caixa descontado, cujas projeções estão baseadas em um cenário projetivo, com produtividade e área de plantio de eucalipto para um ciclo de corte de aproximadamente 7 (sete) anos. O período dos fluxos de caixa foi projetado de acordo com o ciclo de produtividade dos projetos florestais. O volume de produção de "madeira em pé" de eucalipto a ser colhida foi estimado considerando a produtividade média por m³ de madeira de cada horto na idade de corte.

A produtividade média varia em função do material genético, condições edafo-climáticas (clima e solo) e, principalmente, do manejo silvicultural. Este componente de volume projetado consiste no Incremento Médio Anual (IMA) por região. São realizados inventários anuais para validar os índices de crescimento.

Os preços dos ativos biológicos, denominados em R\$/metro cúbico, são obtidos pelos preços praticados pela Companhia em vendas para terceiros ou por meio de pesquisa de preços no mercado regional, através de estudo realizado por empresa especializada e independente, considerando a destinação do eucalipto para produção de madeira. A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado do segmento de recursos florestais da Companhia.

O custo-padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de mato-competição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos, serviços e mão de obra própria. Também foram considerados os custos estimados pela remuneração das terras próprias utilizadas para o cultivo.

A Companhia realiza a avaliação do valor justo dos ativos biológicos em setembro e atualiza para 31 de dezembro de cada exercício. As principais premissas consideradas no cálculo do valor justo dos ativos biológicos são:

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023		
Área de efetivo plantio (hectare)	25.670	25.670		
Incremento médio anual (IMA) - m³/hectare ano	32,88	33,07		
Preço bruto médio de venda - R\$/m³	154,00	125,23		
Remuneração da terra própria - R\$/hectare	1.000,00	1.000,00		
Taxa de desconto deflacionada - %	8,91%	7,09%		

Ainda, em 31 de dezembro de 2024, houve entrada de volume de 975.881 m³ (2023, 1.219.088 m³).

Os valores justos dos ativos biológicos foram considerados como de nível 3 na hierarquia do valor justo definida pelo IFRS 13/CPC 46 (informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado, ou seja, premissas não observáveis).

A Companhia possui 5.222 hectares de ativos biológicos dados em garantia para financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

19. FORNECEDORES

	Contro	ladora	Conso	lidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Energia elétrica	14.883	24.481	14.883	24.481	
Matéria-prima e insumos	94.219	106.796	94.219	106.796	
Outros fornecedores (i)	14.890	10.689	18.002	16.555	
	123.992	141.966	127.104	147.832	

(i) Trata-se de serviços diversos (consultorias, transporte, pesquisas e prospecção etc.), além de fornecedores não ligados à produção. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía o montante de R\$ 670 (2023, R\$ 867) a pagar para partes relacionadas conforme nota explicativa n º 28.

20. ADIANTAMENTO DE CLIENTES (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento de clientes	10.462	29.419

O item mais relevante refere-se a recursos recebidos pelos embarques de produtos em trânsito na data-base de 31 de dezembro de 2024 e de 2023, cujo respectivo reconhecimento da receita ocorre na finalização do desembarque no local de destino, onde cessa a obrigação da entrega e o controle dos produtos é efetivamente transferido ao cliente.

21. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:				
Financiamentos (i)	14.990	46.058	14.990	46.058
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)	-	-	26.597	26.618
Adiantamento contrato de câmbio (iii)	219.656		219.656	
Subtotal Financiamentos	234.646	46.058	261.243	72.676
Custo de captação			(455)	(455)
Total do circulante	234.646	46.058	260.788	72.221
Não circulante:				
Financiamentos (i)	-	15.052	-	15.052
Financiamento BNDES BW Guirapá (ii)			162.444	187.244
Subtotal Financiamentos		15.052	162.444	202.296
Custo de captação			(2.676)	(3.132)
Total do não circulante		15.052	159.768	199.164
Total	234.646	61.110	420.556	271.385

- (i) Capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimento na área florestal e para aquisição de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração.
- (ii) Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) captado pela controlada BW Guirapá e suas controladas em 6 de outubro de 2015 para financiamento da construção dos parques eólicos. As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da BW Guirapá, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora

independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER, e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

(iii) Captação de recursos financeiros através de adiantamento de contrato de câmbio (ACC), a um deságio médio de 6,06% a.a., com vencimentos em 2025, taxa cambial média de R\$/US\$ 5,64, com o objetivo de financiar os estoques de ferroligas e aproveitando o patamar favorável da taxa cambial no momento.

O quadro abaixo demonstra as principais características das dívidas da Companhia e de suas controladas:

Modalidade	Vencimentos	Encargos (a.a.)	Amortização	Garantias	Controladora	Consolidado
FINEM	2025	TJLP + 2,27%	Mensal	Hipoteca de terreno	4.198	4.198
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (ii) acima	-	189.041
				Subtotal TJLP (nota explicativa nº 8.2)	4.198	193.239
ССВ	2025	CDI + 1,86%	Anual	Clean	10.792	10.792
				Subtotal CDI (nota explicativa nº 8.2)	10.792	10.792
ACC	2025	VC+6,27%	Anual	Histórico de Exportação	219.656	219.656
				Subtotal	234.646	423.687
				(-) Custo de captação		(3.131)
				Total	234.646	420.556

Como os empréstimos e financiamentos não possuem instrumentos financeiros derivativos a eles vinculados, o valor contábil registrado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está em linha com o valor justo dessas dívidas.

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	104.187	337.992
Juros e variações monetárias provisionados	11.595	32.835
Amortização custo de captação	-	455
Juros pagos	(13.648)	(32.783)
Amortização de principal	(41.024)	(67.114)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	61.110	271.385
Captação	196.099	196.099
Juros e variações monetárias provisionados	28.413	47.053
Amortização custo de captação	-	455
Juros pagos	(6.828)	(23.924)
Amortização de principal	(44.148)	(70.512)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	234.646	420.556

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado	
2026	-	26.142	
2027	-	26.142	
2028	-	26.142	
2029	-	26.142	
2030 em diante		55.200	
Total		159.768	

Cláusulas contratuais restritivas - "covenants"

Nas demonstrações financeiras consolidadas constam financiamentos que incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices anuais, em que a antecipação do vencimento da dívida, em caso de descumprimento dos covenants, é a condição máxima nelas contempladas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Controladora não possui contrato de financiamento.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, era exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado igual ou maior que 1,30. O BNDES autorizou, através de aditivo contratual datado de junho de 2021, a obrigação de aporte de recursos adicionais, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data da apuração do ICSD, para que o cálculo do referido índice atinja 1,30 em caso do ICSD inferior a 1,30, mas igual ou superior a 1,10, sendo, nessa hipótese, considerada cumprida a obrigação contratual prevista para o exercício em questão. Em 31 de dezembro de 2024, o índice ICSD foi de 1,10 e, desta forma, a Controlada BW Guirapá procedeu o necessário aporte de R\$ 9.000 na conta de reserva, em 18 de fevereiro de 2025.

Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

22. ARRENDAMENTO A PAGAR

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e	Máquinas e			
	equipamentos	equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
Saldo em 31/12/2022	39.882	39.882	10.161	34	50.077
Adições/Remensurações	86.597	86.597	(1.905)	-	84.692
Pagamentos	(69.704)	(69.704)	(1.134)	(41)	(70.879)
Realização AVP	6.819	6.819	370	7	7.196
Saldo em 31/12/2023	63.594	63.594	7.492	-	71.086
Saldo em 31/12/2023	63.594	63.594	7.492	-	71.086
Adições/Remensurações	69.277	69.277	331	-	69.608
Pagamentos	(88.627)	(88.627)	(1.036)	-	(89.663)
Realização AVP	11.499	11.499	414	-	11.913
Saldo em 31/12/2024	55.743	55.743	7.201		62.944
Circulante	42.787				43.401
Não circulante	12.956				19.543

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros de financiamentos observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. A taxa média ponderada utilizada para a controladora é de 15,47%a.a. e para a controlada BW é de 9,54%a.a..

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2026	11.598	12.459
2027 a 2030	1.358	3.416
2031 a 2035	-	2.022
2036 a 2040	-	1.544
2041 a 2045	-	77
2046 em diante		25
Total	12.956	19.543

O quadro abaixo demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento para a Controladora, conforme os períodos previstos para pagamento:

	Controladora				Conso	lidado		
	Nominal		Ajustado a valor presente		Non	ninal	Ajustado a va	alor presente
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contraprestação	72.920	76.444	55.743	63.594	86.244	90.474	62.944	71.086
PIS/COFINS potencial (9,25%)	6.745	7.071	5.156	5.882	7.978	8.369	5.822	6.575

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

			2027 em
	2025	2026	diante
Passivo de arrendamento			
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	11.063	1.242	-
Taxa Real (efeito inflação)	13.679	3.905	-
Variação	2.616	2.663	-
Direito de uso líquido - saldo final			
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	42.715	16.018	-
Taxa Real (efeito inflação)	55.563	38.407	-
Variação	12.848	22.389	-
Despesa financeira			
Contábil - IFRS 16 / CPC 06 (R2)	7.214	1.807	200
Taxa Real (efeito inflação)	7.885	2.234	630
Variação	671	427	430
Despesa de depreciação			
Contábil - IFRS 16/ CPC 06 (R2)	21.357	22.549	23.519
Taxa Real (efeito inflação)	22.549	29.332	33.862
Variação	1.192	6.783	10.3'43

23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ATUARIAIS

	Contro	oladora	Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:				
Salários e encargos	13.494	13.858	13.824	14.135
Provisões trabalhistas e encargos	31.125	28.216	31.350	28.428
Participações nos lucros (i)	56.302	61.381	56.302	61.501
	100.921	103.455	101.476	104.064
Não circulante:				
Obrigações trabalhistas e atuariais (ii)	70.884	58.552	70.884	58.552
	171.805	162.007	172.360	162.616

- (i) O Estatuto Social da Companhia estabelece que o lucro do exercício seja destinado em até 10% (dez por cento) para distribuição aos empregados e até 10% (dez por cento) do saldo resultante para gratificação dos administradores. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo das participações dos administradores é de R\$ 18.070 (2023, R\$ 17.100) e o saldo das participações dos colaboradores é de R\$ 38.232 (2023, R\$ 44.281).
- (ii) A Companhia mantém obrigações trabalhistas e atuariais conforme abaixo:
- Previdência privada: A Companhia mantém um plano de contribuição definida de aposentadoria complementar, administrado pela BRASILPREV Seguros e Previdência S.A. e assistencial de Plano de Saúde administrado pelo Bradesco Saúde.
- Prêmio por aposentadoria: A Companhia estipula ainda benefício pós-emprego adicional para colaboradores que recebam salário abaixo do teto previdenciário e que tenham trabalhado na Companhia por pelo menos 10 (dez) anos ininterruptos. Trata-se de um pagamento único ao colaborador quando do término do seu vínculo empregatício.
- Multa do FGTS: A Companhia constituiu provisão de benefício pós-emprego referente à multa do FGTS quando da aposentadoria para os empregados expostos a riscos nocivos (aposentadoria especial), optantes pelo FGTS, desligados ao seu pedido, e não permanecendo na ocasião do seu desligamento. Estes aposentados especiais farão jus ao benefício como se fossem desligados, desde que o tempo de serviço seja superior a 5 (cinco) ou 8 (oito) anos, a depender da localidade em que trabalham.
- Assistência médica: Os colaboradores que ingressarem na Companhia a partir das referidas mudanças não terão direito de permanecer no plano quando aposentados ou desligados, já os que ingressaram na Companhia antes das mudanças, com mais de 30 (trinta) anos de vínculo empregatício ininterruptos, quando desligados por aposentadoria e desde que assumam o custo integral do plano, terão direito de permanecer no plano. Já os colaboradores ativos antes das mudanças, quando desligados na condição de aposentados ou não aposentados terão os respectivos limitadores de tempo (1 (um) ano para cada ano de contribuição limitado a 9 (nove) anos e 1/3 do tempo de contribuição com mínimo de 6 (seis) meses e máximo de 2 (dois) anos, respectivamente) de permanência no plano desde que sejam cumpridas as exigências legais estabelecidas para tal e assumindo o custo integral do plano assistencial de saúde.
- (a) Segue abaixo quadro com a movimentação do valor presente das obrigações atuariais (controladora e consolidada):

	Previdência Privada, prêmio		
	Plano de Saúde	aposentadoria e multa FGTS	Total
Valor das obrigações atuariais no início do exercício	24.060	34.492	58.552
Despesa serviço corrente e juros sobre a obrigação reconhecidos no resultado do exercício	3.090	4.571	7.661
Contribuições vertidas pelo empregador no ano (-)	(1.815)	(2.356)	(4.171)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	6.835	2.007	8.842
Valor presente das obrigações atuariais ao final do exercício	32.170	38.714	70.884

(b) A seguir os ganhos e perdas atuariais no exercício sobre o valor presente da obrigação de benefício definido, com identificação daqueles ocorridos por alteração nas premissas demográficas e financeiras e aqueles por ajuste de experiência, bem como identificação dos montantes a reconhecer em Outros Resultados Abrangentes (controladora e consolidado):

	Previdencia Privada, prêmio de		
	Plano de Saúde	aposentadoria e multa FGTS	Total
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas demográficas	(10.307)	-	(10.307)
Ganho/(Perda) atuarial por mudança nas premissas financeiras	6.275	3.839	10.114
Ganho/(Perda) atuarial por ajustes de experiência	(2.803)	(5.846)	(8.649)
Montantes a serem reconhecidos em ORA no final do exercício	(6.835)	(2.007)	(8.842)

(c) Análise de sensibilidade dos resultados de avaliação atuarial do passivo de benefícios pósemprego; para essa análise, foram consideradas variações sobre as premissas de mortalidade geral, taxas de juros, inflação médica e opção de permanência no plano de aposentadoria em relação ao cenário base (controladora e consolidado):

Previdência Privada, prêmio de aposentadoria e multa

	Plano de Saúde		FGTS	5
	Passivo	Impacto	Passivo	Impacto
Cenário base	32.171	-	38.713	<u>-</u>
Mortalidade geral – suavização de 10% nas taxas	32.833	2,1%	38.720	0,02%
Mortalidade geral – agravamento de 10% nas taxas	31.494	(2,1%)	38.707	(0,02%)
Taxas de juros real – redução de 0,50% a.a.	33.906	5,4%	39.464	1,4%
Taxas de juros real – aumento de 0,50% a.a.	30.518	(5,1%)	37.997	(1,85%)
Inflação médica – redução de 1,00% a.a.	29.031	(9,8%)	-	-
Inflação médica – aumento de 1,00% a.a.	35.824	11,4%	-	-

(d) Premissas atuariais

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa esperada de inflação - % a.a.	4,00	4,00
Taxa real de desconto - Plano de Previdência - % a.a.	7,60	5,36
Taxa real de desconto - Custeio plano de saúde - % a.a.	7,26	5,50
Taxa real de desconto - Prêmio de aposentadoria - % a.a.	7,66	5,31
Taxa real de desconto - Multa FGTS - % a.a.	7,66	5,31
Taxa de rotatividade - % a.a.	5,00	5,00
Crescimento real de salários - % a.a.	0,50	0,50
Permanência no plano após aposentadoria - % (subsídio indireto)	36,80	42,00
	65 normal	65 normal
Elegibilidade à aposentadoria	25, 20 e 15	25, 20 e 15
	especial	especial

24. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante:				
IRPJ e CSLL	-	-	5	21
ICMS	24.906	11.924	24.991	12.022
PIS e COFINS	3.008	356	3.518	623
IRRF a recolher	5.605	5.244	5.845	5.447
IPI	372	542	372	542
Outros	4.199	5.358	4.290	5.483
	38.090	23.424	39.021	24.138
Não circulante:				
IRPJ - Reinvestimento (i)	3.500	3.500	3.500	3.500
PIS e COFINS	-	-	87	87
	3.500	3.500	3.587	3.587
	41.590	26.924	42.608	27.725

(i) Refere-se a 30% (trinta) do IRPJ devido no ano-calendário de 2022, mantido até a aprovação dos projetos encaminhados à SUDENE. Ocorrendo a aprovação, esse valor será capitalizado, caso contrário, a Cia efetuará o recolhimento.

25. PROVISÃO PARA PASSIVO AMBIENTAL

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de minas e parques eólicos, dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

Os custos de fechamento/desmobilização foram mensurados com base em informações disponíveis, e descontados à taxa média de custo de capital de cada empreendimento pelo período remanescente de operação adotado. Assim, a Companhia aplicou a interpretação técnica ICPC 12 - Mudanças de Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As movimentações dessas provisões estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante				
Saldo inicial	17.729	15.666	46.352	56.313
Revisão de estimativa (i)	-	-	-	(12.024)
Baixas	(1.160)	(888)	(1.160)	(888)
Atualização monetária, AVP e outras	859	2.951	(4.383)	2.951
Saldo final	17.428	17.729	40.809	46.352

(i) No quarto trimestre de 2023, a Companhia contratou uma consultoria especializada para reavaliar as premissas aplicadas à provisão da desmobilização dos parques eólicos, considerando todos os custos de desmontagem para a remoção das turbinas eólicas, das SES "Subestações" - BW Guirapá I e BW Guirapá II, das LTS "Linhas de Transmissão" de 69 KV e em obras civis. A partir de sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses parques eólicos ao término da autorização, descontados a valor

presente, considerando uma taxa de longo prazo do tesouro direto, o valor atualizado da provisão ficou em R\$ 23.381 (2023, R\$ 28.623).

26. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, conforme segue:

	Possí	ível	Provável		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Tributária/Administrativa	30.342	27.534	52.536	63.746	
Trabalhistas	700	746	5.696	6.596	
Cíveis	480	442	4.363	4.061	
	31.522	28.722	62.595	74.403	

26.1. Processos provisionados, com risco de perda provável.

	31/12/2024	31/12/2023
Tributária/Administrativa:		
PIS e COFINS (i)	18.218	16.429
Tarifas CDE (ii)	19.191	19.191
Encargos sociais (iii)	9.454	22.259
Outros	5.673	5.867
Trabalhistas (iv)	5.696	6.596
Cíveis:		
Desconstituição de escritura de terra (v)	2.541	2.342
BW Guirapá (vi)	1.309	1.309
Outros	513	410
	62.595	74.403

- (i) PIS e COFINS: A Companhia provisionou R\$ 18.218 (2023, R\$ 16.429) referente a uma avaliação de risco realizada pela Administração, apoiada por escritório tributário sobre créditos extemporâneos lançados e compensados com tributos federais.
- (ii) Tarifas CDE: A Companhia participa de ações declaratórias com pedido de antecipação de tutela ajuizadas pela ABRACE Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres como parte autora, através da qual contesta o valor calculado pela ANEEL, relativo à Conta de Desenvolvimento Energético CDE (relativo aos anos de 2015 e 2016). Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Companhia possui provisão de valores controversos no montante de R\$ 19.191 referente à CDE, cuja exigibilidade está afastada por força de liminares deferidas em favor da ABRACE.
- (iii) Encargos sociais: A Companhia provisionou o montante de R\$ 9.454 (2023, R\$ 22.259), sendo: (a) R\$ 6.421 (2023, R\$ 9.469) referente à contribuição previdência incidente sobre o terço de férias. Apesar do debate da Companhia com o Fisco através de Mandado de Segurança e, ainda, não ter transitado em julgado, o Tema 985 foi julgado pelo STF, fixou como legítima a incidência de contribuição social sobre o terço de férias. O processo está

pendente de apreciação de Embargos de Declaração no STF para fixação de possível modulação dos efeitos da decisão. Embora a discussão não se amolde especificamente aos Temas 881 e 885 do STF e a Companhia não possua coisa julgada, com base na mencionada decisão do STF, bem como na opinião de seus assessores jurídicos, foi registrada a devida provisão; e (b) R\$ 3.033 (2023, R\$ 12.790) referente ao recolhimento de contribuição previdenciária patronal.

Trabalhistas: A Companhia e suas controladas possuem diversos processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), ou ações coletivas que versam sobre o pagamento de direitos trabalhistas (verbas rescisórias, horas extras, adicionais, dentre outros). Além disso, a Companhia possui contra si ações coletivas, propostas pelo Ministério Público do Trabalho, sendo estas: (a) a Ação Civil Pública que questiona suposta irregularidade na terceirização de atividades de Silvicultura e pede a condenação da Reclamada por danos morais coletivos com valor de causa declarado em petição inicial atualizado de R\$ 18.796 (2023, R\$ 16.372). Considerando a fase e o histórico processual, foi realizada a provisão de R\$ 1.000 (2023, R\$ 1.056); e (b) a Ação Civil Pública que busca imputar à Companhia a responsabilidade pela ocorrência de um acidente fatal com seu ex-funcionário com valor de causa declarado em petição inicial atualizado de R\$ 3.134 (2023, R\$ 3.102), reivindicando o cumprimento de obrigações de fazer, além de pagamento de danos morais coletivos. Considerando a fase e o histórico processual, foi realizada a provisão de R\$ 500 (2023, R\$ 310). Os demais processos têm valor de causa inicial de petição de R\$ 15.080 (2023, R\$ 12.488) e considerando a fase e o histórico processual, foi realizada a provisão de R\$ 4.196 (2023, R\$ 5.230).

São ao todo 103 processos em 31 de dezembro de 2024 (2023, 118) e o montante provisionado para aqueles considerados de perda provável — na sua totalidade ou em parte — é de R\$ 5.696 (2023, R\$ 6.596).

- (v) Desconstituição de escritura de terra: A Companhia adquiriu, de boa-fé, imóveis na Bahia para plantio de eucalipto. Mesmo não existindo ônus real sobre estas propriedades no ato da transferência, a Companhia foi acionada por uma empresa visando anular os contratos de compra e venda por possuir estas terras como garantias em um processo de falência de antigos proprietários. A Companhia mantém provisão de R\$ 2.541 (2023, R\$ 2.342) para fazer face as prováveis perdas envolvidas nesta discussão.
- (vi) Na aquisição da BW Guirapá a Companhia registrou provisão no montante de R\$ 1.309 referente a processos de indenização por danos relativos à implantação dos parques eólicos.

A seguir a movimentação das provisões:

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022 Novos processos/complementos	7.449 -	48.571 13.189	4.697 -	60.717 13.189
Reversões/baixas	(853)	(828)	(636)	(2.317)
Atualizações monetárias		2.814		2.814
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.596	63.746	4.061	74.403
Novos processos/complementos	-	446	302	748
Reversões/baixas	(900)	(13.969)	-	(14.869)
Atualizações monetárias	<u>-</u> _	2.313		2.313
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.696	52.536	4.363	62.595

26.2. Riscos de perdas considerados possíveis e, portanto, não provisionados:

	Possível		
	31/12/2024	31/12/2023	
Tributária/Administrativa	30.342	27.534	
Trabalhistas	700	746	
Cíveis	480	442	
	31.522	28.722	

• Tributária/Administrativa:

Administrativos tributários: A Companhia responde a uma série de questionamentos envolvendo pagamentos considerados indevidos ou a maior e multas, sendo em grande parte em função de diferenças entre demonstrativos e obrigações acessórias. A Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 14.059 (2023, R\$ 12.525).

PIS e COFINS: No caso das autuações relacionadas ao PIS e a COFINS dos anos base 2004 e 2006, o risco possível totaliza R\$ 15.455 (2023, R\$ 14.245).

A Prefeitura Municipal de Queimadas autuou por irregularidade nos seus processos minerários e a Companhia considera que parte do risco é possível, totalizando R\$ 828 (2023, R\$ 764).

Trabalhistas:

A Companhia possui processos movidos por ex-funcionários, por funcionários de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária) ou ações coletivas com valor de causa inicial das petições atualizada de R\$ 15.722 (2023, R\$ 12.907), para os quais os assessores jurídicos da Companhia entendem que a perda é possível, sendo que, para esses processos, o risco estimado é R\$ 700 (2023, R\$ 746).

Cíveis:

A Companhia possui ações indenizatórias por danos morais e possessórias contra si ajuizadas, cujo risco é considerado possível por seus assessores jurídicos. Em que pese os pleitos processuais apontem valores totais de causas relevantes, a Companhia, com apoio em seus assessores jurídicos, considera que o risco possível totalizando R\$ 480 (2023, R\$ 442). Adicionalmente, o processo classificado como risco possível que tramita em segredo de justiça perante a vara cível de Pojuca, Bahia, ajuizado em 27 de abril de 2016, tem valor da causa atribuído atualizado em R\$ 188.580 em 31 de dezembro de 2024 (2023, R\$ 173.810), porém, considerando o estágio inicial do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

Em 23 de setembro de 2022, a Companhia divulgou Comunicado ao Mercado informando que foi citada em ação judicial cujo objeto é discutir a dotação das ações de José de Carvalho para a constituição da Fundação José Carvalho, nos anos 70. Foi realizada audiência preliminar para tentativa de conciliação em 14 de dezembro de 2022, sem êxito. A Companhia, então protocolou sua contestação em 01 de fevereiro de 2023, apresentando fatos e provas que ratificam a total confiança na improcedência das alegações retratadas na ação. O processo classificado como risco "possível" tem o valor da causa declarado pelo Autor, em petição inicial, de R\$ 1.771.825, porém, considerando o estágio inicial do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui

valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras. A Companhia reitera a informação de que conflitos de terceiros com sua controladora constituem assunto alheios a si.

27. CONTA RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período	67.095	73.515
Ressarcimento	30.005	1.616
Penalidade	3.020	-
Atualização	3.210	3.336
Baixa	(24.495)	(11.372)
Saldo no final do período	78.835	67.095
Circulante	54.852	64.841
Não circulante	23.983	2.254
	78.835	67.095

Em regime de autorização, o Complexo Eólico BW Guirapá tem toda a sua produção contratada por um prazo de vinte anos com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva - 2011 ("LER 2011") no ambiente regulado. As contas de ressarcimento - CCEE se referem às diferenças entre o valor contratado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018, o segundo quadriênio se encerrou em 30 junho de 2022 e o terceiro quadriênio teve início em julho de 2022.
- Caso a energia fornecida seja inferior a 90% (noventa por cento) da energia contratada, o devido ressarcimento ocorrerá com aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% (noventa por cento) contratados. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% (setenta por cento)do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130% (cento e trinta por cento) contratados. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

Adicionalmente, a partir de junho de 2023, a CCEE deu início às reapurações dos cálculos dos ressarcimentos, considerando a energia não fornecida por *constrained off* de usinas eólicas. Os efeitos foram calculados para CCEARs e CERs, com término do ano contratual até setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021, ainda não foi divulgado o cronograma de reapurações, porém, é esperado que isto ocorra durante o ano de 2025, por causa da publicação das novas regras de comercialização conforme resolução normativa ANEEL N° 1.110, de 10 de

dezembro de 2024 (versão 2025.5.0). A Companhia refletiu na segregação entre circulante e não circulante o cronograma já divulgado.

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

		Resultado		Ativo	Passivo
	Custos com arrendamento (i)	Receita de vendas (ii)	Outras (receitas)/ despesas operacionais (iii)	Contas a receber de clientes (ii)	Outros fornecedores (iii)
Controladora:		203	14.010	, ,	670
Fundação José Carvalho	-	203	14.010	-	670
Controladas: BW Guirapá S.A.	-	-	(576)	-	-
Silício de Alta Pureza da Bahia S.A.	840	-	-	-	-
Mineração Vale do Jacurici S.A.	1.524	-	-	-	-
Reflorestadora e Agrícola S.A.	60	-	-	-	-
Indústria de Minérios Damacal Ltda.	36	-	-	-	-
Parte relacionada: Marubeni Corporation (iv)	-	349.927	-	1.359	-
Total em 31 de dezembro de 2024	2.460	350.130	13.434	1.359	670
Total em 31 de dezembro de 2023	2.460	471.299	10.565	18.721	867

- (i) Arrendamento das operações das Companhias controladas.
- (ii) Receitas e contas a receber por venda de ligas (FeSi75) à vinculada no exterior e contas a receber por venda de madeira, cal virgem e pó de escórias à Controladora.
- (iii) (a) Termo de Cooperação e Parceria para a reserva e garantia de matrículas em escolas da Fundação José Carvalho para dependentes dos funcionários da Companhia que residam nos municípios das sedes escolares (Pojuca, Catu e Andorinhas); (b) Convênio para formação sócio-educativo-esportiva, de crianças de 8 (oito) a 14 (catorze) anos, estudantes de ensino público, visando o desenvolvimento da aprendizagem e da prática esportiva; (c) Termo de Cooperação e Parceria para implantação do Memorial José Carvalho cujo objetivo é preservação da memória, do patrimônio cultural, do acervo existente, da residência do fundador em vida, além de sediar o programa permanente de cultura organizacional; (d) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW Guirapá.
- (iv) A Marubeni Corporation tem participação na Silício de Alta Pureza da Bahia S.A. ("Silbasa") em conjunto com a Ferbasa e Japan Metals & Chems JMC.

Adicionalmente, a Companhia possui, em seu quadro de funcionários, membros próximos da família do pessoal chave da administração, que ocupam cargos gerenciais e remuneração compatível com as respectivas funções, e que foram remunerados pela Ferbasa no montante de R\$ 2.339 no exercício de 2024 (2023, R\$ 2.514).

A Companhia não possui garantias concedidas ou recebidas a/de partes relacionadas.

28.1. Remuneração da Administração

Está demonstrada a seguir a remuneração global dos administradores da Cia., que inclui os conselheiros e diretores estatutários, e que foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2024 31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023
Remuneração global	39.246	37.028	44.019	40.793
Encargos sociais (i)	7.187	3.742	8.142	4.497
	46.433	40.770	52.161	45.290

(i) No primeiro semestre de 2024, houve contabilização de R\$ 2.975 referente a encargos previdenciários sobre a remuneração variável, pagas em abril de 2024. Até 2023, esses encargos previdenciários estavam sendo provisionados como contingências passivas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuem pessoal-chave que não sejam estatutários, como, também, não possuem planos de remuneração que utilizam ações da Cia. ou outros benefícios de longo prazo além do divulgado na nota explicativa nº 23.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

29.1. Capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2023, foi aprovado o aumento do capital social de R\$ 1.225.444 para R\$ 1.470.396, mediante a capitalização de parte de reservas de lucros no montante de R\$ 244.952. Essa capitalização foi efetivada sem a emissão de novas ações. Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado está representado por 353.175 mil ações nominativas sem valor nominal, sendo 117.725 mil ações ordinárias e 235.450 mil ações preferenciais, assim distribuídos:

31/12/2024		31/12	/2023
Ações Ações ordinárias preferenciais		Ações ordinárias	Ações preferenciais
116.347.784	62.065.200	29.086.696	15.300.800
12.000	24.127.700	3.000	8.358.100
-	6.237.044	-	1.555.711
-	4.647.526	-	1.703.787
1.240.216	125.709.330	310.304	28.778.302
125.000	12.663.200	40.000	3.183.300
117.725.000	235.450.000	29.440.000	58.880.000
	Ações ordinárias 116.347.784 12.000 - - 1.240.216 125.000	Ações ordináriasAções preferenciais116.347.78462.065.20012.00024.127.700-6.237.044-4.647.5261.240.216125.709.330125.00012.663.200	Ações ordinárias Ações preferenciais Ações ordinárias 116.347.784 62.065.200 29.086.696 12.000 24.127.700 3.000 - 6.237.044 - - 4.647.526 - 1.240.216 125.709.330 310.304 125.000 12.663.200 40.000

Eventos aprovados em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2023:

Desdobramento de ações

Com o objetivo de tornar suas ações mais acessíveis aos investidores e, consequentemente, favorecer o incremento na liquidez, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2023, aprovou a proposta de desdobramento de ações da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação para 4 (quatro) ações, sem qualquer alteração no valor do capital social. As ações passaram a ser negociadas "ex-desdobramento" a partir do dia 24/01/2024 e as ações resultantes do desdobramento foram creditadas aos acionistas no dia 25/01/2024.

Capital social autorizado

Aumento do limite do capital social autorizado da Companhia de R\$ 1.500.000 para R\$ 3.000.000.

A Companhia pode, por deliberação em Assembleia Geral, promover o aumento das diversas espécies e classes existentes de ações, sem guardar proporção com as demais ou criar uma classe de ações preferenciais, observando o limite de 2/3 do total das ações emitidas para as ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrições quanto a tal direito.

29.2. Ações em tesouraria

A Companhia possui ações adquiridas através do Programa de Recompra que permanecem em tesouraria, sendo que a decisão sobre sua alienação e/ou cancelamento, será tomada em momento oportuno e devidamente comunicada ao mercado. O volume de ações em tesouraria e seu respectivo valor de mercado, considerando o preço de fechamento de cotação na B3, é o que segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	PN	ON	PN	ON
Quantidade de ações em tesouraria	12.663.200	125.000	3.183.300	40.000
Cotação na B3 - R\$/ação	8,19	11,40	46,49	69,25
Custo médio de aquisição - R\$/ação	2,02	0,18	8,07	0,72

As ações preferenciais: (i) não têm direito a voto; (ii) têm garantia estatutária de pagamento de dividendos 10% (dez por cento) superiores àqueles pagos aos possuidores de ações ordinárias; e (iii) têm prioridade no reembolso de capital.

Em reunião extraordinária realizada em 07 de novembro de 2024, o Conselho de Administração, aprovou o cancelamento de parte das ações em tesouraria, sendo canceladas 35.000 ações ordinárias e 70.000 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, mantidas em tesouraria e sem redução do capital social, após o cancelamento permaneceu em tesouraria 125.000 ações ordinárias e 12.663.200 ações preferenciais.

29.3. Reservas de lucros

- A reserva legal é constituída com aumento do capital social e a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro do exercício, até alcançar 20% (vinte por cento) do capital social, e sua utilização está restrita à compensação de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos das reservas de lucros.
- As reservas de lucro incentivos fiscal SUDENE, relativa ao imposto de renda, refere-se à parcela
 do incentivo fiscal do imposto de renda oriundo do lucro da exploração, e do ICMS
 DESENVOLVE relativo ao ganho do incentivo fiscal sobre o saldo devedor do imposto de
 circulação de mercadorias. Estas reservas são constituídas transferindo-se a parcela de
 incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda e ICMS do exercício, e não
 poderão ser distribuídas a acionistas. Na reserva referente à SUDENE está contemplado,
 também, valor de reinvestimento do imposto de renda.
- Os lucros, após a apropriação da reserva legal, reserva de lucros (incentivo fiscal) e atribuição dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, são transferidos para a conta de reserva de retenção de lucros para a realização de investimentos, a ser realizada de acordo com o orçamento de capital e planejamento estratégico da Companhia. No exercício de 2024, os dividendos prescritos no montante de R\$ 942 (2023, R\$ 677) foram revertidos à conta de reserva de lucros, conforme Lei nº 6.404/76.

29.4. Outros resultados abrangentes e ajuste de avaliação patrimonial

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Criado pela Lei nº 11.638/07, o grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial" mantido no patrimônio líquido da Companhia comporta ajustes de avaliações com aumentos e diminuições de ativos e passivos, quando aplicável, enquanto não computados no resultado do exercício, até a sua efetiva realização.

Controladora		Consolidado	
31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
58.811	58.811	63.385	63.385
3.019	3.019	3.019	3.019
(11.422)	(2.581)	(11.422)	(2.581)
287	232	287	232
(16.113)	(19.119)	(17.668)	(20.674)
34.582	40.362	37.601	43.381
	58.811 3.019 (11.422) 287 (16.113)	31/12/2024 31/12/2023 58.811 58.811 3.019 3.019 (11.422) (2.581) 287 232 (16.113) (19.119)	31/12/2024 31/12/2023 31/12/2024 58.811 58.811 63.385 3.019 3.019 3.019 (11.422) (2.581) (11.422) 287 232 287 (16.113) (19.119) (17.668)

⁽i) Custo atribuído do ativo imobilizado (deemed cost) para as terras florestais, opção exercida na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis convergentes aos IFRS em 1º de janeiro de 2009.

29.5. Reserva de lucros a realizar

A Companhia constituiu reserva de lucros a realizar proveniente do ganho por compra vantajosa da aquisição do complexo BW Guirapá, ocorrida em 2018, no montante de R\$ 49.595.

29.6. Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia outorga a seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado. Os juros sobre o capital próprio são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo obrigatório. A ação preferencial possui dividendos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído à ação ordinária.

Mantendo-se como pagadora regular de proventos aos acionistas, através de Reuniões do Conselho de Administração, a Companhia distribuiu em 2024, R\$ 173.500 (2023, R\$ 225.870), como Juros sobre Capital Próprio, os quais R\$ 163.220 serão imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2024 e R\$ 10.280 distribuídos com base no saldo de reserva de lucro, conforme quadro a seguir:

Deliberação	Início de	Valor	Valor bruto por a	ção (em R\$)
em RCA	pagamento	bruto	Ordinária	Preferencial
		173.500		
28/05/2024	22/06/2024	17.500	0,04825383436	0,05307921780
29/08/2024	22/09/2024	18.000	0,04963251534	0,05459576687
28/11/2024	20/12/2024	18.000	0,04963251534	0,05459576687
10/12/2024	27/12/2024	109.720	0,30253709651	0,33279080616
10/12/2024	27/12/2024	10.280	0,02834633910	0,03118097301

	31/12/2024	31/12/2023
 (=) Lucro líquido do exercício (-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido) (-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE, ICMS DESENVOLVE e reinvestimento) (=) Lucro base ajustado para distribuição (A) 	327.505 (16.375) (26.093) 285.037	382.649 (19.133) (32.836) 330.680
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	71.259	82.670
Juros sobre capital próprio distribuídos do lucro base ajustado Ações ordinárias- R\$ 0,4501 (2023, R\$ 2,4912) por ação Ações preferenciais - R\$ 0,4951 (2023, R\$ 2,7403) por ação Total (B)	52.927 110.293 163.220	73.242 152.628 225.870
Percentual sobre o lucro líquido ajustado para distribuição (B/A)	57%	68%
Juros sobre capital próprio distribuídos por reserva de lucro em 2024 Ações ordinárias - R\$ 0,0283 por ação Ações preferenciais - R\$ 0,0312 por ação Dividendos distribuídos por reserva de lucro (C)	3.333 6.947 10.280	<u>-</u>
(=) Total Juros sobre capital próprio (B+C)	173.500	225.870

30. LUCRO POR AÇÃO

Conforme definido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, o cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período de três meses atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro das operações atribuível aos acionistas da controladora	327.505	382.649
Reconciliação do resultado distribuível, por classe (numerador):		
Lucro das operações atribuível:		
Às ações ordinárias	106.199	124.080
Às ações preferenciais	221.306	258.569
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (denominador):		
Quantidade média ponderada de ações sem ações em tesouraria:		
Ordinárias emitidas	117.600.000	29.400.000
Preferenciais emitidas	222.786.800	55.696.700
Resultado básico/diluído* por ação (em R\$)		
Ações ordinárias	0,90305	4,22041
Ações preferenciais	0,99335	4,64245

^(*) A Companhia não detém ações potenciais diluíveis em circulação ou outros instrumentos que poderiam resultar na diluição do lucro por ação.

31. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vendas brutas				
Mercado interno	1.317.323	1.457.316	1.415.891	1.579.435
Mercado externo	1.144.505	1.190.894	1.144.505	1.190.894
	2.461.828	2.648.210	2.560.396	2.770.329
Deduções de vendas				
Devoluções e abatimentos	(43.672)	(27.854)	(43.672)	(27.854)
Impostos sobre vendas	(275.330)	(302.801)	(280.020)	(307.340)
	(319.002)	(330.655)	(323.692)	(335.194)
	2.142.826	2.317.555	2.236.704	2.435.135

32. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS E DESPESAS

	Contro	Controladora		idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
		·		
Custo dos produtos vendidos (i)	(1.745.058)	(1.818.353)	(1.840.126)	(1.901.206)
Despesas com vendas	(21.547)	(19.371)	(21.547)	(19.371)
Despesas gerais e administrativas	(120.321)	(113.029)	(127.830)	(120.340)
Participação no lucro dos funcionários	(38.232)	(44.281)	(38.232)	(44.401)
Remuneração da Administração	(46.433)	(40.770)	(52.161)	(45.290)
Total despesas gerais e administrativas	(204.986)	(198.080)	(218.223)	(210.031)
Outras receitas/(despesas), líquidas (iii)	(54.932)	(78.043)	(59.505)	(72.524)
	(2.026.523)	(2.113.847)	(2.139.401)	(2.203.132)

A seguir a abertura por natureza dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais:

	Controladora		Consol	idado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	(885.643)	(1.061.336)	(973.222)	(1.072.317)
Despesas com pessoal (ii)	(491.648)	(456.719)	(447.241)	(466.480)
Despesas depreciação e exaustão	(215.660)	(172.250)	(260.536)	(216.020)
Despesas com prestação de serviços	(206.958)	(198.219)	(226.483)	(224.517)
Despesas com manutenção e reparos	(116.750)	(102.719)	(117.365)	(106.610)
Combustíveis e lubrificantes	(33.418)	(30.204)	(33.535)	(30.307)
Custo da capacidade ociosa	(21.514)	(14.357)	(21.514)	(14.357)
Outras receitas/(despesas), líquidas (iii)	(54.932)	(78.043)	(59.505)	(72.524)
	(2.026.523)	(2.113.847)	(2.139.401)	(2.203.132)

- (i) Os custos dos produtos vendidos incluem:
- Custo com a energia elétrica para o consumo nos 14 (catorze) fornos elétricos. Além dos fornos elétricos, há consumo de energia nas áreas de serviços auxiliares e outras, bem como nas minerações.

- A Companhia importa coque metalúrgico (met coke) reativo (commodity disponível no mercado internacional) para a produção de ferrocromo.
- Custo com transporte de minério de cromo realizado entre as minas (Município de Campo Formoso) e a metalurgia (Pojuca-BA), predominantemente por modal ferroviário e transporte rodoviário.
- No consolidado estão inclusos os custos de depreciação, amortização, transmissão de energia, encargos de uso do sistema, operação e manutenção etc. para a geração de energia eólica no montante de R\$ 97.313 (2023, R\$ 85.054).
- (ii) Inclui despesas com pessoal, honorários da administração e participação nos lucros dos funcionários e administradores.
- (iii) A seguir a abertura por natureza das outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Conso	idado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	
Benefício pós-emprego	(3.490)	(1.579)	(3.490)	(1.579)	
Responsabilidade social e empresarial	(17.625)	(19.682)	(17.693)	(19.775)	
Cessão de energia	9.021	(7.653)	9.021	(7.653)	
Consultorias e pesquisas	(35.318)	(21.067)	(35.950)	(21.374)	
Outros impostos e contribuições	(16.147)	(14.059)	(17.500)	(15.769)	
Realização da mais-valia	-	-	(4.418)	(4.418)	
Créditos tributários	20.524	-	20.524	-	
Outras despesas	(11.897)	(14.003)	(9.999)	(1.956)	
	(54.932)	(78.043)	(59.505)	(72.524)	

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras (i)	103.499	145.054	120.604	166.141
Atualização de créditos tributários (ii)	69.236	-	69.236	-
Variação cambial	36.197	19.724	36.236	19.724
Atualização provisão desmobilização	4.267	-	9.509	-
Outras receitas financeiras	6.728	3.317	7.741	3.425
	219.927	168.095	243.326	189.290
<u>Despesas financeiras</u>				
Variação cambial	(41.251)	(22.024)	(41.210)	(22.024)
Juros incorridos	(13.764)	(9.348)	(32.415)	(30.647)
Outras despesas financeiras	(17.004)	(15.699)	(21.795)	(20.713)
	(72.019)	(47.071)	(95.420)	(73.384)
	147.908	121.024	147.906	115.906

(i) Efeito proporcionado pelo maior montante aplicado, pelo aumento da taxa básica de juros neste período e pela mudança no mix das aplicações financeiras, respeitando a Política de Risco Financeiro.

(ii) Inclui a atualização monetária de R\$ 63.715 referentes à créditos tributários de gross up do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/COFINS e crédito prêmio IPI, e mais R\$ 5.521 referentes a outros tributos.

34. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A gestão das operações é realizada pela diretoria executiva, capitaneada pelo diretor presidente, para cumprimento das diretrizes estabelecidas no orçamento operacional e de investimento da Companhia, os quais são anualmente aprovados pelo Conselho de Administração. A Companhia procedeu à segmentação de sua estrutura operacional, que é verticalizada, levando em conta os produtos que foram comercializados:

- Segmento de ferroligas ferroligas de cromo alto carbono, ferroligas de baixo carbono e ferrosilício cromo, de silício especial e o silício "standard";
- Segmento energia eólica geração de energia elétrica da subsidiária BW Guirapá;
- Outros atividade florestal, com venda de madeira em pé e atividades de mineração com venda de minério de cromo, areia de cromita, cal virgem e cal hidratada.

As informações acerca do resultado financeiro, do imposto de renda e contribuição social, do total do ativo e do passivo, não foram divulgadas nas informações por segmento, em razão da não utilização, pela administração da Companhia, dos referidos dados de forma segmentada, pois são gerenciados e analisados de forma consolidada em sua operação.

	Consolidado								
	Ferro	Ferroligas		Energia eólica		Outros segmentos		Total	
	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	31/12/24	31/12/23	
<u>Vendas líquidas</u>									
Mercado interno	981.810	1.091.228	94.105	117.807	57.718	60.003	1.133.633	1.269.038	
Mercado externo	1.103.071	1.166.097	-	-	-	-	1.103.071	1.166.097	
	2.084.881	2.257.325	94.105	117.807	57.718	60.003	2.236.704	2.435.135	
Custo dos produtos vendidos Variação do valor justo dos	(1.628.509)	(1.746.511)	(97.313)	(85.054)	(114.304)	(69.641)	(1.840.126)	(1.901.206)	
ativos biológicos	-	-	-	-	74.626	71.728	74.626	71.728	
Lucro bruto	456.372	510.814	(3.208)	32.753	18.040	62.090	471.204	605.657	
Despesas operacionais	(282.342)	(296.607)	(9.117)	2.565	(7.816)	(7.884)	(299.275)	(301.926)	
Resultado operacional antes do resultado financeiro	174.030	214.207	(12.325)	35.318	10.224	54.206	171.929	303.731	
do resultado inidireciro									
Vendas de produtos (toneladas)									
Mercado interno	131.728	143.652							
Mercado externo	136.895	129.997							
	268.623	273.649							

35. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos de longo prazo com fornecedores na modalidade de *take or pay* com transporte ferroviário e fornecimento de biorredutor, além de contratos de reserva de potência e transmissão de energia. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Não existem passivos registrados além do montante que é reconhecido

mensalmente. Esses compromissos de longo prazo totalizam R\$ 122.555 na controladora e R\$ 132.708 no consolidado, por ano.

COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas possuem cobertura de seguro contra incêndio de equipamentos, explosões, danos elétricos, veículos, transporte internacional importação e exportação, responsabilidade civil, empresarial, seguro garantia e de riscos operacionais de geração de energia eólica, em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$ 287.056 (2023, R\$ 229.654) na controladora e R\$ 1.172.615 (2023, R\$ 1.219.679) no consolidado.

37. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Durante os exercícios de 2024 e de 2023 a Companhia realizou as seguintes transações que não envolveram caixa, portanto estas não estão refletidas nas demonstrações de fluxos de caixas.

	Nota	Contro	oladora	Consolidado	
Descrição	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ganho (perda) com passivo atuarial	23	3.490	1.579	3.490	1.579
Provisão para passivo ambiental	25	-	-	-	(12.025)
Direito de uso em arrendamentos conforme IFRS 16	17.2	69.277	86.597	69.608	84.692
Depreciação Direito de uso apropriada ao custo do estoque	17.2	9.730	2.614	9.730	2.614
Exaustão apropriada ao custo do estoque	18	3.658	6.755	3.658	6.755
Realização da mais-valia	16	4.418	4.418	4.418	4.418

Contador:

Arnaldo Pereira Anastácio Gerente de Contabilidade CRC-RJ 61263/O - 0-T-BA CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA CNPJ 15.141.799/0001-03 NIRE 293.000.043.91

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cia. de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa, no uso de suas atribuições legais, consoante às disposições do artigo 163 da Lei nº 6.404/1976, e ainda em cumprimento às normas estatutárias, em reunião realizada em 06 de março de 2025, de forma virtual, por meio da plataforma Google Meet, examinou as demonstrações financeiras e as notas explicativas, o relatório da administração, a proposta da Administração para destinação dos resultados do exercício social, a proposta de orçamento de capital para o quinquênio de 2025 a 2029, e os demais demonstrativos elaborados pela Companhia, relativos ao exercício findo em 2024. Em relação ao item de Remuneração dos Administradores, o Conselheiro Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto enviou, por e-mail, declaração de voto, com ressalva. Com base nos exames efetuados e considerando-se, ainda, o parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes divulgado, que apresentou o seu relatório conclusivo datado de 06 de março de 2025, cuja publicação se dará em 07 de março de 2025, emitido sem quaisquer ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados por representantes da Companhia, no decorrer do exercício, os membros do Conselho Fiscal, abaixo-firmados, no uso de suas atribuições legais, concluíram, por unanimidade, que as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, e os demais documentos acima, estão adequadamente apresentados em seus aspectos relevantes, e opinam que estão em condições de serem apreciados pelos Acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Salvador, 06 de março de 2025.

Emanuel Paixão de Oliveira Conselheiro Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto Conselheiro Cristiano Lima da Mota Conselheiro

MANIFESTAÇÃO DE VOTO DO CONSELHEIRO FISCAL ALFREDO SÉRGIO LAZZARESCHI NETO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA FERBASA REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2024 REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 06/03/2025

Nos trabalhos realizados por mim ao longo de 2024 e início de 2025, verifiquei os seguintes pontos de atenção acerca da remuneração dos membros do Conselho de Administração da FERBASA:

- 1. Há pagamento de remuneração majorada para alguns dos conselheiros de administração (os eleitos pelo grupo controlador) sob a justificativa de que trabalham em período integral. A remuneração fixa e variável desses membros é o dobro dos demais conselheiros de administração, não eleitos pelo grupo controlador.
- 2. A FERBASA não isola do cálculo da remuneração variável dos conselheiros de administração os impactos no resultado decorrentes da variação do dólar e do preço de commodities.
- 3. Não há evidências de fixação de metas específicas para cada membro do Conselho de Administração (ou para o órgão em si) a justificar o pagamento de participação nos lucros e sua forma de divisão.
- 4. Não me foi fornecida ata de reunião do Conselho de Administração com a distribuição da remuneração global entre os vários membros da Administração, com valores, critérios e avaliações.
- 5. Segundo a minha análise, não há evidências do cumprimento, pelos membros do Conselho de Administração, de metas individuais a fim de justificar o pagamento de remuneração variável. Tanto não há metas e critérios que o mesmo valor é pago individualmente a todos os membros do Conselho de Administração conforme tenham sido eleitos pelo grupo controlador ou pelos acionistas minoritários (estes últimos recebem metade do valor pago aos membros eleitos pelo grupo controlador, a demonstrar que a meta (se existente) seria individual, e não do órgão em si).
- 6. No exercício de 2024, a remuneração global paga à Administração chegou ao patamar de R\$44 milhões no consolidado. De 2023 para 2024, houve uma queda no lucro líquido do exercício de R\$382 milhões (no consolidado) para R\$318 milhões (redução de 16,75%). Isso não obstante, houve um aumento da remuneração global dos administradores em cerca de 10%, inclusive na remuneração variável. Ou seja, enquanto a performance da companhia piorou, a remuneração dos administradores aumentou sem justificativa (em especial no que diz respeito à remuneração variável).

Na comparação que fiz com várias outras companhias abertas, a remuneração do 7.

Conselho de Administração da FERBASA está muito acima das práticas de mercado. Enquanto

na FERBASA os membros do Conselho de Administração indicados pelo grupo controlador

recebem, em média, cerca de R\$200 mil por mês mais R\$100 mil em "benefícios" (não

concedidos aos membros eleitos pelos acionistas minoritários), a remuneração média de

conselheiros de administração em outras companhias abertas de maior porte é bem inferior.

Por exemplo: (i) na Petrobras, a média é de R\$156.282,25; (ii) na Vale, a média é de

R\$132.820,17; (iii) na Braskem, a média é de R\$100.510,00; (iv) na Klabin, a média é de

R\$83.257,74; (v) na BRF, a média é de R\$65.000,00 (Fonte: Formulário de Referência dessas

companhias, conforme consultado nesta data no site da CVM).

A despeito da minha solicitação de divulgação da divisão da remuneração global entre

os órgãos da companhia, bem como entre fixa e variável (nota explicativa 28.1) – a fim de

dar visibilidade aos acionistas durante a leitura das demonstrações financeiras e notas

explicativas –, o pleito não foi atendido pela Administração.

Os fatos acima indicam ausência ou falha de governança, com um desalinhamento entre

os interesses dos acionistas e dos administradores.

10. Há indícios de conflito de interesses na fixação e distribuição da remuneração dos

administradores, em especial à luz das pessoas que ocupam cargos de administração na

Fundação José Carvalho (grupo controlador) e/ou determinam o voto a ser proferido por ela

nas assembleias gerais da FERBASA, das pessoas que ocupam cargos no Conselho de

Administração da FERBASA por eleição do grupo controlador e determinam a forma de

divisão da remuneração, bem como dos administradores da FERBASA que recebem os

valores assim fixados.

Diante da relevância desses pontos, solicito que o presente voto (com ressalva) seja anexado

ao parecer do Conselho Fiscal sobre as demonstrações financeiras e notas explicativas

referentes ao exercício findo em 31/12/2024, na forma do art. 133, IV, da Lei nº 6.404/76,

combinado com o § 1º do art. 27 da Resolução CVM nº 80/22.

6 de março de 2025.

ALFREDO SERGIO LAZZARESCHI

Assinado de forma digital por ALFREDO SERGIO LAZZARESCHI NETO:27522443806 NETO: 27522443 Dados: 2025.03.06

Alfredo Sérgio Lazzareschi Neto

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins dos dispostos do inciso VI, do parágrafo §1°, do artigo 27 da Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da FERBASA e suas controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Salvador, 6 de março de 2025.

Silvano de Souza Andrade Diretor Presidente

Álvaro Fernandes Santos Diretor de Inovação e Novos Negócios

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira Diretora Administrativa

Davi Lopes Perez Diretor Jurídico

Eriberto do Nascimento Leite Diretor de Mineração

Heron Albergaria de Melo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcio Lopes Fernandes de Barros Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau Diretor Industrial

Sebastião da Cruz Andrade Diretor de Recursos Florestais

Wanderley Lins de Oliveira Diretor de Geologia e Mineração

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor Presidente e os demais diretores da Cia de Ferro Ligas da Bahia FERBASA, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Estrada de Santiago, s/n, Pojuca, Bahia, CNPJ sob nº 15.141.799/0001-03, para fins dos dispostos do inciso V, do parágrafo §1°, do artigo 27 da Resolução nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers, relativamente as demonstrações financeiras da FERBASA e suas controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Salvador, 6 de março de 2025.

Silvano de Souza Andrade Diretor Presidente

Álvaro Fernandes Santos Diretor de Inovação e Novos Negócios

Ana Paula Fontes Mesquita de Oliveira Diretora Administrativa

Davi Lopes Perez Diretor Jurídico

Eriberto do Nascimento Leite Diretor de Mineração

Heron Albergaria de Melo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Marcio Lopes Fernandes de Barros Diretor Comercial

Oséias da Rocha Fiau Diretor Industrial

Sebastião da Cruz Andrade Diretor de Recursos Florestais

Wanderley Lins de Oliveira Diretor de Geologia e Mineração



ANEXO ARCA DE 06/03/25 ORÇAMENTO DE CAPITAL (Para fins do Artigo 106 da Lei n.º 6.404/76)

1. Proposta de orçamento de capital para o quinquênio: 2025 - 2029

	Em Reais
Origens de Recursos:	
Recursos Próprios* e Recursos de Terceiros**	2.000.000.000,00
Total das origens de recursos	2.000.000.000,00
Aplicações de Recursos:	
(Metalurgia, Mineração, Silvicultura, Coque, Energia e Corporativo)	2.000.000.000,00
Total das aplicações de recursos	2.000.000.000,00
Total das aplicações de recursos (*) Recursos decorrentes dos resultados da Companhia.	2.000.00

(*) Recursos decorrentes dos resultados da Companhia.

(**) Financiamento interno e/ou externo.

Salvador, 6 de março de 2025.

Davi Lopes Perez

Secretário



Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 1788AA1E-F410-4261-BCA9-7F6DEBB60C4B

Assunto: Complete com o Docusign: Demonstrações Financeiras Completa Ferbasa 2024.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS) Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 95 Certificar páginas: 2

Assinatura guiada: Ativado

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1

Rubrica: 0

Remetente do envelope:

Status: Concluído

Rena Adao

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

São Paulo, São Paulo 04538-132

rena.adao@pwc.com

Endereço IP: 201.56.164.188

Rastreamento de registros

Status: Original

07 de março de 2025 | 19:14

Status: Original

07 de março de 2025 | 19:18

Portador: Rena Adao

rena.adao@pwc.com

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Assinatura

EB4CEB572CF845

Eventos do signatário

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior luciano.sampaio@pwc.com

PwC BR

(Nenhuma)

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta

(Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign

Não oferecido através da Docusign

Local: DocuSign

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.65

Local: DocuSign

Registro de hora e data

Enviado: 07 de março de 2025 | 19:16 Visualizado: 07 de março de 2025 | 19:17 Assinado: 07 de março de 2025 | 19:18

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Rena Adao rena.adao@pwc.com Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta	Copiado	Enviado: 07 de março de 2025 19:18 Visualizado: 07 de março de 2025 19:18 Assinado: 07 de março de 2025 19:18

Eventos com testemunhas Assinatura Registro de hora e data Eventos do tabelião **Assinatura** Registro de hora e data Carimbo de data/hora Eventos de resumo do envelope **Status**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	07 de março de 2025 19:16
Entrega certificada	Segurança verificada	07 de março de 2025 19:17
Assinatura concluída	Segurança verificada	07 de março de 2025 19:18
Concluído	Segurança verificada	07 de março de 2025 19:18
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora